

Outubro 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Inflação ascende a 27 por cento este ano	5
1.2 Cooperativas com rendimentos até 429 mil kz podem aderir ao INSS	6
1.3 Covid-19 provocou aumento da pobreza e do desemprego	6
1.4 Aumentar salários não implica aumento do desemprego	7
1.5 Baixo Investimento em serviços básicos limita produtividade e mobilidade social	8
1.6 Kwenda entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas.	10
1.7 Negócios Kwenda entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas	11
1.8 Negoclos Kwenna entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas	12
1.9 O estado do PIIM	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 Crédito do FADA atinge 700 milhões de kwanzas	15
2.2 Cooperativas beneficiam de 700 milhões de kwanzas em créditos do FADA	15
2.3 Seguradoras lançam produtos para famílias de baixa renda	16
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Pesca artesanal no Zaire com baixo volume de captura.	18
3.2 Cooperativas com rendimentos até 429 mil Kz podem aderir ao INSS	18
3.3 Governo incentiva novos métodos para rentabilizar a indústria de carvão	19
3.4 Câmara dos taxistas aguarda aprovação do Governo	19
3.5 Primeira-dama defende criação de políticas na economia formal	20
3.6 China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez	22
3.7 Os projectos para o fabrico sustentável de carvão devem ser expandidos	22
3.8 Câmara dos Taxistas aguarda aprovação do Governo	24
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
4.1 Inflação ascende a 27 por cento este ano	25
4.2 Província de Luanda arrecada 800 milhões de kwanzas em Agosto	26
4.3 Executivo pretende aumentar orçamento do ensino superior	26
4.4 Orçamento dá primazia a acções sociais	28
4.5 Dívida pública global atinge 97,8% este ano	29
4.6 Angola está a produzir menos petróleo que o programado no OGE	29
4.7 Estação de Sassa-Zau abastece cinco bairros	30
4.8 PIIM leva mais serviços a Cacuaco em Novembro	30
5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	33
5.1 Nova Divisão Administrativa não é imediatista nem eleitoralista	33
5.2 O programa que faz a construção e a reabilitação de infra-estruturas em todo país...	33
5.3 PIIM leva mais serviços a Cacuaco em Novembro	34
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	37

6.1	Imóveis da SONIP sete vezes mais caros devido a indexação ao dólar norte-americano	37
6.2	Fórum sobre Ordenamento recomenda congregação de planos directores	37
6.3	Ministro defende nova configuração urbana	38
6.4	Atraso na emissão de licenças estimula “negócio” dos fiscais	39
6.5	Atraso na emissão de licenças estimula “negocio” dos fiscais	40
6.6	SIC recupera 27 Imóveis na centralidade do Zango 8.000	41
7.	TERRA	42
7.1	Simplifica não chega aos terrenos nem habitações por legalizar	42
7.2	EGTI vendeu 31 terrenos avaliados em mais de 546 milhões kz	43
7.3	Governo vai emitir mais de 32 mil títulos agrícolas	43
7.4	Cooperativas sem acesso aos Títulos de Concessão de Terra	44
7.5	Kilamba Kiaxi vítimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido a 14 pelo GPL	45
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	47
8.1	Aterro sanitário concluído em 2022	47
8.2	Governo multa por mau depósito de resíduo	47
8.3	Contratos Operadoras acusam GPL de rescisão unilateral e dizem que souberam da decisão via imprensa	48
8.4	Governo rescinde contrato com empresas de limpeza	48
8.5	Governo rescinde contrato com empresas de limpeza	49
8.6	Empresas de resíduos vão pagar taxa para certificação até 460 mil kz	50
9.	AMBIENTE	51
9.1	Exportações de madeira serrada caíram 58% para 33,4 mil metros cúbicos	51
9.2	Kilamba Kiaxi vítimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido a 14 pelo GPL	51
9.3	Kilamba Kiaxi vítimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido pelo GPL há 14 anos	53
9.4	Carvão que aquece o negócio de milhares de famílias	54
9.5	Controlo no abate de árvores reduz exploração	54
9.6	Falta de chuvas pode comprometer produção	Erro! Marcador não definido.
9.7	FAO tem usd 250 milhões para projectos do clima	55
9.8	Mangais Mapeamentoda flora e fauna, o «trabalho árduo» que se segue	55
9.9	Mangais Mapeamento da flora e fauna, << O trabalho árduo >> que se segue	56
9.10	Falta de chuvas pode comprometer produção	57
9.11	China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez	58
9.12	Saco sai a mil do Huambo e é vendido a seis em Luanda	58
9.13	Impacto da seca no Cunene pode ficar reduzido daqui a dois anos	59
10.	MINEIRA	61
11.	MIGRAÇÃO	61
12.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	61
12.1	China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez	61
12.2	China aberta a produtos não petrolíferos angolanos	61

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Inflação ascende a 27 por cento este ano

Jornal de Angola

1De Outubro de 2021

Texto: Victorino Joaquim

|A inflação acumulada situa-se em cerca de 27 por cento, este ano, de acordo com previsões avançadas, ontem, em Luanda, pelo governador do BNA, que situam a taxa acima da meta de 18,7 por cento inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE), em Julho revista em alta, para 19,5 por cento, pelo próprio banco central.

José de Lima Massano anunciou a nova estimativa em conferência de imprensa realizada no fim da reunião mensal do Comité de Política Monetária (CPM), um encontro de dois dias no qual o Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu manter a taxa básica de juro em 20 por cento, bem como a de cedência e a de absorção de liquidez em 25 e 15 por cento, respectivamente.

O governador atribuiu a escalada da inflação ao aumento dos preços nos mercados internacionais e à manutenção dos factores que determinam o comportamento dos preços no mercado interno, os quais, disse, apesar do quadro de estabilidade cambial, apontam para a continuação de pressões inflacionistas no curto prazo.

De Janeiro a Agosto, o Índice de Preços no Consumidor Nacional ascendeu a 16,88 por cento, enquanto a variação homóloga (há 12 meses) situou-se em 26,09 por cento, impulsionada pelos aumentos verificados na classe de Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas, cuja variação foi de 32,39 por cento.

Estabilidade cambial

Durante a reunião, o CPM considerou que o mercado cambial está estabilizado e que a moeda nacional apreciou-se em Agosto (o período analisado no encontro), em cerca de 0,65 por cento face ao Dólar.

Isso eleva a apreciação acumulada desde o início do ano para 2,15 por cento, enquanto que, no mercado informal, a apreciação acumulada no mesmo período foi de 12,44 por cento, o que resultou num diferencial entre a taxa formal e informal de 5,30 por cento.

Em Agosto, os bancos comerciais adquiriram um total de 745,49 milhões de dólares, dos quais 298,13 milhões ao sector petrolífero, 196,03 milhões ao Tesouro Nacional e 174,29 milhões de dólares ao sector diamantífero.

O valor de divisas transaccionado no mercado registou uma ligeira redução face a Julho, quando o total adquirido pelos bancos foi de 904,06 milhões de dólares, sendo 329,30 milhões ao sector petrolífero, 329,36 milhões ao Tesouro, 158,78 milhões de dólares a outros sectores e 86,63 ao sector diamantífero.

"Não há conhecimento de operações cambiais pendentes na banca por dificuldades de acesso a divisas", declarou o governador com base nos registos disponibilizados pela banca ao BNA, considerando o mercado normalizado.

Dinâmica do crédito

No mês em análise, o crédito à economia em moeda nacional, um dos eixos de sustentação do crescimento económico, registou um aumento de 0,51 por cento no crédito concedido às empresas, caindo em 0,10 pontos percentuais no concedido a particulares.

Em termos acumulados, nos oito primeiros meses do ano, o crédito em moeda nacional aumentou 13,71 por cento para as empresas e 14,29 por cento para os particulares. O governador explicou o aumento do crédito à economia nacional pela execução de programas de apoio ao crédito, com realce para o Aviso nº 10/2020, do BNA.

Até Agosto, lembrou, foram aprovados financiamentos no quadro do Aviso 10/2020 para 288 projectos, no valor de 575,26 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 323,12 por cento do valor mínimo a conceder até ao final do presente exercício económico.

Lembrou que o Aviso orienta os bancos comerciais a promoverem a concessão de crédito ao sector real da economia e que a maior fatia do financiamento aprovado beneficiou o sector da Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados, com 43,60 por cento, Pescas e Aquicultura, com 11,37 por cento, e Indústrias Alimentares (10,43 por cento).

O stock de crédito à economia em moeda nacional registou, em Agosto, uma expansão de 1,20 por cento, tendo atingido 3,75 biliões de kwanzas. Em termos homólogos registou uma expansão de 23,28 por cento.

José de Lima Massano revelou que o grau de incumprimento medido pelo rácio de crédito malparado sobre o crédito total bruto, registado em Julho, foi de 10,85 por cento representando uma redução quando comparado com o mês de Dezembro de 2020, que se situou em 18,41 por cento, e com o período homólogo, que foi de 21,22 por cento.

O governador citou dados do INE a indicarem que, no segundo trimestre do ano, o país registou uma taxa de desemprego da população economicamente activa de 31,60 por cento, mais 1,10 pontos percentuais que no trimestre anterior.

I.2 Cooperativas com rendimentos até 429 mil kz podem aderir ao INSS

Novo Jornal

15 De Outubro de 2021

Texto: Jorge Batalha

Os trabalhadores com baixo rendimento, cuja massa salarial total dos envolvidos em cooperativas não seja superior a 429.080 Kz, equivalentes a 20 salários mínimos nacionais, tendo como base os 21.454 Kz do sector da Agricultura, foram sensibilizados a aderir ao sistema de protecção social obrigatória, apurou o Novo Jornal.

Em declarações à imprensa, durante a campanha de sensibilização aos comerciantes do mercado do Asa Branca, na última sexta-feira, OS, o director-geral do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Anselmo Monteiro, explicou que a organização pretende dar garantia futura e levar as pessoas a conhecer o sistema de segurança social.

"A perspectiva é de aproximarmos cada vez mais a segurança social às pessoas, porque elas têm de confiar no sistema de protecção social obrigatório. Dentro de mais alguns anos, não terão energia suficiente para desenvolver as actividades que hoje realizam", fez saber responsável.

Quanto às taxas de descontos neste regime, o NJ observou que os responsáveis das cooperativas terão de pagar uma taxa de 4% do seu rendimento e o trabalhador contribuirá com 1,5%, respectivamente.

Todavia, ressalta o interlocutor, o trabalhador que, após 180 meses de contribuição, não quiser continuar com o desconto, poderá solicitar o levantamento das suas contribuições junto do INSS.

Na ocasião, o responsável revelou a modalidade inovadora do INSS, que consiste na implementação da prova de vida digital facial, que poderá, desta forma, permitir ao pensionista efectuar a prova de vida em casa, através de um telemóvel.

Atraso no pagamento de pensão de sobrevivência

Questionado sobre o atraso no pagamento da pensão de sobrevivência, Anselmo Monteiro disse haver um triângulo que passa pelo beneficiário, o tribunal e o INSS, e que os atrasos no pagamento das pensões são causados pela morosidade dos processos nos tribunais.

"Aqui existe um processo, um triângulo que é o beneficiário, o tribunal e a segurança social. Os processos nos tribunais são morosos e são esses que atrasam o atendimento que o INSS tem de dar quanto às pensões de sobrevivência", esclareceu.

Este semanário constatou que os vendedores desconheciam o Decreto Presidencial n.º 295/20, de 18 de Novembro, e, por esse facto, não sabiam o que fazer para aderir.

No acto de adesão ao INSS, os trabalhadores deverão apresentar cópia do Bilhete de Identidade e a entidade empregadora a documentação fiscal da empresa.

I.3 Covid-19 provocou aumento da pobreza e do desemprego

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2021

O Presidente da República salientou, ontem, em Luanda, que a Covid-19 contribuiu para o aumento da pobreza e do desemprego em Angola.

Ao apresentar, no Parlamento, o "estado da Nação", na abertura do ano legislativo, João Lourenço disse ter "perfeita consciência" de que, como resultado da pandemia da Covid-19, a pobreza aumentou no nosso país, muitas empresas encerraram a sua actividade, o desemprego aumentou e muitas famílias reduziram, ou até mesmo ficaram sem rendimentos. "Reduzir a incidência da taxa da pobreza é uma das principais metas do Executivo", garantiu acrescentando que, neste sentido, está a trabalhar em diversas frentes. No domínio do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, revelou que, de Outubro de 2020 a Agosto do ano em curso, foram integradas em actividades geradoras de rendimento 43.407 cidadãos, dos quais 1.082 são ex-militares.

Para mitigar a situação de vulnerabilidade que muitas famílias enfrentam, sobretudo devido à pandemia da Covid-19, nos últimos 12 meses, foram assistidas, com cestas básicas de bens e alimentos, 41.445 famílias.

Seca no Sul do país

Além da pandemia da Covid-19, as calamidades naturais que assolaram o país agravaram o nível de vulnerabilidade das populações, com destaque para o fenómeno da seca na região Sul do país, com maior incidência nas províncias do Cunene, Namibe, Huíla e Cuando Cubango.

"Acudimos, de maneira emergencial, à situação da seca no Sul de Angola, com um apoio em bens alimentares de cerca de 2.120 toneladas que beneficiaram mais de 778.867 famílias", disse.

O Presidente assinalou e "agradeceu, profundamente, os movimentos de solidariedade das igrejas, empresas, organizações sem fins lucrativos, famílias e pessoas singulares que se compadeceram com o sofrimento das populações daquelas províncias, doando bens diversos às famílias afectadas por este flagelo".

João Lourenço referiu-se, igualmente, ao programa de transferências directas de rendimentos, que "são hoje reconhecidos como uma forma eficaz de reduzir os níveis de pobreza e apoiar os segmentos mais vulneráveis da sociedade". Por isso, considerou que o Kwenda, como também é conhecido aquele programa, constitui um reforço muito importante das acções do Executivo no combate à pobreza.

A execução do Kwenda permitiu, até agora, o registo de 414.285 agregados familiares do total de 1.608.000 famílias, que são atendidas com a atribuição de uma renda trimestral de 25.500 kwanzas. "Estamos em crer que a execução, com sucesso, deste programa, permitirá reduzir os níveis de pobreza actualmente prevalecentes no país, sobretudo no meio rural e constituir um factor para a dinamização da vida económica naquele meio", disse.

O PIIM

Outro programa que, segundo o Presidente, contribuirá para a melhoria das condições de vida das populações em todo o país é o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Este plano, disse, tem permitido o aumento gradual e sistemático da capacidade institucional, técnica e humana dos órgãos que intervêm na sua execução, bem como o reforço dos mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projectos que o mesmo integra.

O PIIM conta com 1.826 projectos que reúnem todas as condições precedentes e estão prontos a ser executados. Destes, 1.759 já estão em execução, com um valor global liquidado de 250 mil milhões de kwanzas.

João Lourenço saudou as administrações municipais e os governos provinciais pelos "êxitos que este importante programa tem alcançado, num exercício que é o primeiro no âmbito da administração pública do nosso país".

I.4 Aumentar salários não implica aumento do desemprego

Jornal expansão
22 De Dezembro de 2021

David Card, um dos três laureados com o Nobel da Economia de 2021, ao lado de Joshua Angrist, israelita radicado nos EUA e do americano-holandês Guido Imbens, com base em estudos junto da população jovem e trabalhadoras do sector de fast-food, de mostrou que o aumento do salário mínimo não tem necessariamente implicações no crescimento do desemprego.

De nacionalidade canadiana e professor de Economia na Universidade da Califórnia (EUA), Card dedica-se desde 1990 a estudos sobre a geração de empregos, a partir de uma perspectiva que suplanta as análises convencionais. Com base em estudos com trabalhadores menos qualificados, Card concluiu que a melhoria geral nos salários conduziu ao aumento do número de empregos, na medida em que estimulou a procura de trabalho por parte de jovens que antes permaneciam em casa.

Na sua obra, *Myth and Measure: The New Economics of the Minimum Wage* (Mito e Medição: a nova economia do salário mínimo) publicada em 1995, em co-autoria com o economista Alan Krueger, Card divulga o resultado de uma pesquisa pormenorizada sobre os "efeitos do reajuste do salário mínimo sobre o desemprego e a pobreza

Segundo o portal La-Croix, o entendimento amplamente divulgado a nível da teoria económica, que para o caso em apreço teve como campo de estudo o estado de Nova Jersey (EUA), defendia que o aumento da mão-de-obra resultaria necessariamente na destruição de empregos e no aumento do desemprego. No entanto, os resultados da pesquisa de Krueger e Card revelam o contrário. Os dois investigadores concluem que o aumento salarial, além de propiciar aos empregadores a possibilidade de oferecerem uma remuneração que estimule o

aumento da produtividade, torna o trabalho melhor remunerado e resulta no regresso à actividade laboral por parte de desempregados de baixa qualificação.

Em síntese, o estudo simultâneo de David Card e Alan Krueger, conclui que as políticas de valorização do salário mínimo com os anos de redução dos níveis de pobreza e desemprego, revela o portal Brasil de Fato.

David Card não tem envolvimento directo na política activa, enquanto Alan Krueger, falecido em 2019, foi economista chefe de Bill Clinton e presidente do conselho de consultores económicos de Barack Obama.

1.5 Baixo Investimento em serviços básicos limita produtividade e mobilidade social

Jornal Expansão
22 De Outubro de 2021
Texto: Miguel Gomes

A despesa anual no sector da Água, Saneamento e Higiene (ou WASH, na sigla em inglês) durante o período 2009-18 foi em média 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) ou 376 milhões USD um valor muito inferior ao investimento público efectuado nos Transportes ou na Energia. Os níveis actuais de investimento cobrem metade de 25% do necessário para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, realidade que amputa o produtivo da maioria dos angolanos, revela um estudo do Banco Mundial publicado recentemente.

Os impactos desta realidade são extensos e condicionam o desenvolvimento da maioria da população, carregada com doenças desde tenra idade que depois resultam em menor rendimento escolar e intelectual, para além de atrasos no desenvolvimento físico com consequências negativas para o futuro do país

Entre 2000 e 2017 a taxa de acesso a serviços de abastecimento de água aumentou apenas 4 pontos percentuais, de 62% para 66% da população, o que contrasta com um aumento médio regional de 55% para 74% durante o mesmo período.

No geral, a despesa pública total em Angola diminuiu para menos de metade nos últimos anos, de um máximo de 45% do PIB em 2009 para um mínimo de 19,7% em 2018. Historicamente, os níveis médios de despesa têm estado ao nível das economias com parâveis, no entanto, desde 2014, apenas a Nigéria gastou menos.

Os dados constam de um longo diagnóstico do sector WASH publicado, em Julho, pelo Banco Mundial, que demonstra claramente a correlação entre a pobreza extrema, a baixa prestação de serviços básicos como o acesso a água potável e saneamento e a ausência de investimento público robusto.

"Angola tem de investir significativamente mais no sector dos serviços de WASH e de gastar mais sabiamente", considera o relatório.

Também ao nível da eficiência das despesas, as assimetrias são evidentes e levantam dúvidas acentuadas sobre as prioridades da governação e as escolhas que orientam a definição de políticas públicas: no período 2009-18 apenas 36% dos orçamentos aprovados para a Água e Saneamento foram realmente executados, o que contrasta com mais de 70% de execução nos sectores dos transportes e energia.

Ineficiência e má despesa

O estudo divulgado pelo Banco Mundial também alerta para "os padrões de despesa pública" nos últimos anos que "estão em contraste directo com a estratégia de descentralização de Angola", com a despesa no sector de WASH "altamente concentrada a nível central". Por outro lado, os gastos públicos em serviços de WASH são dominados pelos investimentos (89% do total), em detrimento da formação e capacitação das empresas públicas e recursos humanos, e a maioria de toda a vai para o abastecimento de água, enquanto apenas 5% é canalizada para o saneamento.

"As despesas públicas em Angola parecem apresentar um padrão recorrente de fraco desempenho, ou má eficiência, desde o início até à execução", aponta o relatório "Diagnóstico do sector WASH em Angola: Um apelo urgente à acção" que é assinado por Camilo Cordoba, Luis Andrés e Crystal Fenwick, todos do Banco Mundial, e por Lucrécio Costa, actual secretário de Estado das Águas. Em conversa com o Expansão, governante, que possui mais de 20 anos de experiência no sector enquanto gestor, director Nacional das Águas e secretário de Estado) explica que o relatório está a ser entregue às principais entidades do País para que possam nascer "novas linhas de orientação estratégica".

"O nosso foco, neste momento, deve estar concentrado na melhoria da qualidade dos serviços Públicos, em concretizar investimentos assertivos e definir um modelo de sustentabilidade para o sector", frisa Lucrécio Costa.

As verdadeiras assimetrias

Para além da forma como o País (não) investe em serviços de água e saneamento, saltam à vista as diferenças entre os serviços disponíveis no meio urbano e no meio rural, entre os bairros com melhores infra - estruturas (onde vivem os mais ricos) e os mais desfavorecidos.

A nível nacional, o acesso a Instalações sanitárias melhora das "tem aumentado substancialmente ao longo do tempo", segundo o relatório, no entanto, está significativamente atrasado nas zonas rurais, "onde 56% da população continua a praticar a defecação ao ar livre".

Também o acesso à água canalizada nas cidades varia significativamente de acordo com a localização: os residentes urbanos têm entre 1,8 e 5,2 vezes mais probabilidades do que os residentes periurbanos de ter acesso a água canalizada nas suas casas.

A maioria das famílias (74%) no extracto mais baixo de riqueza depende de uma fonte de água não melhorada, enquanto 82% das famílias nos dois extractos mais baixos praticam a defecação ao ar livre. O facto de a maioria da população não ter acesso a água canalizada ou a instalações sanitárias adequadas aumenta substancialmente a incidência das doenças diarreicas e desnutrição.

Segundo o Banco Mundial, a doença diarreica "é a principal causa de mortalidade em crianças com menos de cinco anos em Angola". Em 2017, foi responsável por cerca de 15% das mortes (10.236 crianças).

Três dos quatro principais factores de risco associados à doença diarreica "são a água insegura, o saneamento inseguro e a ausência de uma estação de lavagem de mãos".

A desnutrição infantil é outro problema grave no País e metade das crianças angolanas com menos de cinco anos são anémicas, 37,6% são raquíticas, 4,9% sofrem de definhamento e 19% têm um peso inferior ao normal.

As províncias de Luanda, Cuanza Sul e Huíla são o local de residência das maiores populações de crianças em risco (mais de 130.000 em cada região). Os autores do estudo consideram ainda que as diferenças substanciais entre a cidade e o campo fomentam êxodo rural, para além de perpetuarem ciclos de pobreza.

Para Francisco Lopes, engenheiro civil que se assume como engenheiro sanitário (especialização que trata da exploração e do uso da água dos projectos e das

obras de saneamento básico e de saneamento geral), é necessário abrir espaço para o debate e para o envolvimento de outros actores na definição de políticas públicas.

"Acredito que quanto mais conhecimento tivermos, melhor é o nível de discussão", defende o especialista. "Por exemplo, o problema da Saúde no País não está propriamente no sector da Saúde, é uma consequência da falta de saneamento básico. Por isso, o actual figurino organizativo já não serve as necessidades do País

Precisamos de separar as Águas da Energia para criar um Ministério do Saneamento e Infra - estruturas porque, no actual formato, as Águas são apenas um enteado da Energia", defende Francisco Lopes em entrevista ao Expansão.

O engenheiro sanitário também é um acérrimo defensor da municipalização dos serviços de água e saneamento e de novas soluções para as maiores cidades (como a proposta de introdução de um manancial de água bruta que atravesse a cidade de Luanda, um projecto conhecido como Rio Luanda). Mas o Governo não quer ouvir as nossas contribuições, está mais focado nos negócios", acredita Francisco Lopes,

Já Lucrecio Costa mantém' algumas reservas em relação a esta questão, apoiada nas dificuldades institucionais, na fraca actividade económica (que limita a arrecadação de receitas locais) e na ausência de quadros capacitados fora das principais cidades. "Quem paga o salário do autarca? Se é o governo central então não estamos a falar de uma autarquia. O ministério deve manter liderança metodológica das empresas do sector", frisa o governante.

No entanto, o relatório do Banco Mundial assinala que os governos provinciais têm 'historicamente um melhor desempenho na execução das despesas de WASH do que o governo central".

Durante um período de dez anos (2009-18), em média, os governos provinciais executaram 71% dos seus orçamentos WASH, enquanto o governo central executou apenas 33%. Os especialistas concordam ainda que o sector tem pouca relevância e influência política e não produz grandes agendas mediáticas.

Em determinados círculos do País, sobretudo junto das classes média e alta (uma minoria poderosa pela proximidade ao poder e às melhores oportunidades de formação e trabalho), as falhas de energia parecem causar mais preocupação do que a ausência de serviços de água e saneamento adequados.

Lucrécio Costa acredita que há "pouca mobilização da sociedade" para os problemas do sector. "Mesmo as pessoas mais rei vindicativas parecem estar focadas nos direitos e esquecem os deveres. Muitos cidadãos continuam a pensar que não é preciso pagar a água e os serviços públicos. Mas os maiores devedores são mesmo as instituições do Estado", reconhece o secretário de Estado das Águas.

1.6 Kwenda entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas.

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

Texto: Hortêncio Sebastião

Adriana Castro é uma mulher camponesa do sector da Catchianga, situado a 45 quilómetros da comuna de Calussinga, que esta semana viu concretizado o sonho de beneficiar da transferência social monetária, visando o alargamento da única fonte de subsistência: a lavra.

Ao Novo Jornal, admite que, no princípio, teve algum receio em aderir ao Kwenda, programa de desenvolvimento local me consiste em atribuir trimestralmente! 5.500 Kwanzas às famílias mais vulneráveis do país, numa iniciativa do Governo, executada pelo FAS - Instituto de Desenvolvimento Local.

Ao receber numa agência móvel do Banco Solo montante em cash, por a área em que reside não dispor de instituições bancárias fixas e muito menos um sinal telefónico à altura, Adriana Castro não escondeu a satisfação, sobretudo quando se apercebeu de que o valor agora atribuído lhe voltará a chegar às mãos trimestralmente, conforme promessas das autoridades que gerem a implementação do programa, que, para já, deve durar até 2022. "Com este dinheiro, vou aumentar a minha lavra e plantar muitas sementes de feijão manteiga, que aqui, na nossa terra, cresce muito bem", explica Adriana Castro, que não afasta a possibilidade de vir a empregar outras mulheres, caso o negócio em que planeia apostar assim o exija.

Augusta Luciana, outra camponesa que também se viu contemplada pelo Kwenda, diz estar a viver um momento de alívio nos negócios que futuramente prevê realizar, porquanto, doravante, se vê com mais motivos para ter esperança por um amanhã melhor para si e para os filhos.

Mãe solteira, com quatro filhos a dependerem inteiramente de si, Augusta Luciana confessa que a

jornada de sustento dos "miúdos" não tem sido fácil, da aquisição dos livros para a escola à resolução dos problemas de saúde, sem contar com as "muitas vezes" em que não teve sequer o pão para dar de comer à família. É, por isso, com optimismo que olha para os 25.500kz que passará a receber trimestralmente: "Agora já posso confiar naquilo que estou a produzir. Agora, o que vai faltara são os carros para tirar daqui o feijão, a batata, o milho e as hortícolas para outros sítios", afirma Augusta, apelando a que a iniciativa de desenvolvimento local tenha vindo para ficar.

Oito outros aldeamentos

Para além da comuna de Catchianga, o programa Kwenda contemplou famílias de outros oito aldeamentos, designadamente Tchina, São João, Bailundo, Catombi, Tchifutchi, Capunda, Santos Gabriel e Tewanda. É basear-se neste registo que o director provincial do FAS no Bié, Rizoni Chivembe, considera ter-se atingido um nível "mais do que satisfatório" com, pelo menos, 98% dos beneficiários a em Calussinga iniciaram-se pelas populações das zonas mais distantes, como Capunda e Tchifutchi, tendo-se uma outra equipa desdobrado para receberem os montantes estipulados Os pagamentos as aldeias de chiezu e Candjengo.

Na abertura da campanha, Rizoni Chivembe alertou a população que acorreu em massa a Catchianga para o "cumprimento escrupuloso" das regras estabelecidas no âmbito da prevenção da Covid-19. No final do acto, o responsável não deixou de comentar as dúvidas e recusa inicial em relação ao programa por parte dos populares, resumindo que tal se deveu a "algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", daí que, prosseguiu, o facto de haver moradores locais a confirmar terem beneficiado do programa espalha a "realidade" do projecto. "Alguns populares manifestaram a sua recusa em relação ao programa, porque havia algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", admite.

Rizoni Chivembe pediu "paciência" e assegurou que um novo cadastramento está em vista, em face das reclamações das famílias não abrangidas. Lembrou que o Kwenda conta com várias componentes, designadamente a das transferências sociais monetárias, que prevê o empoderamento financeiro das famílias, e a da inclusão produtiva, que consiste em ajudar a gerar rendimento. Inclui o fomento ou a multiplicação e criação do banco de sementes de feijão, produção de animais de pequeno porte, a saber galinhas, patos e porcos. A outra actividade tem a ver com a criação de praças comunitárias de crédito, com a finalidade de formação de grupos organizados para

trabalhar na concessão de microcréditos dentro das comunidades.

Finalmente, explica Rizoni Chivembe, a última componente, para além do reforço do cadastro social único, está ligada à municipalização da acção social, que está a ser feita através da implementação do Centro de Acção Social Integrado (CASI), no âmbito do qual o município de Andulo conta com uma instituição do género em funcionamento, estando em curso démarches, no sentido de se abrir um outro em Calussinga, uma vez que esta localidade possui elevada densidade populacional.

O CASE é a instituição que vai atender questões 'extras' ao Kwenda, especialmente as relacionadas com os idosos abandonados, órfãos e os ex-militares não integrados e deficientes.

Avaliado em 420 milhões de dólares, o Kwenda é financiado em 320 milhões de dólares pelo Banco Mundial e 100 milhões USD provenientes do Tesouro Nacional. Estes valores, ao câmbio, por exemplo, de terça-feira, 26, representam menos de 2% do total do Orçamento Geral do Estado do ano corrente, fixado em 14,7 biliões Kz. O programa é operacionalizado pelo FAZ Instituto de Desenvolvimento Local, agência governamental angolana que contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades.

1.7 Negócios Kwenda entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

Texto: Hortêncio Sebastião

Adriana Castro é uma mulher camponesa do sector da Catchianga, situado a 45 quilómetros da comuna de calussinga, que esta semana viu concretizado o sonho de beneficiar da transferência social monetária, visando o alargamento da única fonte de subsistência: a lavra.

Ao Novo Jornal, admite que, no princípio, teve algum receio em aderir ao Kwenda, programa de desenvolvimento local que consiste em atribuir trimestralmente 25.500 kwanzas às famílias mais vulneráveis do País, numa iniciativa do Governo, executada pelo FAS -Instituto de Desenvolvimento Local.

Ao receber numa agência móvel do Banco Solo montante em cash, por a área em que reside não

dispor de instituições bancárias fixas e muito menos um sinal telefónico à altura, Adriana Castro não escondeu a satisfação, sobretudo quando se apercebeu de que o valor agora atribuído lhe voltará a chegar às mãos trimestralmente, conforme promessas das autoridades que gerem a implementação do programa, que, para já, deve durar até 2022. "Com este dinheiro, vou aumentar a minha lavra e plantar muitas sementes de feijão manteiga, que aqui, na nossa terra, cresce muito bem", explica Adriana Castro, que não afasta a possibilidade de vir a empregar outras mulheres, caso o negócio em que planeia apostar assim o exija.

Augusta Luciana, outra camponesa que também se viu contemplada pelo Kwenda, diz estar a viver um momento de alívio nos negócios que futuramente prevê realizar, porquanto, doravante, se vê com mais motivos para ter esperança por um amanhã melhor para si e para os filhos.

Mãe solteira, com quatro filhos a dependerem inteiramente de si, Augusta Luciana confessa que a jornada de sustento dos "miúdos" não tem sido fácil, da aquisição dos livros para a escola à resolução dos problemas de saúde, sem contar com as "muitas vezes" em que não teve sequer o pão para dar de comer à família.

É, por isso, com optimismo que olha para os 25.500 Kz que passará a receber trimestralmente: "Agora já posso confiar naquilo que estou a produzir. Agora, o que vai faltar são os carros para tirar daqui o feijão, a batata, o milho e as hortícolas para outros sítios", afirma Augusta, apelando a que a iniciativa de desenvolvimento local tenha vindo para ficar.

Oito outros aldeamentos

Para além da comuna de Catchianga, o programa Kwenda contemplou famílias de outros oito aldeamentos, designadamente Tchina, São João, Bailundo, Catombi, Tchifutchi, Capunda, Santos Gabriel e Tewanda. É basear-se neste registo que o director provincial do FAS no Bié, Rizoni Chivembe, considera ter-se atingido um nível "mais do que satisfatório" com, pelo menos, 98% dos beneficiários a receberem os montantes estipulados.

Os pagamentos em Calussinga iniciaram-se pelas populações das zonas mais distantes, como Capunda e Tchifutchi, tendo se uma outra equipa desdobrado para as aldeias de chiezu e Candjengo.

Na abertura da campanha, Rizoni Chivembe alertou a população que ocorreu em massa a Catchianga para o "cumprimento escrupuloso" das regras estabelecidas no âmbito da prevenção da Covid-19.

No final do acto, o responsável não deixou de comentar as dúvidas e recusa inicial em relação ao programa por parte dos populares, resumindo que tal se deveu a "algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", daí que, prosseguiu, o facto de haver moradores locais a confirmar terem beneficiado do programa espalha a "realidade" do projecto. "Alguns populares manifestaram a sua recusa em relação ao programa, porque havia algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", admite.

Rizoni Chivembe pediu "paciência" e assegurou que um novo cadastramento está em vista, em face das reclamações das famílias não abrangidas. Lembrou que o Kwenda conta com várias componentes, designadamente a das transferências sociais monetárias, que prevê o empoderamento financeiro das famílias, e a da inclusão produtiva, que consiste em ajudar a gerar rendimento. Inclui o fomento ou a multiplicação e criação do banco de sementes de feijão, produção de animais de pequeno porte, a saber galinhas, patos e porcos. A outra actividade tem a ver com a criação de praças comunitárias de crédito, com a finalidade de formação de grupos organizados para trabalhar na concessão de microcréditos dentro das comunidades.

Pinalmente, explica Rizoni Chivembe, a última componente, para além do reforço do cadastro social único, está ligada à municipalização da acção social, que está a ser feita através da implementação do Centro de Acção Social Integrado (CASI), no âmbito do qual o município de Andulo conta com uma instituição do género em funcionamento, estando em curso démarches, no sentido de se abrir um outro em Calussinga, uma vez que esta localidade possui elevada densidade populacional.

O CASE é a instituição que vai atender questões 'extras' ao Kwenda, especialmente as relacionadas com os idosos abandonados, órfãos e os ex-militares não integrados e deficientes.

Avaliado em 420 milhões de dólares, o Kwenda é financiado em 320 milhões de dólares pelo Banco Mundial e 100 milhões USD provenientes do Tesouro Nacional. Estes valores, ao câmbio, por exemplo, de terça-feira, 26, representam menos de 2% do total do Orçamento Geral do Estado do ano corrente, fixado em 14,7 biliões Kz. O programa é operacionalizado pelo FAS- Instituto de Desenvolvimento Local, agência governamental angolana que contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades.

I.8 Negoclos Kwenna entusiasma camponeses do Bié, mas condições de escoamento geram dúvidas

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

Texto: Hortênsio Sebastião

Adriana Castro é uma mulher camponesa do sector da Catchianga, situado a 45 quilómetros da comuna de Calussinga, que esta semana viu concretizado o sonho de beneficiar da transferência social monetária, visando o alargamento da única fonte de subsistência: a lavra.

Ao Novo Jornal, admite que, no princípio, teve algum receio em aderir ao Kwenda, programa de desenvolvimento local que consiste em atribuir trimestralmente 25.500 kwanzas às famílias mais vulneráveis do país, numa iniciativa do Governo, executada pelo FAS - Instituto de Desenvolvimento Local.

Ao receber numa agência móvel do Banco Solo montante em cash, por a área em que reside não dispor de instituições bancárias fixas e muito menos um sinal telefónico à altura, Adriana Castro não escondeu a satisfação, sobretudo quando se apercebeu de que o valor agora atribuído lhe voltará a chegar às mãos trimestralmente, conforme promessas das autoridades que gerem a implementação do programa, que, para já, deve durar até 2022. "Com este dinheiro, vou aumentar a minha lavra e plantar muitas sementes de feijão manteiga, que aqui, na nossa terra, cresce muito bem", explica Adriana Castro, que não afasta a possibilidade de vir a empregar outras mulheres, caso o negócio em que planeia apostar assim o exija.

Augusta Luciana, outra camponesa que também se viu contemplada pelo Kwenda, diz estar a viver um momento de alívio nos negócios que futuramente prevê realizar, porquanto, doravante, se vê com mais motivos para ter esperança por um amanhã melhor para si e para os filhos.

Mãe solteira, com quatro filhos a dependerem inteiramente de si, Augusta Luciana confessa que a jornada de sustento dos "miúdos" não tem sido fácil, da aquisição dos livros para a escola à resolução dos problemas de saúde, sem contar com as "muitas vezes" em que não teve sequer o pão para dar de comer à família.

É, por isso, com optimismo que olha para os 25.500 Kz que passará a receber trimestralmente: "Agora já posso confiar naquilo que estou a produzir. Agora, o que vai faltara são os carros para tirar daqui o feijão, a batata, o milho e as hortícolas para outros sítios", afirma Augusta, apelando a que a iniciativa de desenvolvimento local tenha vindo para ficar.

Oito outros aldeamentos

Para além da com una de Catchianga, o programa Kwenda contemplou famílias de outros oito aldeamentos, designadamente Tchina, São João, Bailundo, Catombi, Tchifutchi, Capunda, Santos Gabriel e Tewanda. É basear-se neste registo que o director provincial do FAS no Bié, Rizoni Chivembe, considera ter-se atingido um nível "mais do que satisfatório"

RIZONI CHIVEMBE Director provincial do FAS no Bié com, pelo menos, 98% dos beneficiários a receberem os montantes estipulados.

Os pagamentos em Calussinga iniciaram-se pelas populações das zonas mais distantes, como Capunda e Tchifutchi, tendo-se uma outra equipa desdobrado para as aldeias de Chiezu e Candjengo.

Na abertura da campanha, Rizoni Chivembe alertou a população que ocorreu em massa a Catchianga para o "cumprimento escrupuloso" das regras estabelecidas no âmbito da prevenção da Covid-19.

No final do acto, o responsável não deixou de comentar as dúvidas e recusa inicial em relação ao programa por parte dos populares, resumindo que tal se deveu a "algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", daí que, prosseguiu, o facto de haver moradores locais a confirmar terem beneficiado do programa espalha a "realidade" do projecto. "Alguns populares manifestaram a sua recusa em relação ao programa, porque havia algumas dúvidas sobre as transferências sociais monetárias", admite.

Rizoni Chivembe pediu "paciência" e assegurou que um novo cadastramento está em vista, em face das reclamações das famílias não-abrangidas. Lembrou que o Kwenda conta com várias componentes, designadamente a das transferências sociais monetárias, que prevê o empoderamento financeiro das famílias, e a da inclusão produtiva, que consiste em ajudar a gerar rendimento. Inclui o fomento ou a multiplicação e criação do banco de sementes de feijão, produção de animais de pequeno porte, a saber galinhas, patos e porcos. A outra actividade tem a ver com a criação de praças comunitárias de crédito, com a finalidade de formação de grupos organizados para

trabalhar na concessão de microcréditos dentro das comunidades.

Finalmente, explica Rizoni Chivembe, a última componente, para além do reforço do cadastro social único, está ligada à municipalização da acção social, que está a ser feita através da implementação do Centro de Acção Social Integrado (CASI), no âmbito do qual o município de Andulo conta com uma instituição do género em funcionamento, estando em curso démarches, no sentido de se abrir um outro em Calussinga, uma vez que esta localidade possui elevada densidade populacional.

O CASE é a instituição que vai atender questões 'extras' ao Kwenda, especialmente as relacionadas com os idosos abandonados, órfãos e os ex-militares não-integrados e deficientes.

Avaliado em 420 milhões de dólares, o Kwenda é financiado em 320 milhões de dólares pelo Banco Mundial e IDO milhões USD provenientes do Tesouro Nacional.

Estes valores, ao câmbio, por exemplo, de terça-feira, 26, representam menos de 2% do total do Orçamento Geral do Estado do ano corrente, fixado em 14,7 biliões Kz. O programa é operacionalizado pelo FAS Instituto de Desenvolvimento Local, agência governamental angolana que contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades.

I.9 O estado do PIIM

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2021

Este Plano tem permitido o aumento gradual e sistemático da capacidade institucional, técnica e humana dos órgãos que intervêm na sua execução, nem corno o reforço dos mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projectos que o mesmo integra.

O PIIM conta presentemente com 1.826 projectos elegíveis, isto é que reúnem todas as condições precedentes e que estão prontos a ser executados. Destes, 1.759 já estão em execução com um valor global liquidado de 250 mil milhões de kwanzas.

Com este Programa estão a ser e construídas muitas infra - estruturas de raiz e outras reabilitadas. tais corno estradas, escolas, hospitais e redes de distribuição de água e de energia eléctrica, que garantirão a disponibilidade de serviços básicos aos cidadãos e um melhor desenvolvimento das comunidades.

É por isso de toda a justiça, saudar as administrações municipais e os governos provinciais pelos êxitos que este importante programa tem alcançado, num exercício que é o primeiro no âmbito da administração pública do nosso país.

Presidente João Lourenço, discurso do 'Estado da Nação', 15 de Outubro de 2021.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito do FADA atinge 700 milhões de kwanzas

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2021
Texto: Regina Handa

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) disponibilizou, do início do ano até esta semana, um valor de 700 milhões de kwanzas em créditos a cooperativas agrícolas nas distintas províncias do país.

Esta informação foi avançada, quinta-feira (28), em Luanda, durante uma videoconferência promovida pelo FADA e o Ministério da Economia e Planeamento.

De acordo com o director do Gabinete de Gestão de Risco, Anilson Tomé, o valor cedido é parte de uma carteira aprovada de mil milhões de kwanzas. A pretensão do FADA é, até ao final deste ano, concluir o desembolso do valor restante.

Reiterou a prevalência de prioridades assentes no apoio aos agricultores familiares, porquanto estes representam 85 por cento da produção do país.

O interesse dos agricultores é grande e, da parte do fundo, também existe forte engajamento em garantir todos os apoios previstos, disse Anilson Tomé, sublinhando que, nos últimos sete dias, cerca de 100 milhões de kwanzas foram cedidos, elevando a carteira de desembolsos dos anteriores 600 para os actuais 700 milhões.

Anilson Tomé relevou, por outro lado, ter sido entregue, em 12 províncias do país, um total de 210 tractores a favor de 181 cooperativas.

A província do Huambo, com 36 cooperativas e 39 tractores, lidera a lista de beneficiários, seguida do Uíge, com 27 cooperativas apoiadas e 33 tractores recebidos. O Cuanza-Sul obteve um apoio de 23 tractores para 20 cooperativas, e no Bengo, nove tractores a favor de cinco cooperativas.

Em Benguela, 18 cooperativas beneficiaram de 22 tractores, no Bié 14 cooperativas e 14 tractores; Cuanza-Norte, com oito cooperativas e nove tractores; Cunene, com sete cooperativas e oito tractores; Huíla teve 15 tractores para 11 cooperativas; Luanda com 10 tractores e 10 cooperativas; Malanje recebeu 20 tractores para 18

cooperativas; e, no Namibe, o registo é de sete cooperativas com oito tractores recebidos.

O técnico do FADA assegurou que cada cooperativa beneficiada com tractores pode candidatar-se ao crédito de até 10 milhões de kwanzas para assegurar a aquisição de outros factores de produção, incluindo sementes, fertilizantes e os instrumentos agrícolas necessários.

Durante a videoconferência subordinada ao tema "A campanha agrícola 2021/2022, apoios financeiros do FADA às cadeias de valor" foi revelado que a instituição conta com quatro pacotes de apoio à produção. A carteira de financiamento aos projectos varia entre 10 e 25 milhões de kwanzas.

2.2 Cooperativas beneficiam de 700 milhões de kwanzas em créditos do FADA

Jornal Economia e Finanças
29 De Outubro de 2021
Texto: Regina Handa

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) disponibilizou, do início do ano até esta semana, um valor de 700 milhões de kwanzas em créditos a favor de cooperativas agrícolas nas distintas províncias do país.

Este dado foi avançado, ontem, em Luanda, durante uma videoconferência promovida pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) e o Ministério da Economia e Planeamento.

De acordo com o director do Gabinete de Gestão de Risco, Anilson Tomé, o valor cedido é parte de uma carteira aprovada de mil milhões de kwanzas. A pretensão do FADA é, até ao final deste ano, concluir com o desembolso do valor restante.

Conforme reiterou, há na linha de prioridades o apoio aos agricultores familiares, porquanto estes representam 85 por cento da produção existente.

Conforme citou, o interesse dos agricultores é grande e da parte do fundo também existe forte engajamento em garantir todos os apoios previstos. Por essa razão, indicou, nos últimos sete dias, cerca de 100 milhões de kwanzas foram cedidos, elevando a carteira de desembolsos dos anteriores 600 para os actuais 700 milhões.

Anilson Tomé relevou, por outro lado, terem sido entregues em 12 províncias do país um total de 210 tractores a favor de 181 cooperativas.

A província do Huambo com 36 cooperativas e 39 tractores lidera a lista de beneficiários, seguida do Uíge com 27 cooperativas apoiadas e 33 tractores recebidos. O Cuanza-Sul obteve 'apoio para 20 cooperativas com 23 tractores. Constam ainda Bengo, com cinco cooperativas e nove tractores, Benguela, 18 cooperativas e 22 tractores; Bié são 14 cooperativas e 14 tractores; Cuanza-Norte, com oito cooperativas e nove tractores, Cunene, com sete cooperativas e oito tractores, Huíla teve 15 tractores para 11 cooperativas, Luanda entregou 10 tractores e 10 cooperativas, Malanje recebeu 20 tractores para 18 cooperativas e ainda o Namibe, que registou sete cooperativas com oito tractores recebidos.

Como reforço, o técnico do FADA assegurou que cada cooperativa beneficiada com tractor pode candidatar-se ao crédito de até 10 milhões de kwanzas para assegurar a aquisição de outros factores de produção, incluindo sementes, fertilizantes e outros instrumentos agrícolas necessários.

Durante a videoconferência subordinada 'ao tema "A campanha agrícola 2021/20U, apoios financeiros do FADA às cadeias de valor", foi revelado que a instituição conta com quatro pacotes de apoio à produção. A carteira de financiamento aos projectos varia entre 10 e 25 milhões de kwanzas.

2.3 Seguradoras lançam produtos para famílias de baixa renda

Jornal Expansão

15 De Outubro de 2021

Texto: Alexandre Lourenço

As seguradoras estão a desenvolver produtos para as famílias de baixa renda, que na realidade conformam uma situação de microsseguro já prevista na nova legislação sobre a actividade seguradora. Pode ser um caminho para o chegar as novas clientes e aumentar a taxa de penetração dos seguros em Angola.

O presidente do Conselho de Administração da Protteja Seguros, Kianda Troso, explicou ao Expansão que esta é uma das principais iniciativas do plano estratégico para o triénio em curso, pois a comercialização neste segmento é vital para o País e para o sector do ponto de vista da disponibilização de serviços acessíveis às pessoas com menor poder de compra.

"Temos já concluídos quatro produtos que abrangem os ramos (automóvel, saúde, multirriscos e agricultura) que estão direccionados para o público-alvo que compreende particulares, empresas públicas e privadas, associações camponeses, cooperativas e

público em geral. Do ponto de vista dos custos, variam entre 1.900 kz e 68.000 kz conforme a especificidade", explicou o gestor.

Ao olhar para a taxa de penetração dos seguros em Angola, que está abaixo de 1% do PIE, o responsável avançou que a aposta nos produtos de massificação confere ao sector uma possibilidade realista da melhoria deste indicador. Armando Mota, presidente da Comissão Executiva da Fidelidade Seguros confirma que a sua companhia está também a reforçar a introdução de produtos para as famílias de baixa renda.

"Temos desde o seguro funeral ao de saúde, ou seja, temos uma série de seguros que se englobam no âmbito dos micros seguros porque, efectivamente, ser o líder no segmento individual. A generalidade das nossas famílias tem uma renda disponível para pagar seguros com prémios baixos", defende Armando Mota.

O CEO da terceira maior seguradora do mercado (13% de quota) acrescentou que as seguradoras devem criar produtos que se adequem ao bolso de qualquer cidadão.

A seguradora Fortaleza Seguros também tem produtos com preços que oscilam entre os 2.000 a 3.000 kz de prémio anual. O presidente da Comissão Executiva, Paulo Bracons, esclarece que são produtos de capitais baixos e mais acessíveis, pois ainda não há no mercado uma seguradora com oferta verdadeira de micros seguros.

Questionado sobre a estratégia para o aumento da penetração deste tipo de produtos, o vice-presidente da Associação das Seguradoras Angolanas disse que o crescimento da economia. tem que se fazer com um sector segurador forte. Isto só será possível se "os seguros obrigatórios tiverem maior expressão no mercado", o que ainda não acontece, cerca de dois terços do volume de negócios do sector ainda é feito na petroquímica e saúde.

"O microsseguro só será estratégico para o crescimento da economia quando puder ser objecto

de acções de massificação na venda e de automatização de processos (com controle de custos de produção e distribuição), e ainda estamos muito longe dessa possibilidade", diz Bracons.

Para Marcelo Perdigão, administrador executivo da Nossa Seguros, a venda de produtos de baixa renda é também uma grande para o sector aumentar a sua taxa de penetração, porque grande parte da população tem um baixo poder de compra e culturalmente não compra seguros, portanto, a oferta

de soluções de baixo custo e com garantias limitadas poderá dinamizar o sector. "Neste momento, a Nossa dispõe de produtos destinados a famílias de baixa renda. Temos o seguro escolar com prémios de 2.400 kz de prémio anual até 14 400 kz, o seguro Vida Covid que ronda 7.600 kz e vai até 30.406 kz", explica.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Pesca artesanal no Zaire com baixo volume de captura.

Xavier Jornal Expansão
15 De Outubro de 2021
Texto: Graciete

O Centro de Apoio à Pesca Artesanal no município do Nzeto, província do Zaire, processou uma média de três toneladas diárias de pescado diverso, nos últimos quatro meses, contra as seis toneladas verificadas em Maio deste ano.

De acordo com o responsável deste centro inaugurado em Abril, Frederico Simão Ambrósio, a redução deveu-se às actuais condições climáticas da costa marítima que fizeram baixar os níveis de captura do pescado.

Ambrósio explicou que a costa atlântica tem conhecido um declínio na captura de pescado, sobretudo entre Janeiro e Maio.

A sardinha, o cachucho e a garoupa são as espécies mais capturadas que, depois de seleccionadas e congeladas, são embaladas em caixas de 20 quilos para serem comercializadas na região e nas províncias do Bengo e de Luanda.

O pescado embalado no centro é capturado por duas embarcações mas boa parte do peixe é adquirido aos pescadores locais associados em 72 cooperativas. O responsável destacou as valências tecnológicas instaladas nesta unidade para a congelação, salga e produção da farinha de peixe

Inaugurado a 23 de Abril de 2021, o empreendimento conta com um sala de processamento do pescado, unidade de produção da farinha de peixe, secador solar, túnel de congelação com capacidade para 15 toneladas, câmara frigorífica e fábrica de gelo. O centro possui ainda loja de venda de material de pesca, oficina mecânica naval, área administrativa, sala de formação, bomba de combustível, entre outros departamentos.

A unidade pesqueira custou dois milhões e 864 mil dólares, financiados pelo Banco Africano (BAD), no do programa do Executivo do relançamento da pesca artesanal no país.

A costa marítima da província do Zaire compreende 250 quilómetros que abrangem os municípios do

Nzeto, Soyo e Tomboco o Espécies como cachucho, garoupa, sardinha, corvina, tuba, linguado, carapau, pungo, entre outras, abundam ao longo da sua extensão.

3.2 Cooperativas com rendimentos até 429 mil Kz podem aderir ao INSS

Novo jornal
15 De Outubro de 2021
Texto: Jorge Batalha

Os trabalhadores com baixo rendimento, cuja massa salarial total dos envolvidos em cooperativas não seja superior a 429.080 Kz, equivalentes a 20 salários mínimos nacionais, tendo como base os 21.454 Kz do sector da Agricultura, foram sensibilizados a aderir ao sistema de protecção social obrigatória, apurou o Novo Jornal.

Em declarações à imprensa, durante a campanha de sensibilização aos comerciantes do mercado do Asa Branca, na última sexta-feira, OS, o director-geral do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Anselmo Monteiro, explicou que a organização pretende dar garantia futura e levar as pessoas a conhecer o sistema de segurança social.

"A perspectiva é de aproximarmos cada vez mais a segurança social às pessoas, porque elas têm de confiar nos sistema de protecção social obrigatório. Dentro de mais alguns anos, não terão energia suficiente para desenvolver as actividades que hoje realizam", fez saber responsável.

Quanto às taxas de descontos neste regime, o NJ observou que os responsáveis das cooperativas terão de pagar uma taxa de 4% do seu rendimento e o trabalhador contribuirá com 1,5%, respectivamente.

Todavia, ressalta o interlocutor, o trabalhador que, após 180 meses de contribuição, não quiser continuar com o desconto, poderá solicitar o levantamento das suas contribuições junto do INSS.

Na ocasião, o responsável revelou a modalidade inovadora do INSS, que consiste na implementação da prova de vida digital facial, que poderá, desta forma, permitir ao pensionista efectuar a prova de vida em casa, através de um telemóvel.

Atraso no pagamento de pensão de sobrevivência

Questionado sobre o atraso no pagamento da pensão de sobrevivência, Anselmo Monteiro disse haver um triângulo que passa pelo beneficiário, o tribunal e o

INSS, e que os atrasos no pagamento das pensões são causados pela morosidade dos processos nos tribunais.

"Aqui existe um processo, um triângulo que é o beneficiário, o tribunal e a segurança social. Os processos nos tribunais são morosos e são esses que atrasam o atendimento que o INSS tem de dar quanto às pensões de sobrevivência", esclareceu.

Este semanário constatou que os vendedores desconheciam o Decreto Presidencial n.º 295/20, de 18 de Novembro, e, por esse facto, não sabiam o que fazer para aderir.

No acto de adesão ao INSS, os trabalhadores deverão apresentar cópia do Bilhete de Identidade e a entidade empregadora a documentação fiscal da empresa

3.3 Governo incentiva novos métodos para rentabilizar a indústria de carvão

Jornal Economia e Finanças

22 De Outubro de 2021

Texto: António Eugénio

O Executivo angolano tem o projecto de promoção do carvão vegetal sustentável em Angola baseado na Agenda Z030, como modelo de desenvolvimento inclusivo, incorporado na iniciativa da cadeia de valor.

Iniciado em 2017, sobre a condução do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), afecto ao Ministério da Agricultura e Pescas, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial para a Protecção do Ambiente (GEF), o projecto visa alavancar a indústria de produção do carvão vegetal para garantir o sustento de milhares de famílias, sobretudo do meio rural.

A execução do mesmo vai durar seis anos e consumir 4,6 milhões de dólares a serem disponibilizados por fases, pelo Fundo Mundial para a Protecção do Ambiente (GEF) e 875 mil dólares do PNUD

A envolvimento das Organizações internacionais deve-se ao facto do carvão vegetal continuar a ser a fonte principal nas comunidades. A sua aplicação visa também preservar as florestas e mitigar as emissões de gases poluentes, gerando ao mesmo tempo, empregos e desenvolvimento das comunidades.

Especialistas do Instituto de Desenvolvimento Florestal apontam que o processo de produção de carvão em Angola representa prejuízos para o meio ambiente, por isso, propõem a introdução de novos métodos neste processo na perspectiva de mitigar efeitos nocivos à vida.

Uma das medidas passa pelo uso de caroços de milho e outras tecnologias que facilitem a criação de novas fontes de energia para ajudar a reduzir o impacto causado pela exploração das florestas nativas.

A medida de incentivar formações em áreas de maior exploração já que o projecto de produção carvão vegetal tem a finalidade de melhorar a eficácia do consumo da biomassa, assim como a diferença do carvão mineral que é extraído da terra, e o carvão vegetal que resulta da queima de madeira ou lenha.

Reforço do apoio

Em Angola, a FAO já apoiou o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente a ter acesso aos recursos preparatórios para o reforço e da capacidade institucional na geração de dados para apoiar a laboração do projecto.

Angola está entre os países a com maior actividade de incêndios na África Subsaariana. As queimadas e incêndios florestais provocados pelas comunidades estão ligados à produção de carvão e lenha. Por outro lado, a agricultura e caça e produzem emissões significativas e têm graves consequências para o ambiente e a biodiversidade.

Este projecto sobre Gestão Sustentável de Fogos procura identificar soluções baseadas na natureza e aproveitar o grande potencial de Angola para a redução de emissões de gases de efeito estufa, e em consequência a geração de créditos de carbono para ser revertido para as comunidades.

A FAO vai continuar a fazer acompanhamento técnico aos desafios ambientais e climáticos do país com a melhor experiência nacional e internacional para promover a gestão sustentável dos recursos florestais.

3.4 Câmara dos taxistas aguarda aprovação do Governo

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

A Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) prevê criar a Câmara Nacional dos Taxistas, uma plataforma de associações e cooperativas de taxistas para regular o funcionamento

dos serviços de táxi, bem como melhorar a estatística e o controlo dos veículos do serviço de transporte rodoviário de passageiros, monitorando o grau de segurança dos utentes desses meios.

Ao Novo Jornal, o presidente da ANATA, Francisco Paciente, esclarece que a materialização do projecto depende apenas do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, órgão para o qual, no ano passado, a associação, que controla mais de 22 mil taxistas e mais de três mil auxiliares (lotadores) a nível das 12 províncias com representatividade, deu entrada do processo.

"Até agora, aguardamos pelo feedback do Ministério da Justiça", explica o responsável.

O representante dos homens dos 'azuis e brancos' disse ainda que a câmara Nacional dos Taxistas será uma organização de utilidade pública composta por associações de taxistas e, entre outros benefícios, "vai impulsionar a institucionalização da carteira profissional, a inserção dos taxistas na Segurança Social, patrocinar formações, assim como facilitar a identificação da viatura e do taxista, bem como o fornecimento de estatística fiável às autoridades".

Apesar da importância que este segmento de actividade tem para o desenvolvimento económico e social do País, Francisco Paciente entende que o serviço de táxi e os taxistas "ainda são menosprezados

3.5 Primeira-dama defende criação de políticas na economia formal

Jornal Economia e Finanças

15 De Outubro de 2021

Texto: Venâncio Victor e Luísa

Victoriano

Primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, apelou segunda-feira em Malanje ao Executivo para se envolver programas integrados de empoderamento feminino orientados para capacitação técnica e para integração da mulher rural na economia formal.

Ana Dias Lourenço, falava por vídeo-conferência durante um workshop de capacitação das mulheres rurais, que serviu de antecâmara ao Fórum Nacional da Mulher Rural realizado terça-feira em Malanje, no âmbito das festividades do Dia Internacional tora de lar e do bem estar da família, a capacidade da mulher é incontestável daí que o seu auto conhecimento é indispensável conhecendo os seus próprios paradigmas, reconhecer os pontos fortes, fraquezas e preconceitos.

Guérda Barret reconheceu que, a actuação da mulher angolana no agronegócio já é um facto, tendo referido que a liderança das mulheres empreendedoras vai além de uma mulher trabalhadora e árdua, sobretudo em tempos de crise económica associada a Covid-19

"Temos que reconhecer que estas mulheres demonstram perseverança, resiliência e uma grande determinação que carregam dentro de si e são tidas como as heroínas da alimentação" disse

A FAO em Angola, disse ser compreensível que actualmente no desenvolvimento das cadeias de valor agro-alimentares não se precisa apenas de mulheres trabalhadoras mas também de mulheres a liderar e alimentar o país.

"Decidimos celebrar a segunda edição do Bootcamp da plataforma de Mulheres Agro-prodesi pelo sucesso a primeira e para atrair mais mulheres", sustentou que se assinara sexta-feira próxima, dia 15, sob Lema "Mulher Rural e Agronegócio Desafios e Oportunidades para a sua inclusão Financeira".

A medida, disse, deve envolver o Executivo e os Governos provinciais, através da criação de condições para o efeito, porque se reflecte no modo de vida e na economia familiar e rural do país.

A primeira-dama realçou que, o acesso aos serviços financeiros e as receitas agrícolas constituem um dos pilares para a capacitar as mulheres agricultoras.

Ana Dias Lourenço considerou ser oportuna a criação de condições para que as mulheres rurais desenvolvam todo o seu potencial, capacitando-as com novos saberes conferindo-lhes novas ferramentas e abrindo-lhes novas portas para oportunidades de desenvolvimento e reconhecimento do seu papel no futuro da economia, da sociedade e do país.

Reconheceu que devido à crise resultante da pandemia da Covid-19, muitas acções para o desenvolvimento rural foram adiadas. Mas disse que tudo indica que o compromisso com as metas de desenvolvimento sustentável assumidas pelo Executivo, como a igualdade do género e empoderamento das mulheres, vai permanecer entre os objectivos do país.

Não obstante o país não estar totalmente livre da ameaça pandémica e, tendo em conta os primeiros indicadores da recuperação económica, disse, "é chegada a hora de simultaneamente retomar os projectos então previstos e inverter a regressão da economia provocada pela pandemia no mundo inteiro, no continente africano e no país em

particular". Oradores do workshop de capacitação das mulheres que serviu de base ao Fórum Nacional da Mulher Rural

A Primeira-Dama da República lembrou, ainda, que o agravamento das condições sociais afectou a vida de muitos angolanos, sobretudo as franjas mais vulneráveis da população, no caso as mulheres rurais, que considerou "um pilar insubstituível da base familiar e a espinha dorsal de muitas comunidades".

Reconheceu que as agências de desenvolvimento, plataformas africanas de mulheres agricultoras e ONG têm se dedicado a desenvolver serviços financeiros e programas focados na melhoria do acesso das mulheres a melhores instrumentos de gestão agrícola.

Destacado papel da mulher rural na economia familiar

Ao discursar por vídeo-conferência na cerimónia que marcou a abertura do 10º Fórum Nacional da Mulher Rural que decorreu sob o lema "Mulher rural no agronegócio, desafios e oportunidades para sua inclusão financeira", no Instituto Agro-alimentar, a ministra de Estado para área Social, Carolina Cerqueira destacou o papel relevante da mulher rural na segurança económica do país.

Reconheceu o importante papel que as mulheres rurais têm desempenhado no seio das comunidades para o sustento das suas famílias e no desenvolvimento económico e social do país.

A ministra reafirmou que o Executivo vai continuar a dar prioridade a autonomização das mulheres rurais através da superação das suas capacidades profissionais, o rendimento de acesso ao financiamento, apoiando actividades agrícolas lideradas por mulheres, organizações informais e pequenas agricultoras no processo de formalização das suas empresas, formação de técnicas comerciais, gestão financeira e de contratação.

Frisou que o papel da mulher no desenvolvimento do país é fundamental, não só ao nível local como no contexto nacional, apesar dos obstáculos em vários domínios, pelo que realçou a necessidade do seu empoderamento e garantir uma nova cultura de conhecimento para as questões referentes à propriedade de terra que possam ser implementadas através dos instrumentos jurídico e práticas.

Segundo a ministra, estes instrumentos vão garantir melhorias na qualidade de vida das mulheres e das suas famílias por formas a permitir um verdadeiro e justo empoderamento e autonomização das mulheres através da fertilização e das novas tecnologias que

possam enveredar por mais técnicas no mercado, no acesso ao financiamento, assistência e de capacitação tecnológica, literacia financeira e novas práticas competitivas de negócio que facilitem a sua integração nas cadeias de valores e do empreendedorismo.

Na ocasião o governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", enalteceu o papel da mulher na estabilidade das famílias e encorajou a continuidade do seu papel rumo ao desenvolvimento e no combate à fome e a pobreza.

Os participantes no encontro que juntou mulheres das 18 províncias, concluíram que as escolas de campo têm jogado um papel fundamental na dinamização da agricultura familiar no

Projecto da Plataforma Agro Prodesi Mulher Rural

No quadro do Workshop de capacitação da mulher rural que serviu de antecâmara ao 10º Fórum Nacional da Mulher Rural foi lançado igualmente em Malanje a segunda edição da Plataforma" Boot Camp Agro-Prodesi Mulher Rural, concebido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A representante do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO) em Angola, Guerda Barrete, explicou que, o Bootcamp tem como objectivo de construir plataformas de equipas, partilhar com sucesso e diversidade e fomentar mais a confiança com a experiência nacional e motivacional de outras mulheres.

Ao intervir no workshop, a secretária de Estado da economia, Dalva Ringot reconheceu que a mulher desempenha um papel preponderante na economia nacional.

Disse que, o Executivo angolano no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018- 2022, tem definido o programa de promoção da mulher para garantir a sua inclusão e igualdade de oportunidades em todos os domínios da actividade económica.

A secretária de Estado da Economia disse que o referido programa tem por objectivo garantir a participação da mulher na vida económica do país, porque como acrescentou a mulher continua a ser o papel central das famílias assim como da sociedade.

Dalva Ringoth disse que urge a necessidade da mulher ser vista como sendo um elemento catalisador sobretudo no meio rural.

A economia no meio rural tem maior progressividade quando existem mulheres resilientes, determinadas e

que reconhecem que, apesar dos constrangimentos e dificuldades devem continuar a trabalhar para garantir o sustento das suas famílias, e do meio em que estão inseridas, disse.

Acrescentou que, só desta forma o país pode trabalhar a erradicação da fome e da e que passa pela adopção de políticas públicas que o tem no seu plano de governação, mas a sua materialização deve contar com o apoio de mulheres valentes.

Disse que, a economia no meio rural lá onde acontece a produção de bens deve sempre contar com os esforços de mulheres. O Ministério da Economia continuará a ser o parceiro para a concretização dos projectos ligados a mulher.

3.6 China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez

Jornal Economia e Finanças
22 De Outubro de 2021

A China vai aumentar a produção de carvão em quase 6 por cento, para lidar com a escassez de energia, já depois de o país ter atingido recentemente o recorde diário de produção.

Em um comunicado, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) afirmou na segunda-feira que autorizou a abertura de 153 minas desde o mês passado para aumentar sua capacidade de produção em 220 milhões de toneladas por ano.

Na comparação com a produção total da China no ano passado (3,84 biliões de toneladas) representa um aumento de 5,7 por cento.

Apenas no trimestre actual, a produção das minas deve aumentar em 50 milhões de toneladas, segundo a comissão. A NDRC destacou que a produção diária de carvão alcançou recentemente o recorde de 11,5 milhões de toneladas.

O carvão, uma fonte de energia particularmente poluente, proporciona quase 60 por cento da produção de electricidade da China.

Nas últimas semanas, a China sofreu cortes de energia que interromperam a produção industrial em várias regiões. Entre as razões mencionadas para os cortes estão a recuperação económica global que multiplica a actividade manufactureira, os limites de produção de carvão impostos em nome das metas climáticas e a existência de um preço regulado para a electricidade.

O governo anunciou recentemente uma desregulamentação parcial da energia eléctrica vendida à indústria.

DISPUTA MUNDIAL

O preço do carvão, que abastece usinas na China e em outras partes do mundo, também segue em alta, com um aumento inédito de 250 por ano, na disputa mundial por matéria-prima para produzir energia.

A crise já bateu à porta: no final de Setembro, 22 das 34 unidades administrativas da China sofreram interrupções no fornecimento de energia. Diante desse cenário, o mercado financeiro já prevê um crescimento menor do país este ano, o que reduz as expectativas de aumento do PIB de 8,5 por cento para 8, de acordo com os últimos dados.

3.7 Os projectos para o fabrico sustentável de carvão devem ser expandidos

Jornal Economia e Finanças
22De Outubro de 2021
Texto: António Veloso

Existem várias famílias que têm na venda do carvão e lenha, o seu principal sustento. Que políticas devem ser gizadas para que esta franja da sociedade consiga sustentar-se?

Existe o projecto que está a ser implementado com o apoio do Fundo Global do Ambiente sobre o carvão sustentável. Há igualmente outras iniciativas de associações de desenvolvimento que incidem principalmente nos carvoeiros, através dos fogareiros melhorados que são mais eficientes e travam o processo de combustão, utilizando menos carvão ou lenha. Os projectos de como fazer um fabrico sustentável do carvão e lenha deveriam ser expandidos para outras partes do país, acompanhados de programas integrados de educação. As comunidades ou famílias fazem o carvão à volta das suas aldeias não só para o seu uso directo, mas para vender às empresas ou pessoas singulares, o que depois implica a deslocação de aldeias para um outro lugar, por causa do corte das árvores, resultando muita exposição às poeiras e animais à volta das aldeias. Estas deslocações se forem cíclicas podem pôr em causa a existência de florestas num raio de vários quilómetros, situação que tem um impacto directo ao ambiente.

O corte indiscriminado de árvores para os vários fins tem ligação directa a desflorestação. Até que ponto este fenómeno pode causar problemas ao nosso ecossistema?

As árvores têm na natureza muitas funções. O seu corte quer seja para o fabrico de carvão, para a lenha, para a expansão urbana, agricultura ou diversos fins tem um impacto grande sobre a natureza. Como sabe, uma das principais funções das árvores é o fornecimento do oxigénio e a absorção de dióxido de carbono. As árvores fazem parte do ciclo hidrológico, já que é através das folhas das árvores que acontece a evapotranspiração, que na sua essência quanto mais zonas verdes tivermos, mais zonas frescas haverá, e mais fácil teremos o ciclo hidrológico, portanto, em grandes áreas de florestas, a temperatura é mais baixa e ajuda no ciclo da água. Por outro lado, as árvores servem igualmente para proteger os solos contra os fenómenos erosivos e também como cortina de poeiras. Como sabes, as poeiras têm um impacto sobre o nosso sistema respiratório, principalmente quando são poeiras transportadas pelo vento que contém a fuligem das queimadas. A inexistência desta cortina, tem impacto sobre a vida das pessoas.

A erosão dos solos é também um dos grandes problemas?

As raízes das árvores servem para assegurar o solo. Conforme vamos cortando, fazendo o carvão vai se devastando. Os solos ficam mais soltos e com as chuvas, há a facilidade de se criar ravinas. No país existem muitas ravinas criadas. Em Luanda, por exemplo, temos ravinas que são criadas por causa ou da remoção das árvores apenas, ou a remoção de árvores aliadas as obras civis, onde não são feitos canais de drenagem, acabam por estar ligadas a fenómenos erosivos, criando ravinas que dão cabo à várias infra-estruturas, como estradas.

Do ponto de vista da vida animal, as árvores têm também uma importância capital .

As árvores servem de habitat da vida animal. Nos últimos dois anos estamos a ter mais muitos conflitos entre as pessoas e os elefantes de florestas, principalmente em várias regiões do Cuanza-Norte, Bengo e Uíge, porque aquelas florestas que são usadas como habitat para estes animais, estão a ser cortadas. Os animais afastam-se ou porque a floresta foi cortada, ou porque já não é segura por causa da intervenção humana, e os animais acabam por ir, em alguns casos, mais próximo das vilas porque estão assustados, o que tem resultado em algumas mortes. As florestas servem como suporte de vida de muitas espécies, falamos dos elefantes, mas temos em algumas zonas do país, como por exemplo, na

Cundira ou na Conda muitas aves. Com o corte das florestas para a agricultura, muitas destas espécies que vivem numa determinada altitude, acabam por desaparecer.

A erosão das montanhas também causa muitos perigos.

Temos, por exemplo, na estrada Conda/Sumbe uma série de morros que tinham plantações de café, que são árvores baixas que ficam debaixo de árvores grandes, cujas árvores foram cortadas para plantar banana, milho e outras culturas, causando a seguir o fenómeno de erosão, e inclusive às vezes com bloqueio as estradas. As árvores e as florestas têm funções muito variadas. O corte sem reflorestação e em lugares errados pode trazer vários impactos ao meio ambiente.

Como é que deve ser feito no processo de reflorestação?

O primeiro passo é, se não vai plantar não corte. Antes de fazermos o reflorestamento temos de ver as áreas onde vamos cortar e como vai ser cortada. Não quer dizer que não se pode fazer a exploração da madeira, por exemplo, ou do carvão, porque como sabes, as pessoas do meio rural não têm gás de cozinha. Por isso, o corte das árvores que serve para o carvão ou lenha tem de ser de forma selectiva e em áreas autorizadas. O Ministério da Agricultura e Pescas dá autorização, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para a exploração da madeira ou do carvão, às comunidades que utilizam lenha. O problema está no corte de árvores das chamadas florestas primárias. A planificação e gestão dos recursos florestais deve ser a primeira acção a fazer, através da sensibilização, fiscalização e campanhas de reflorestamento onde for necessário. A floresta se for cuidada, ela por si só, vai-se regenerar. Há áreas onde é preciso fazer um esforço de reflorestamento. O novo regulamento de reflorestamento fala em concessões para as florestas. Quer dizer que, os interessados recebem uma concessão de 20 a 30 anos para fazer a sua actividade, mas têm também que plantar. É uma concessão específica, é um terreno específico, ao contrário daquilo que acontecia no passado em que as pessoas iam cortar onde lhes apetecia. Apesar de o Governo indicar as áreas, ainda verificamos que não havia fiscalização.

Quer dizer: reflorestar sim, mas com uma gestão rigorosa

A reflorestação é importante, mas a gestão, planificação, educação ambiental e fiscalização dos recursos deve merecer uma atenção especial.

3.8 Câmara dos Taxistas aguarda aprovação do Governo

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

A Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) prevê criar a Câmara Nacional dos Taxistas, uma plataforma de associações e cooperativas de taxistas para regular o funcionamento dos serviços de táxi, bem como melhorar a estatística e o controlo dos veículos do serviço de transporte rodoviário de passageiros, monitorando o grau de segurança dos utentes desses meios,

Ao Novo Jornal, o presidente da ANATA, Francisco Paciente, esclarece que a materialização do projecto depende apenas do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, órgão para o qual, no ano passado, a associação, que controla mais de 22 mil taxistas e mais de três mil auxiliares (lotadores) a nível das 12 províncias com representatividade, deu entrada do processo,

"Até agora, aguardamos pelo feedback do Ministério da Justiça", explica o responsável.

O representante dos homens dos 'azuis e brancos' disse ainda que a câmara Nacional dos Taxistas será uma organização de utilidade pública composta por associações de taxistas e, entre outros benefícios, "vai impulsionar a institucionalização da carteira profissional, a inserção dos taxistas na Segurança Social, patrocinar formações, assim como facilitar a identificação da viatura e do taxista, bem como o fornecimento de estatística fiável às autoridades",

Apesar da importância que este segmento de actividade tem para o desenvolvimento económico e social do país, Francisco Paciente entende que o serviço de táxi e os taxistas "ainda são menosprezados".

DULCINEIA LUFUA

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Inflação ascende a 27 por cento este ano

Jornal de Angola

1De Outubro de 2021

Texto: Victorino Joaquim |

A inflação acumulada situa-se em cerca de 27 por cento, este ano, de acordo com previsões avançadas, ontem, em Luanda, pelo governador do BNA, que situam a taxa acima da meta de 18,7 por cento inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE), em Julho revista em alta, para 19,5 por cento. pelo próprio banco central.

José de Lima Massano anunciou a nova estimativa em conferência de imprensa realizada no fim da reunião mensal do Comité de Política Monetária (CPM), um encontro de dois dias no qual o Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu manter a taxa básica de juro em 20 por cento, bem como a de cedência e a de absorção de liquidez em 25 e 15 por cento, respectivamente.

O governador atribuiu a escalada da inflação ao aumento dos preços nos mercados internacionais e à manutenção dos factores que determinam o comportamento dos preços no mercado interno, os quais, disse, apesar do quadro de estabilidade cambial, apontam para a continuação de pressões inflacionistas no curto prazo.

De Janeiro a Agosto, o Índice de Preços no Consumidor Nacional ascendeu a 16,88 por cento, enquanto a variação homóloga (há 12 meses) situou-se em 26,09 por cento, impulsionada pelos aumentos verificados na classe de Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas, cuja variação foi de 32,39 por cento.

Estabilidade cambial

Durante a reunião, o CPM considerou que o mercado cambial está estabilizado e que a moeda nacional apreciou-se em Agosto (o período analisado no encontro), em cerca de 0,65 por cento face ao Dólar.

Isso eleva a apreciação acumulada desde o início do ano para 2,15 por cento, enquanto que, no mercado

informal, a apreciação acumulada no mesmo período foi de 12,44 por cento, o que resultou num diferencial entre a taxa formal e informal de 5,30 por cento.

Em Agosto, os bancos comerciais adquiriram um total de 745,49 milhões de dólares, dos quais 298,13 milhões ao sector petrolífero, 196,03 milhões ao Tesouro Nacional e 174,29 milhões de dólares ao sector diamantífero.

O valor de divisas transaccionado no mercado registou uma ligeira redução face a Julho, quando o total adquirido pelos bancos foi de 904,06 milhões de dólares, sendo 329,30 milhões ao sector petrolífero, 329,36 milhões ao Tesouro, 158,78 milhões de dólares a outros sectores e 86,63 ao sector diamantífero.

"Não há conhecimento de operações cambiais pendentes na banca por dificuldades de acesso a divisas", declarou o governador com base nos registos disponibilizados pela banca ao BNA, considerando o mercado normalizado.

Dinâmica do crédito

No mês em análise, o crédito à economia em moeda nacional, um dos eixos de sustentação do crescimento económico, registou um aumento de 0,51 por cento no crédito concedido às empresas, caindo em 0,10 pontos percentuais no concedido a particulares.

Em termos acumulados, nos oito primeiros meses do ano, o crédito em moeda nacional aumentou 13,71 por cento para as empresas e 14,29 por cento para os particulares. O governador explicou o aumento do crédito à economia nacional pela execução de programas de apoio ao crédito, com realce para o Aviso nº 10/2020, do BNA.

Até Agosto, lembrou, foram aprovados financiamentos no quadro do Aviso 10/2020 para 288 projectos, no valor de 575,26 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 323,12 por cento do valor mínimo a conceder até ao final do presente exercício económico.

Lembrou que o Aviso orienta os bancos comerciais a promoverem a concessão de crédito ao sector real da economia e que a maior fatia do financiamento aprovado beneficiou o sector da Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados, com 43,60 por cento, Pescas e Aquicultura, com 11,37 por cento, e Indústrias Alimentares (10,43 por cento).

O stock de crédito à economia em moeda nacional registou, em Agosto, uma expansão de 1,20 por cento, tendo atingido 3,75 biliões de kwanzas. Em termos homólogos registou uma expansão de 23,28 por cento.

José de Lima Massano revelou que o grau de incumprimento medido pelo rácio de crédito malparado sobre o crédito total bruto, registado em Julho, foi de 10,85 por cento representando uma redução quando comparado com o mês de Dezembro de 2020, que se situou em 18,41 por cento, e com o período homólogo, que foi de 21,22 por cento.

O governador citou dados do INE a indicarem que, no segundo trimestre do ano, o país registou uma taxa de desemprego da população economicamente activa de 31,60 por cento, mais 1,10 pontos percentuais que no trimestre anterior.

4.2 Província de Luanda arrecada 800 milhões de kwanzas em Agosto

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2021

Texto: Manuel Barros

A província de Luanda arrecadou, no mês de Agosto, um valor de 800 milhões de kwanzas em impostos para a Conta Única do Tesouro, segundo números avançados pelo delegado das Finanças.

Erick Costa disse, ao *Jornal de Angola*, que os três municípios com maior receita, no conjunto dos nove, foram Viana, Belas e Cacucaco. No caso de Viana, o município contribuiu com 166 milhões de kwanzas, cerca de 20,8 por cento da receita.

De acordo com Erick Costa, os sectores de licenciamento de construção, vedação e das obras foram os que mais contribuíram, além dos mercados, que têm sido elementos importantes na arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

Para o delegado de Luanda, o projecto "Simplifica 1.0" tem facilitado muito na rapidez com que se trata alguns documentos, diminuindo, de certa forma, a morosidade do passado e gerado facilidades à vida de muitos munícipes quando acorrem às administrações municipais.

"A arrecadação de receitas próprias torna-se mais eficaz e eficiente a partir do momento em que os órgãos da administração instalam o Portal de Município ou ainda o Portal dos Serviços, instrumentos que acoplados ao Terminal de

Pagamento Automático (TPA) facilitam o processo", afirmou.

Salientou que por intermédio do pagamento de serviços solicitados às administrações municipais, elas arrecadam receitas em recursos próprios, que, por sua vez, são encaminhados à Conta Única do Tesouro (CUT). Do valor, retorna para o órgão arrecadador na ordem de 70 por cento, acabando por servir para cobertura das despesas de funcionamento das administrações.

O delegado Erick Costa disse não corresponder com a verdade, na actualidade, um possível cenário de administrações com falta de tinteiro para imprimir documentos, porquanto as administrações, sejam municipais ou comunais, têm um retorno automático de 70 por cento da sua arrecadação.

4.3 Executivo pretende aumentar orçamento do ensino superior

Jornal de Angola

6 De Outubro DE 2021

Texto: César Esteves

O Presidente da República, João Lourenço, garantiu, ontem, no Cuito, Bié, que o Executivo vai aumentar a verba para o Ensino Superior no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022, no sentido da melhoria da qualidade do ensino.

Ao fazer a abertura solene do ano académico 2021/2022 no Subsistema do Ensino Superior, o Chefe de Estado, que falou da percentagem a ser aumentada, reconheceu o muito que ainda há por se fazer e incutir nas instituições de ensino superior as boas- práticas de gestão que ajudem a tirar melhor proveito dos recursos humanos, financeiros e materiais colocados à sua disposição.

Augurou que o quadro legal em construção ao nível do sector e demais legislação em vigor, bem como uma acção mais firme de fiscalização e orientação do Executivo, possam dar maior dignidade e prestígio às instituições de ensino superior, que têm a responsabilidade de formar os quadros qualificados de que o país carece para o seu desenvolvimento sustentável

Neste particular, o Presidente destacou a realização, em breve, de uma acção de formação, através de um curso de Administração Universitária com o financiamento da União Europeia, com vista a promover a qualificação de 200 gestores académicos.

Carreira docente

No âmbito do processo de regulamentação do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior, o Presidente ressaltou que com a aplicação do Regulamento da Prova Pública para o provimento nas categorias de Assistente, Professor Auxiliar, Associado e Catedrático introduziram-se melhores critérios de isenção e transparência no ingresso e acesso na carreira docente do ensino superior, tendo servido de instrumento para a admissão e retenção de quadros que se revelarem aptos para o exercício da actividade docente.

Não obstante os esforços que têm sido empreendidos, o Presidente reconheceu haver ainda escassez de docentes e funcionários administrativos para dar vazão às necessidades específicas de cada instituição.

"Estamos cientes de que há, ainda, um grande caminho a percorrer, sobretudo no que diz respeito ao aumento do corpo docente em tempo integral e de funcionários administrativos, de modo a obtermos rácios docente/estudante mais próximos dos recomendados internacionalmente", frisou.

Para se atingir este objectivo, destacou, não foi bastante o provimento administrativo excepcional de docentes, realizado em 2018, nem o concurso público de ingresso, realizado em 2019, que permitiu retirar da estagnação na carreira docente cerca de 1050 docentes, pelo que deu a conhecer o andamento de um processo preparatório para a realização de concursos públicos no Ensino Superior.

Avaliação dos cursos

O Presidente falou, também, da necessidade de o sector do ensino superior proceder ao processo de avaliação das instituições, dos cursos e programas de graduação e pós-graduação que os conformam.

Ressaltou que "a fase em que nos encontramos assume particular relevância a iniciativa das instituições de ensino superior realizarem auto avaliação, a fim de se preparem para a avaliação externa regular e, conseqüentemente, para a acreditação".

Desta forma, acrescentou, os resultados dos processos de avaliação e acreditação podem, nos próximos anos, não só ajudar as instituições de ensino superior a saber em que medida estão ou não alinhadas com os padrões e indicadores internacionais de desempenho e qualidade e, se são, ou não, suficientemente competitivos como, também, ajudar o Executivo a tomar a melhor decisão no quadro das políticas públicas para o ensino superior

"Queremos ver, também, as nossas instituições de ensino superior a realizarem a avaliação obrigatória de desempenho docente, que esteve condicionada aos constrangimentos da pandemia da Covid-19", realçou.

Instituições ilegais

O Presidente da República apelou aos pais e encarregados de educação a não matricularem os filhos em instituições de ensino superior privado, sem que certifiquem, primeiro, da sua legalidade, por não garantirem, no fim do curso, um diploma reconhecido pelas autoridades competentes e, deste modo, trazer consigo a frustração aos jovens que, com isso, se verão afastados do mercado de trabalho.

Numa altura em que se trabalha para o aumento da qualidade do ensino, sobretudo para o reconhecimento internacional dos diplomas das universidades angolanas e para se ter instituições cada vez melhor posicionadas no ranking das melhores do continente e do mundo, disse, não se pode continuar a tolerar a existência de estabelecimentos de ensino ilegais, que tenham como propósito principal o lucro fácil.

País vai ter um repositório científico de acesso aberto

Angola vai dispor, nos próximos tempos, de um Repositório Nacional Científico de acesso aberto, para permitir que os integrantes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação estejam conectados às bases internacionais de dados científicos.

O Chefe de Estado disse que o processo para a materialização deste desiderato já está em curso e conta com a parceria da UNESCO e de outros parceiros internacionais.

Os repositórios científicos reúnem inúmeros recursos bibliográficos em formato digital, que podem ser seleccionados e filtrados por critérios como ano, área, tipo de publicação, autor, instituição, revista e outros.

Acrescentou que a melhoria do ambiente para a investigação científica também se confirma com a criação de uma Rede Angolana de Revistas Científicas.

O Presidente sublinhou a necessidade de se priorizar a estruturação dos departamentos de ensino e investigação, para que estes reforcem o ambiente de investigação científica em que os docentes e investigadores exerçam, efectivamente, esta actividade e insiram nelas os estudantes, devendo ser

esta a maior preocupação das instituições de ensino superior.

Referindo-se à inovação e ao empreendedorismo, o Presidente destacou a realização de dois estudos independentes sobre a Inovação e o Empreendedorismo no Ensino Superior, visando a criação de um ecossistema e de um currículo sobre o tema no Ensino Superior.

Disse estarem, ainda, a decorrer, com o apoio do PNUD, da FAO, da Agência Francesa para o Desenvolvimento e da Embaixada do Reino dos Países Baixos, trabalhos para a criação de incubadoras de empresas em instituições de ensino superior.

Inovação e empreendedorismo

O Chefe de Estado realçou, "com júbilo", os resultados obtidos no domínio da inovação e do empreendedorismo de uma parceria entre o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e o Banco Nacional de Angola (BNA), que deu origem à criação de uma plataforma de incubação, instalada na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, tendo criado já 20 startups que trabalham para a elaboração de produtos para o sector financeiro.

Formação de docentes é prioridade

O Presidente da República garantiu que a formação pós-graduada dos docentes é outra prioridade para o Executivo, razão pela qual destacou a realização de estudos de diagnósticos cujos resultados constituíram a base para o melhor aproveitamento do financiamento da União Europeia para apoiar a criação e a melhoria de cursos de pós-graduação de mestrado, doutoramento e especialização, para financiar o apetrechamento de laboratórios, a capacitação de funcionários não docentes, a mobilidade docente e a criação de parcerias internacionais.

Ao nível da graduação e pós-graduação, disse que o país apostou no aumento do número de bolseiros internos, deixando as bolsas externas para programas específicos do Executivo para a pós-graduação, conferente de graus e títulos.

O Chefe de Estado esclareceu que as bolsas de estudo são atribuídas após candidatura, para estimular o sucesso académico, premiando, deste modo, o mérito, mas, também, com especial atenção à inclusão social dos estudantes mais desfavorecidos economicamente ou a portadores de deficiência.

FUNDECIT

Com a criação, em Julho deste ano, da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), o Presidente disse que se deu um importante passo no financiamento à Ciência, de forma a reforçar e tornar consistente o financiamento competitivo das instituições de ensino superior, das Instituições de Investigação Científica e Desenvolvimento e de actores singulares, preenchendo-se, assim, um vazio existente há anos.

Entretanto, o Presidente sublinhou que o FUNDECIT deve pautar o seu funcionamento "no escrupuloso respeito às boas-práticas e aos princípios de compliance, onde a igualdade de oportunidade, a elegibilidade, a competitividade e a excelência devem ser os critérios a considerar nas suas decisões".

"Esperamos que os projectos de investigação científica concorram para a inovação tecnológica do nosso parque industrial, ajudando a alavancar o sector produtivo e a economia nacional, no geral", realçou.

Ciência Tecnologia e Inovação

No capítulo da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Presidente deu a conhecer a negociação, com uma das mais prestigiadas editoras científicas do mundo, para a aquisição de um pacote de acesso à literatura científica actualizada, por três anos, para cerca de três mil docentes e investigadores científicos de cerca de 40 instituições públicas de ensino superior, o que, a seu ver, vai gerar um impacto significativo na investigação científica nacional.

4.4 Orçamento dá primazia a acções sociais

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2021

Texto: Maximiano Filipe

O Orçamento participativo do exercício económico de 2021, do município de Benguela, teve como prioridade acções de impacto social nas comunidades.

A informação foi avançada no início desta semana pela administradora municipal de Benguela, Carla Marisa, durante a cerimónia de apresentação da carteira de projectos em curso, que envolvem o valor global de 25 milhões de kwanzas, provenientes do Orçamento Geral do Estado.

Segundo a responsável da Administração, este orçamento é de cabimentação anual, na base do qual foram selecionados vários problemas que afligem directamente a população, como serviços de iluminação pública, manutenção e conservação, espaços verdes e saneamento básico.

Para a execução dessas acções, o orçamento foi de 14 milhões, 649 mil, 233 kwanzas e 48 cêntimos.

A segunda fase teve como prioridade a melhoria das políticas sociais voltadas para a alimentação, infância, juventude e terceira idade, tendo ficado orçado em cinco milhões, 943 mil, 932 kwanzas, e 94 cêntimos.

O terceiro eixo atendeu o projecto de construção de um canal de drenagem a céu aberto para as águas residuais, orçado em 1 milhão, 906 mil kwanzas.

4.5 Dívida pública global atinge 97,8% este ano

Jornal Economia e Finanças
15 De Outubro 2021

A dívida pública global poderá atingir 97,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) contidas num relatório divulgado na quarta-feira (13), em Washington, isso representa uma redução de menos de um ponto percentual em relação ao recorde de 98,6 por cento registado em 2020, quando os países recorreram a acções fiscais sem precedentes" para combater a pandemia, muitas vezes envolvendo aumento de gastos

Segundo o FMI, a expectativa é de que nos próximos anos, a dívida global se estabilize em torno de 97 por cento do PIB, nível bem acima do projectado antes da pandemia. Só a partir de 2026 esse percentual deve começar a ser reduzido.

Crescimento do PIB

Já o crescimento mundial, indica o FMI, está a retomar, com projecção de que o PIB global avance 5,9 por cento neste ano, após redução de -3,1 por cento em 2020.

O FMI adverte para incertezas diante do acesso desigual a vacinas e do surgimento de novas variantes do vírus e afirma que há "divergências perigosas" nas expectativas económicas dos países.

Segundo o relatório, em mercados emergentes e países de baixa renda e em desenvolvimento a trajectória do PIB deve permanecer em níveis mais

baixos que as projecções de antes da pandemia, "levando a receitas fiscais reduzidas".

O FMI salienta que essas divergências entre os países na recuperação da pandemia deverão ter impacto sobre a pobreza e a desigualdade, fazendo com que seja mais difícil para os países atingirem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU (entre os quais está a erradicação da pobreza).

Os economistas do fundo afirmam que "políticas fiscais ágeis e agressivas permanecem sendo cruciais para conter o impacto das ondas da pandemia sobre famílias e negócios e para facilitar a recuperação e transformação económica".

O relatório diz que muitos países avançados já começam uma transição de medidas para combater à pandemia a medidas de apoio à recuperação e transformação das suas economias, com o objectivo de torná-las produtivas, justas e sustentáveis.

Esse cenário contrasta com a realidade de vários países emergentes, de baixa renda e em desenvolvimento, onde a recuperação enfrenta o obstáculo "do baixo acesso a vacinas e menor espaço para apoio fiscal".

Pobreza cai Por outro lado, o FMI revela que a pobreza deve cair em 2021, "parcialmente compensando o grande aumento em 2020".

"Mas o número de pessoas na pobreza ainda é projectado para ser entre 65 milhões e 75 mais alto do que (o projectado) antes da pandemia", diz o relatório.

Ainda assim, adverte, a crise provocada pela pandemia de Covid vai deixar uma "marca duradoura" nas finanças dos governos, na desigualdade, na pobreza e no PIB de muitos países

4.6 Angola está a produzir menos petróleo que o programado no OGE

Jornal Expansão
22 De Outubro de 2021

Angola está a produzir em média menos de 150 mil barris por dia face aos 1,288 milhões que estão programados no Orçamento Geral do Estado de 2021, de acordo com cálculos do Expansão. A justificar uma produção abaixo da meta anual segundo o especialista José Oliveira estão problemas

técnicos que reduzem a capacidade de exportação do país.

" Por exemplo o bloco 31 teve duas a três semanas para reparar o manifold de exportação e ficou sem capacidade de abastecer o navio, o que levou a uma redução da produção", refere.

Aliás, as paragens de produção não programadas estão a aumentar cada vez mais, especialmente nos blocos cujas instalações estão cada vez mais antigas.

O presidente da ANPG, Paulino Jerónimo, revelou aquando da criação da agência que um dos objectivos da concessionária era reduzir ao máximo as paragens de produção provocadas pela manutenção não programada.

Segundo José Oliveira, normalmente Angola perde entre 15 mil a 25 mil barris de petróleo por dia por várias falhas. "Se não é o compressor que avaria, temos problemas de injeção de água, outras é o manifold de exportação ou a entropia nos pipes", sublinha.

Para o economista Yuri Quixi-na, o facto de o preço do barril de petróleo estar alto não é momento para "lançar foguetes para o ar". Para o Economista há uma falsa ideia de que o crescimento económico de Angola depende do preço do barril do petróleo, mas para o especialista o crescimento nunca dependeu do preço do barril do petróleo, mas sim da produção.

"Se analisarmos as séries temporais de 2003 a 2008 em que Angola cresceu a 2 dígitos a uma média de 12% a 14% ao ano, o preço em média era 55 USD ou 65 USD. Nunca o país cresceu a uma taxa de dois dígitos ao preço de 100 USD ou acima dos 100 USD", clarifica. Segundo o economista, quando o preço do barril de petróleo esteve acima de 120 USD, a economia angolana cresceu entre 5% a 6%.

E isto explica-se porque o crescimento acontece por conta da produtividade e "não tem nada a ver com o preço que é conjuntural" e depende dos players de mercado, remata.

4.7 Estação de Sassa-Zau abastece cinco bairros

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2021

Texto: Pedro Suculate

A nova Estação de Tratamento de Água de Sassa-Zau, com capacidade para produzir 51.840 mil metros cúbicos por dia, começa a funcionar em breve, em fase experimental, abastecendo 500

consumidores de alguns bairros cadastrados pela Empresa Provincial de Águas de Cabinda (EPAC) na cidade de Cabinda.

Trata-se dos bairros do extremo Norte da cidade, nomeadamente Chinga, Mbuco, Cabassango, Lucola, Bucu-Ngoio, Simindele e Zóngolo e os da vila de Lândana (Cacongo). Depois, de forma progressiva, até antes da sua inauguração, abrangerá também os clientes do centro e sul da cidade.

Com as obras iniciadas em 2016, a Estação custou aos cofres do Estado 88 milhões de dólares.

Contempla, além das infra-estruturas de serviço, uma conduta de alta pressão, de aproximadamente 30 quilómetros de extensão, nova rede domiciliar, 30 mil ligações domiciliárias, igual número de contadores montados e 6 reservatórios com a capacidade global de 28.125 metros cúbicos.

O vice-governador para o Sector Político e Social, Miguel dos Santos de Oliveira efectuou, há dias, uma visita a 5 tanques reservatórios do Tchizo, com a capacidade global de 22.575 metros cúbicos e um na localidade de Simindele de 5.550 metros cúbicos, para aferir as condições técnicas e de funcionamento.

Para o vice-governador, a população, ao consumir água potável, fica mais protegida de doenças, como a cólera e diarreias agudas. "A população deve aderir ao processo de cadastramento para a celebração de contratos de fornecimento de água que a Estação leva a cabo, visando manter o controlo dos consumidores", apelou.

Em declarações à imprensa, no termo da visita, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Cabinda (EPAC), João Baptista Franque, anunciou que, até ao presente momento, já foi efectuado 4.500 mil ligações domiciliárias das 30 mil previstas, montados 300 contadores pré-pagos e elaborados 500 novos contratos.

Referiu que o projecto é do Executivo, inserido no Programa de Abastecimento de Água à cidade de Cabinda, à vila de Lândana (Cacongo) e Lote 2.

4.8 PIIM leva mais serviços a Cacuaco em Novembro

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2021

Texto: Maiomona Artur

O município de Cacuaco, em Luanda, vai dispor de novas escolas, centros de saúde e novas redes viárias,

a partir do mês de Novembro, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), anunciou quarta-feira a governadora provincial.

Ana Paula de Carvalho, que efectuou, quarta-feira, uma visita de constatação de nove horas ao município, mostrou-se satisfeita com o andamento de 17 projectos de impacto social na região, levadas a cabo através do PIIM.

Ana Paula de Carvalho visitou a escola do Belo Monte, com 12 salas de aula, cujas obras andam paralisadas há mais de sete anos, por falta de verbas, depois da colocação da primeira pedra, feita pelo antigo governador Bento Bento Ana Paula de Carvalho, que efectuou, quarta-feira, uma visita de constatação de nove horas ao município, mostrou-se satisfeita com o andamento de 17 projectos de impacto social na região, levadas a cabo através do PIIM.

Ana Paula de Carvalho visitou a escola do Belo Monte, com 12 salas de aula, cujas obras andam paralisadas há mais de sete anos, por falta de verbas, depois da colocação da primeira pedra, feita pelo antigo governador Bento.

Para esse caso, a governadora referiu-se à necessidade de se trabalhar no sentido de ver os antecedentes e cobertura orçamental, para a retoma da obra, tendo em conta a falta que a escola faz para o Belo Monte, o distrito mais populoso do município.

A referida escola pública do Belo Monte já tem a cobertura concluída, faltando apenas os acabamentos, como pavimento, tecto falso e arranjos exteriores. Por isso, a governadora pretende que se inscreva a referida obra no PIM, já que fazia parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Para além dessa obra, Ana Paula de Carvalho visitou outra escola, praticamente já concluída, no bairro Mayombe, e vias de acesso, algumas com parte acabada do asfalto, mas a faltar os passeios, iluminação pública e arborização.

A governadora provincial visitou, ainda, uma cozinha comunitária, na localidade de Mulundo, na comuna da Funda, que serve 200 pratos de comida a pessoas desfavorecidas.

À margem da visita, Ana Paula de Carvalho entregou cadeiras de rodas, bicicletas, muletas, fertilizantes, fardos e utensílios domésticos aos municípios.

Campanha de limpeza

Para amanhã, o Governo de Luanda dá início a uma mega campanha de limpeza e recolha de resíduos

sólidos em sete dos nove municípios da província, com a participação de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), membros da sociedade civil e de municípes.

A governadora referiu que a campanha vai ser contínua e passa a realizar-se aos sábados em sete municípios. Icolo e Bengo e Quiçama, por serem considerados os mais limpos e por possuírem pouca população, não vão beneficiar dessas intervenções.

Ana Paula de Carvalho afirmou que o objectivo da mega campanha de limpeza é atacar as principais artérias da cidade capital e das sedes municipais que têm vários amontoados de lixo.

"Luanda já esteve em piores condições, mas, com os trabalhos desenvolvidos pelas operadoras, a situação, aos poucos, vai sendo minimizada", referiu a governante aos jornalistas, no fim da visita.

A governadora disse já ter visitado os nove municípios de Luanda, onde constatou que a maior causa de mortalidade é a malária, razão pela qual considerou ser urgente acabar-se, o mais breve possível, com os focos de lixo e charcos.

Para esse caso, a governadora referiu-se à necessidade de se trabalhar no sentido de ver os antecedentes e cobertura orçamental, para a retoma da obra, tendo em conta a falta que a escola faz para o Belo Monte, o distrito mais populoso do município.

A referida escola pública do Belo Monte já tem a cobertura concluída, faltando apenas os acabamentos, como pavimento, tecto falso e arranjos exteriores. Por isso, a governadora pretende que se inscreva a referida obra no PIM, já que fazia parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Para além dessa obra, Ana Paula de Carvalho visitou outra escola, praticamente já concluída, no bairro Mayombe, e vias de acesso, algumas com parte acabada do asfalto, mas a faltar os passeios, iluminação pública e arborização.

A governadora provincial visitou, ainda, uma cozinha comunitária, na localidade de Mulundo, na comuna da Funda, que serve 200 pratos de comida a pessoas desfavorecidas.

À margem da visita, Ana Paula de Carvalho entregou cadeiras de rodas, bicicletas, muletas, fertilizantes, fardos e utensílios domésticos aos municípios.

Campanha de limpeza

Para amanhã, o Governo de Luanda dá início a uma mega campanha de limpeza e recolha de resíduos

sólidos em sete dos nove municípios da província, com a participação de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), membros da sociedade civil e de munícipes.

A governadora referiu que a campanha vai ser contínua e passa a realizar-se aos sábados em sete municípios. Icolo e Bengo e Quiçama, por serem considerados os mais limpos e por possuírem pouca população, não vão beneficiar dessas intervenções.

Ana Paula de Carvalho afirmou que o objectivo da mega campanha de limpeza é atacar as principais artérias da cidade capital e das sedes municipais que têm vários amontoados de lixo.

"Luanda já esteve em piores condições, mas, com os trabalhos desenvolvidos pelas operadoras, a situação, aos poucos, vai sendo minimizada", referiu a governante aos jornalistas, no fim da visita.

A governadora disse já ter visitado os nove municípios de Luanda, onde constatou que a maior causa de mortalidade é a malária, razão pela qual considerou ser urgente acabar-se, o mais breve possível, com os focos de lixo e charcos.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Nova Divisão Administrativa não é imediatista nem eleitoralista

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2021

Texto: Augusto Cuteta

O Presidente João Lourenço esclareceu, ontem, que a “alteração da actual Divisão Político-Administrativa não é um projecto imediatista de curto prazo, com fins eleitoralistas” a ser realizado até ao pleito do próximo ano.

Durante o discurso à Nação, na Assembleia Nacional, o Chefe de Estado explicou que o projecto enquadra-se na visão de futuro do Executivo para um horizonte temporal mais amplo.

"Se queremos o desenvolvimento harmonioso do nosso país e o esbater das assimetrias regionais, o importante é reconhecermos, para além de outros aspectos, a necessidade de se alterar a actual Divisão Político-Administrativa e se implantarem as autarquias locais sem que um empate o outro”.

Por isso, João Lourenço apela para a necessidade de se demonstrar os bons fundamentos do projecto, tal como aconteceu com o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) ou com a Revisão Pontual da Constituição. "A nossa missão é a de estudar, analisar e apresentar sempre as melhores soluções para os problemas da Nação que, não sendo perfeitas, como é óbvio, estão sujeitas a contribuições e à crítica da sociedade”.

Apesar do que considera "boa reacção” do país, em relação ao projecto, o Presidente da República chamou a atenção da iniciativa do Executivo da nova Divisão Político-Administrativa, com o surgimento de mais províncias, ser aprovada e implantada "quando o assunto estiver maduro”.

João Lourenço justificou que a aprovação de uma nova Divisão Político-Administrativa depende, também, de um conjunto de factores demográficos, etno-linguísticos, culturais, económicos e de outra ordem.

Em função disso, referiu que se fez uma consulta presencial e virtual às populações e autoridades das regiões visadas, para que opinassem sobre os limites

territoriais, nome da nova província e a localização da capital.

O Chefe de Estado considerou que este constitui o início de um processo que é fundamentado no facto de Angola ter tido um desenvolvimento desigual desde os primórdios da ocupação colonial, que desenvolveu o território em diferentes velocidades.

"Ouvimos com alguma persistência a necessidade de se ir corrigindo as assimetrias regionais resultantes desse facto histórico”, disse, para avançar que a mudança deste facto precisa das melhores soluções e programas, cujas sementes devem ser lançadas hoje e os frutos serem colhidos amanhã, a médio e longo prazos.

"As assimetrias combatem-se com o desenvolvimento local, que tem maiores chances de sucesso, caso se implante e fortaleça o poder local, através das autarquias”, considerou o Chefe de Estado.

Além disso, o Presidente disse que as assimetrias são, também, combatidas ao se levar o poder do Estado, a Administração Pública e seus serviços, mais próximo do cidadão, através da desconcentração e descentralização.

"Os dois poderes, do Estado e o autárquico, não se combatem, não se anulam, complementam-se, perseguindo ambos o mesmo fim, o de servir cada vez melhor o cidadão”, afirmou.

Na actual realidade do país, o Presidente considerou ser difícil governar províncias com uma extensão territorial três a quatro vezes superior ao território de muitos países desenvolvidos. "São regiões, onde de um extremo a outro, se pode levar mais de uma hora de voo, com municípios distantes da capital da província, às vezes, com mais de 600 quilómetros por estrada”.

5.2 O programa que faz a construção e a reabilitação de infra-estruturas em todo país...

Jornal de Angola.

31 De Outubro de 2021

Governo central tem estado alento à evolução da construção das infra-estruturas do PIIM. Controlo financeiro e prazos a cumprir são preocupação comum. Presidente da República. Vice-Presidente da República. Ministra das finanças e ministro do Interior são alguns dos governantes que se têm deslocado às províncias para o acompanharem de

perto o que está a ser feito e o que falta fazer, sendo que cabe ao grupo técnico do Ministério da Administração do Território, liderado pelo ministro Marcy Lopes, uma maior supervisão das -estruturas em construção nas 18 províncias do país.

Benguela

Em meados do ano uma equipa do ministério da Administração do Território deslocou-se a Benguela, onde foi recebida pelo governador provincial Luis Nunes. Juntos, trabalharam nos municípios do Baçongo, Bocoio e da Baía Farta. As obras em execução foram alvo de apurada visita.

A seguir, houve uma reorientação dos projectos, alguns passaram para a responsabilidade do poder central, ainda assim, um par de meses depois, Benguela inscrevia mais 33 novos projectos no PIIM, na sua maioria de infra-estruturas no sector social

E no início deste mês de Outubro, Fernando Belo, administrador municipal da Catumbela, abriu simbolicamente as portas a uma nova escola com capacidade para 630 alunos. E são inúmeras

Infra-estrutura que têm ficado concluídas nos últimos tempos na província.

Em Agosto, Luís 'Nunes, inaugurou um sistema de captação e distribuição de água e um posto médico na povoação de Eyéndue, na comuna de Weyangombe ao mesmo tempo afirmava a sua motivação em "tornar Benguela um bom lugar para se viver", apostando na Saúde e na Educação.

Bengo

O ministro do Interior, Eugênio César Laborinho, foi outra das personalidades do Executivo que inteirou no local da evolução das infra-estruturas do PIIM, concretamente, no Bengo, onde está em construção um edifício para o funcionamento dos Serviços Integrados do Ministério do Interior (Minint), uma obra inserida no PUM, mas da responsabilidade do seu Ministério com um custo estimado de 646.766.212.00 de kwanzas.

O ministro recomendou, aquando da sua visita, em Junho rigor na fiscalização da obra, e garantiu que o acompanhamento passo a passo, é feito pela delegação do Ministério do Interior na província, de forma a garantir o cumprimento das cláusulas contratuais e sobretudo qualidade e os prazos estabelecidos.

Bié

Em Junho deste ano, o Presidente da República fez uma breve deslocação à província onde se inteirou das infra-estruturas em construção.

No Caxito, pode verificar que há mais estradas asfaltadas e mais equipamentos de iluminação pública e saneamento básico. Mas foram as Infra-estruturas no sector social que detiveram a atenção do Presidente João Lourenço, nomeadamente, o Centro Provincial de Sangue e as novas escolas. Em 2018, a província contava com 16.723 crianças fora do sistema de ensino, hoje esse número foi reduzido para cerca de 3 mil devido ao significativo aumento do número de escolas e salas de aulas, mas ainda não são suficientes, Também por isso, há mais 25 projectos em execução na província no quadro do PIIM.

“Reiteramos ao governo provincial e às administrações municipais que o compromisso do Executivo com o sector social é inegociável afirmou a ministra das finanças Vera Daves de Sousa, que chefiou a delegação do Ministério da Finanças que visitou a província um par de meses depois em Setembro, e que puderam constatar "bastante agradados" da evolução das infra-estruturas do PIIM.

A titular da pasta das Finanças pode aperceber-se, nas várias localidades por onde passou, ele avanços e de recuos no entanto, garantiu que as infra-estruturas priori lá rias sem financiamento garantido e denúncias pelo governo do Bié, e com a devida ponderação, serão asseguradas pelo Governo central .

5.3 PIIM leva mais serviços a Cacuaco em Novembro

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2021

Texto: Maiomona Artur

O município de Cacuaco, em Luanda, vai dispor de novas escolas, centros de saúde e novas redes viárias, a partir do mês de Novembro, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), anunciou quarta-feira a governadora provincial.

Ana Paula de Carvalho, que efectuou, quarta-feira, uma visita de constatação de nove horas ao município, mostrou-se satisfeita com o andamento de 17 projectos de impacto social na região, levadas a cabo através do PIIM.

Ana Paula de Carvalho visitou a escola do Belo Monte, com 12 salas de aula, cujas obras andam paralisadas há mais de sete anos, por falta de verbas, depois da colocação da primeira pedra, feita pelo antigo governador Bento Bento Ana Paula de Carvalho, que efectuou, quarta-feira, uma visita de constatação de nove horas ao município, mostrou-se satisfeita com o andamento de 17 projectos de impacto social na região, levadas a cabo através do PIIM.

Ana Paula de Carvalho visitou a escola do Belo Monte, com 12 salas de aula, cujas obras andam paralisadas há mais de sete anos, por falta de verbas, depois da colocação da primeira pedra, feita pelo antigo governador Bento Bento.

Para esse caso, a governadora referiu-se à necessidade de se trabalhar no sentido de ver os antecedentes e cobertura orçamental, para a retoma da obra, tendo em conta a falta que a escola faz para o Belo Monte, o distrito mais populoso do município.

A referida escola pública do Belo Monte já tem a cobertura concluída, faltando apenas os acabamentos, como pavimento, tecto falso e arranjos exteriores. Por isso, a governadora pretende que se inscreva a referida obra no PIM, já que fazia parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Para além dessa obra, Ana Paula de Carvalho visitou outra escola, praticamente já concluída, no bairro Mayombe, e vias de acesso, algumas com parte acabada do asfalto, mas a faltar os passeios, iluminação pública e arborização.

A governadora provincial visitou, ainda, uma cozinha comunitária, na localidade de Mulundo, na comuna da Funda, que serve 200 pratos de comida a pessoas desfavorecidas.

À margem da visita, Ana Paula de Carvalho entregou cadeiras de rodas, bicicletas, muletas, fertilizantes, fardos e utensílios domésticos aos munícipes.

Campanha de limpeza

Para amanhã, o Governo de Luanda dá início a uma mega campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos em sete dos nove municípios da província, com a participação de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), membros da sociedade civil e de munícipes.

A governadora referiu que a campanha vai ser contínua e passa a realizar-se aos sábados em sete municípios. Icolo e Bengo e Quiçama, por serem considerados os mais limpos e por possuírem pouca população, não vão beneficiar dessas intervenções.

Ana Paula de Carvalho afirmou que o objectivo da mega campanha de limpeza é atacar as principais artérias da cidade capital e das sedes municipais que têm vários amontoados de lixo.

"Luanda já esteve em piores condições, mas, com os trabalhos desenvolvidos pelas operadoras, a situação, aos poucos, vai sendo minimizada", referiu a governante aos jornalistas, no fim da visita.

A governadora disse já ter visitado os nove municípios de Luanda, onde constatou que a maior causa de mortalidade é a malária, razão pela qual considerou ser urgente acabar-se, o mais breve possível, com os focos de lixo e charcos.

Para esse caso, a governadora referiu-se à necessidade de se trabalhar no sentido de ver os antecedentes e cobertura orçamental, para a retoma da obra, tendo em conta a falta que a escola faz para o Belo Monte, o distrito mais populoso do município.

A referida escola pública do Belo Monte já tem a cobertura concluída, faltando apenas os acabamentos, como pavimento, tecto falso e arranjos exteriores. Por isso, a governadora pretende que se inscreva a referida obra no PIM, já que fazia parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Para além dessa obra, Ana Paula de Carvalho visitou outra escola, praticamente já concluída, no bairro Mayombe, e vias de acesso, algumas com parte acabada do asfalto, mas a faltar os passeios, iluminação pública e arborização.

A governadora provincial visitou, ainda, uma cozinha comunitária, na localidade de Mulundo, na comuna da Funda, que serve 200 pratos de comida a pessoas desfavorecidas.

À margem da visita, Ana Paula de Carvalho entregou cadeiras de rodas, bicicletas, muletas, fertilizantes, fardos e utensílios domésticos aos munícipes.

Campanha de limpeza

Para amanhã, o Governo de Luanda dá início a uma mega campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos em sete dos nove municípios da província, com a participação de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), membros da sociedade civil e de munícipes.

A governadora referiu que a campanha vai ser contínua e passa a realizar-se aos sábados em sete municípios. Icolo e Bengo e Quiçama, por serem considerados os mais limpos e por possuírem pouca população, não vão beneficiar dessas intervenções.

Ana Paula de Carvalho afirmou que o objectivo da mega campanha de limpeza é atacar as principais artérias da cidade capital e das sedes municipais que têm vários amontoados de lixo.

"Luanda já esteve em piores condições, mas, com os trabalhos desenvolvidos pelas operadoras, a situação, aos poucos, vai sendo minimizada", referiu a governante aos jornalistas, no fim da visita.

A governadora disse já ter visitado os nove municípios de Luanda, onde constatou que a maior causa de mortalidade é a malária, razão pela qual considerou ser urgente acabar-se, o mais breve possível, com os focos de lixo e charcos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Imóveis da SONIP sete vezes mais caros devido a indexação ao dólar norte-americano

Jornal Expansão
8 De Outubro de 2021

Os moradores da urbanização Vida Pacífica, também conhecida por Zango Zero, em Viana, continuam sem saber quanto vão pagar de facto pelos imóveis adquiridos em 2013 à Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) no processo de vendas de habitações do Programa Nacional de Habitação.

Passados oito anos, a incerteza continua porque os contratos na altura foram indexados ao dólar norte-americano. Com a desvalorização cambial, os imóveis estão hoje sete vezes mais caros do que à data dos contratos.

Com base em contas do Expansão, um apartamento da tipologia T4 na urbanização Vida Pacífica foi comercializado, em 2013, a um valor equivalente a 90 mil USD que na altura correspondia a 9 milhões Kz. Hoje corresponde a 53,4 milhões Kz, mais do dobro do valor definido pela tabela de preços das habitações das centralidades construídas com fundos público tabelados no ano passado a 23 milhões kz para um T4.

E é esta depreciação da moeda nacional que está a penalizar os moradores porque a imobiliária da Sonangol até ao momento mantém os contratos indexados ao dólar.

"Nas várias tentativas que tivemos para resolver com a SONIP não fomos bem-sucedidos. Inclusive criamos uma equipa de negociação e o máximo que conseguimos foi negociar o valor da prestação mensal em Kwanzas e evitar a alteração da mesma com a desvalorização contínua do kwanza", disse um morador.

Mas esta solução também é precária, no entender de um dos coordenadores da Urbanização Vida Pacífica.

"Mesmo este acerto da mensalidade prejudica sempre os moradores. E verdade que não continua a subir, mas não sabemos a quantas andamos, porque desconhecemos o valor real das casas para podermos ter uma previsão de quando concluiremos os pagamentos", disse sob anonimato o coordenador.

Para este residente não se entende o tratamento discriminatório que estão a ter por parte da SONIP, uma vez que nas restantes centralidades os contratos deixaram de estar indexados ao dólar.

" Nos candidatamos à compra destes apartamentos nas mesmas condições que os restantes cidadãos em outras centralidades postas em comercialização em 2013. Não nos foi explicado que estes apartamentos eram da Sonangol, como agora alegam. Pagamos a primeira anuidade igual aos moradores das outras centralidades, mas infelizmente agora estamos a viver este martírio porque a SONIP teima em manter os contratos indexados ao dólar", avançou.

Perante este quadro os moradores defendem que devem ter o mesmo tratamento que os das restantes centralidades, onde os contratados deixaram de estar indexados ao dólar.

Na busca de um esclarecimento, o Expansão contactou a Sonangol e até ao fecho da edição (quarta-feira, 6 de Outubro), não obtivemos qualquer resposta.

6.2 Fórum sobre Ordenamento recomenda congregação de planos directores

Jornal Economia e Finanças
22 De Outubro de 2021

Os participantes ao Iº Fórum Nacional sobre Ordenamento do Território em Angola recomendaram na quarta-feira, em Luanda, que sejam congregados os planos directores sectoriais aos municipais (PDM).

No evento, realizado pelo Conselho Nacional de Obras Públicas, os especialistas no ordenamento do território indicaram ainda que se estendam os projectos de abastecimento e acesso a água; para os diversos fins, aos vários municípios e demais centros populacionais do país.

A melhoria na distribuição espacial da rede de estradas aos contrastes demográficos, económicos e sociais, bem como a realização, de forma regular, de estudos de impacto ambiental nos assentamentos urbanos (centralidades e outros) e das zonas industriais, tendo em conta a produção de águas residuais e de resíduos sólidos, constam das recomendações.

Reunidos durante dois dias, os membros solicitaram que se reforcem as políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos e a promoção da sua

sustentabilidade, assim como a criação de meios de concertação entre os vários sectores do Executivo e os órgãos da administração indirecta.

Para os governos provinciais e as administrações municipais, o conselho recomenda a otimizar os mecanismos de gestão dos processos de expropriação e realojamento, por via da criação de bases de dados para o efeito.

"Que se incremente a capacitação dos técnicos ligados à criação dos instrumentos do ordenamento do território e se implemente a celeridade na criação, análise e aprovação dos planos directores municipais, observando sempre uma articulação entre o nível sectorial e local", asseveram os participantes.

No final dos trabalhos do fórum, os especialistas concluíram que existe forte desarticulação e dispersão da acção do Estado nos municípios, com fortes disparidades demo gráficas entre as regiões litorais e interiores, as quais urge mitigar, através de políticas de gestão integrada do território.

Com o advento da adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC, os participantes entendem que urge melhorar a qualidade das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias para que se tornem os eixos de maior procura que permitam a acessibilidade as plataformas logísticas, portos, aeroportos e fronteiras.

Verifica-se no país, apontaram, a existência de acções em curso que asseguram a mobilidade humana como a rede de transportes rodoviários, aéreos, ferroviários e hidroviários, tendo em conta a estabilidade demográfica e os assentamentos actuais e futuros.

"Existem projectos para a implementação de estradas inteligentes, seguras e de qualidade que advogam a visão de sustentabilidade económica e ambiental, redução do congestionamento e da sinistralidade rodoviária, pela via da implantação do sistema de transporte inteligentes (sector público e privado), através de ferramentas como sistemas electrónico de portagem, de informação de tráfego e viagens, bem como de mensagem variável electrónico", sublinharam.

O I Fórum Nacional sobre Ordenamento do Território decorreu em dois dias, numa realização do Conselho Nacional de Obras Públicas.

Repensar modelos territoriais futuros

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, disse esta quarta-feira, em Luanda, ser necessário repensar os modelos

territoriais futuros e a adaptação e reconfiguração das áreas urbanas.

"É preocupante o facto de o país, com 164 municípios, ter apenas 21 planos directores municipais aprovados e um plano de desenvolvimento geral de Luanda, com grandes dificuldades de implementação, seja por falta de técnicos capacitados, ou por falta de recursos (...)", asseverou.

Enquanto o Estado equaciona este problema, apontou o governante, que interveio no encerramento do I Fórum Nacional sobre Ordenamento do Território, que é frequente a ocupação desordenada do território e o uso incorrecto dos solos, cuja requalificação custará elevados recursos financeiros.

Por este facto, indicou, a necessidade do poder local criar competências humanas e provisões orçamentais para a realização dos programas e projectos a nível dos conselhos de concertação.

Segundo o ministro, quando se enuncia ordenamento do território como política pública, quer-se, com isto, considerar o papel de todos os intervenientes no processo de coesão territorial, através de um desenvolvimento social e económico harmonioso das regiões e uma maior articulação cidade/campo.

6.3 Ministro defende nova configuração urbana

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2021

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, disse, quarta-feira, em Luanda, ser necessário repensar os futuros modelos territoriais e a adaptação e reconfiguração das áreas urbanas.

"É preocupante o facto de o país, com 164 municípios, ter apenas 21 planos directores municipais aprovados e um plano de desenvolvimento geral de Luanda, com grandes dificuldades de implementação, seja por falta de técnicos capacitados, seja por falta de recursos (...)", lamentou o ministro, no encerramento do I Fórum Nacional sobre Ordenamento do Território. Enquanto o Estado equaciona este problema, referiu, é frequente a ocupação desordenada do território e o uso incorrecto dos solos, cuja requalificação custará elevados recursos financeiros.

Por este facto, apontou a necessidade de o poder local criar competências humanas e provisões orçamentais para a realização dos programas e projectos a nível dos conselhos de concertação.

Segundo o ministro, quando se enuncia o ordenamento do território como política pública, quer-se, com isto, considerar o papel de todos os intervenientes no processo de coesão territorial, através de um desenvolvimento social e económico harmonioso das regiões e uma maior articulação entre a cidade e o campo.

"Uma das mais importantes funções desta política consiste em proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos, por um lado, mas também assegurar aos investidores uma perspectiva positiva de desenvolvimento e segurança para os investimentos", destacou.

Para Manuel Tavares de Almeida, esta política deverá, em conjunto com as políticas sectoriais, contribuir para tornar os municípios e as regiões mais atractivas e seguras para os investimentos, em harmonia com o interesse público.

O I Fórum Nacional sobre Ordenamento do Território decorreu em dois dias, numa realização do Conselho Nacional de Obras Públicas.

6.4 Atraso na emissão de licenças estimula “ negócio “ dos fiscais

Jornal Expansão

29 De Outubro de 2021

Para iniciar a construção de uma casa precisam de uma licença passada pelas administrações municipais. Para obter autorização, o cidadão deve entregar uma série de documentos (ver caixa) á administração municipal que encaminha para o distrito onde está localizado o terreno, que de seguida faz uma vistoria e envia o parecer para o Instituto e Planeamento da Gestão Urbanística da Província de Luanda, que envia novamente para a administração, e só assim é que se emite a licença.

Este processo deve durar 15 dias mas houve quem tivesse de esperar 10 anos. O processo devia custar ao bolso do cidadão cerca de 32.428kz para a entrada do processo e a vistoria, sendo ainda cobrada uma taxa a ser depositada na Conta única do Tesouro, e que é calculada com base na dimensão da obra a ser feita, sendo o valor mais baixo de 2.000 kz. Mas na prática a história é outra.

Atrasos propositados

Vários empresários e cidadãos residentes nos municípios da q província de Luanda acusam as administrações de atrasar propositadamente a entrega das licenças de construção com o objectivo de forçar o pagamento de li multas quando começam a construir sem o referido documento. r

Manuela Freitas e o seu marido são donos de uma obra de raiz, situada no município de t Belas, que em entrevista ao u Expansão lamentaram o facto t de não conseguirem obter a t licença depois de 4 anos e várias tentativas. o

"Começo a pensar que esta demora é intencional. Não se consegue ter a licença de construção por mais esforço que façamos. E o problema é que temos de lidar com os fiscais que incomodam a toda hora, recentemente fomos obrigados a pagar 300.000 mil Kz aos fiscais para não paralisarem a obra. Fomos à administração e nada se resolveu e os fiscais continuam a bater na nossa porta Quanto mais é que teremos de pagar para poder construir a nossa casa?", questiona, mostrando-se agastada com a. Manuela é mãe de dois filhos e vive em casa dos sogros.

Na ronda pelas zonas de construção, o Expansão soube que muitas pessoas foram obrigadas <a pagar um valor ao serviço de fiscalização que depende do número de hectares de terreno. O valor mais baixo corresponde a 250.000Kz, que podem ser cobrados sempre que um fiscal for ao local onde está a ser realizada a obra, e solicitar o documento. Situação que pode acontecer várias vezes durante o mês, normalmente por fiscais diferentes.

A explicação por parte de quem trabalha nesta área é que existe um excesso de burocracia em todo o processo, que pode arrastar-se durante anos, sendo que os cidadãos em busca do sonho da casa própria iniciam as obras logo que existe disponibilidade do terreno e capacidade financeira.

Abre-se assim espaço para que os fiscais possam actuar, pois de acordo com informações confirmadas pelo Expansão, a informação dos processos que deram entrada e estão em período de licenciamento acaba por chegar aos fiscais. Mas há também cidadãos que avançam para a construção sem sequer tratarem da licença.

Tal como fez Lael Bondo, que nos diz que construiu a sua casa sem licença. não se interessou em tratar porque achava que não iria recebê-la a tempo. A maior parte das construções feitas na periferia não têm licença e o mais importante é "acalmar os fiscais". "Pagamos um dinheiro e eles não incomodam", explica.

O Expansão soube junto de alguns municípios que existem duas estratégias que têm sido usadas para fugir aos fiscais. Uma passa por realizar as obras durante o fim-de-semana, e a outra solução é pagar a alguém que trabalhe na administração para orientar os colegas de modo a que a referida obra não seja fiscalizada. Luís Rodrigues é engenheiro de construção civil há mais de 18 anos e também lamenta o facto do processo de emissão da licença de construção ser demasiado burocrático.

"Tanto para construir uma casa ou estabelecimento empresarial, o processo é o mesmo. É quase impossível conseguir esse documento. Já ouvi testemunhos de pessoas que tiveram de pagar até 600.000 Kz aos fiscais para dar continuidade à obra. Estou neste momento a orientar uma obra no Benfica mas não temos licença. No entanto tenho de continuar com as obras porque tenho um prazo para entregar a obra ao cliente. Dei entrada dos documentos na administração, mas até agora nada. Não posso parar de trabalhar", disse.

Pacto de silêncio

Durante a ronda feita pelo Expansão nesta semana no município de Luanda, das várias obras de construção de habitações encontradas, apenas uma tinha a licença exposta.

Também foi possível perceber que existe um pacto de silêncio nas administrações municipais sobre este assunto.

Depois de feitos contactos telefónicos com os responsáveis, enviámos formalmente um correio electrónico a pedir esclarecimentos a sete das administrações da província - Belas, Cacucaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Viana, Talatona e Comissão Administrativa da Cidade de Luanda - nenhuma respondeu. Apesar da insistência, não foi possível recolher as justificações oficiais das instituições públicas responsáveis pela emissão de licenças de construção.

6.5 Atraso na emissão de licenças estimula “negocio” dos fiscais

Jornal de Angola

29 de Outubro de 2021

Texto: Graciete Xavier

Para iniciar a construção de uma casa, os cidadãos precisam de uma licença passada pelas administrações municipais. Para obter autorização, o cidadão deve entregar uma série de documentos (ver caixa) à administração municipal, que encaminha para o

distrito onde está localizado o terreno, que de seguida faz uma vistoria e envia o parecer para o Instituto e Planeamento da Gestão Urbanística da Província de Luanda, que envia novamente para a administração, e só assim é que se emite a licença. Este processo deve durar até 15 dias mas houve quem tivesse de esperar por 10 anos.

O processo devia custar ao bolso do cidadão cerca de 32.428 Kz para a entrada do processo e a vistoria, sendo ainda cobrada uma taxa a ser depositada na Conta Única do Tesouro, e que é calculada com base na dimensão da obra a ser feita, sendo o valor mais baixo de 2.000 Kz.

Mas na prática a história é outra.

Atrasos propositados

Vários empresários e cidadãos residentes nos municípios da província de Luanda acusam as administrações de atrasar propositadamente a entrega das licenças de construção com o objectivo de forçar o pagamento de multas quando começam a construir sem o referido documento.

Manuela Freitas e o seu marido são donos de uma obra de raiz, situada no município de Belas, que em entrevista ao Expansão lamentaram o facto de não conseguirem obter a licença depois de 4 anos e várias tentativas.

"Começo a pensar que esta demora é intencional. Não se consegue ter a licença de construção por mais esforço que façamos. E o problema é que temos de lidar com os fiscais que incomodam a toda hora, recentemente fomos obrigados a pagar 300.000 mil Kz aos fiscais para não paralisarem a obra. Fomos à administração e nada se resolveu e os-fiscais continuam a bater na nossa porta. Quanto mais é que teremos de pagar para poder construir a nossa casa?", questiona, mostrando-se agastada com a situação. Manuela é mãe de dois filhos e vive em casa dos sogros.

Cidadãos obrigados a pagar Na ronda pelas zonas de construção, o Expansão soube que muitas pessoas foram obrigadas a pagar um valor ao serviço de fiscalização que depende do número de hectares de terreno. O valor mais baixo corresponde a 250.000Kz, que podem ser cobrados sempre que um fiscal for ao local onde está a ser realizada a obra e solicitar o documento. Situação que pode acontecer várias vezes durante o mês, normalmente por fiscais diferentes.

A explicação por parte de quem 'trabalha nesta área é que existe um excesso de burocracia em todo o processo, que pode arrastar-se durante anos, sendo

que os cidadãos em busca do sonho da casa própria iniciam as obras logo que existe disponibilidade do terreno e capacidade financeira.

Abre-se assim espaço para que os fiscais possam actuar, pois de acordo com informações confirmadas pelo Expansão, a informação dos processos que deram entrada e estão em período de licenciamento acaba por chegar aos fiscais. Mas há também cidadãos que avançam para a construção sem sequer tratarem da licença.

Tal como fez Lael Bondo, que nos diz que construiu a sua casa sem licença. Não se interessou em tratar porque achava que não iria recebê-la a tempo. A maior parte das construções feitas na periferia não têm licença e o mais importante é "acalmar os fiscais". "Pagamos um dinheiro e eles não incomodam", explica.

O Expansão soube junto de alguns munícipes que existem duas estratégias que têm sido usadas para fugir aos fiscais. Uma passa por realizar as obras durante o fim-de-semana, e a outra solução é pagar a alguém que trabalhe na administração para orientar os colegas de modo a que a referida obra não seja fiscalizada. Luís Rodrigues é engenheiro de construção civil há mais de 18 anos e também lamenta o facto do processo de emissão da licença de construção ser demasiado burocrático.

"Tanto para construir uma casa ou estabelecimento empresarial, o processo é o mesmo. É quase impossível conseguir esse documento. Já ouvi testemunhos de pessoas que tiveram de pagar até 600.000 Kz aos fiscais para dar continuidade à obra. Estou neste momento a orientar uma obra no Benfica mas não temos licença. No entanto tenho de continuar com as obras porque tenho um prazo para entregar a obra ao cliente. Dei entrada dos documentos na administração, mas até agora nada. Não posso parar de trabalhar", disse.

Pacto de silêncio

Durante a ronda feita pelo Expansão nesta semana no município de Luanda, das várias obras de construção de habitações encontradas, apenas uma tinha a licença exposta.

Também foi possível perceber que existe um pacto de silêncio nas administrações municipais sobre este assunto.

Depois de feitos contactos telefónicos com os responsáveis, enviámos formalmente um email a pedir esclarecimentos a sete das administrações da província - Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Viana, Talatona e Comissão Administrativa da Cidade

de Luanda - nenhuma respondeu. Apesar da insistência, não foi possível recolher as justificações oficiais das instituições públicas responsáveis pela emissão de licenças de construção.

6.6 SIC recupera 27 Imóveis na centralidade do Zango 8.000

Novo Jornal

15 De Outubro de 2021

Texto: Gaspar Faustino

O Serviço de Investigação Criminal (SIC), em coordenação com o Fundo de Fomento Habitacional (FFH), recuperou, nesta semana, 27 imóveis, todos afectos à Centralidade do Zango 8.000, e deteve dois homens reincidentes em ocupação ilegal de habitação.

Ao Novo Jornal, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SIC-Geral, Manuel Halaiwa, disse que a operação ocorreu no "âmbito do combate às ocupações ilegais de imóveis nas centralidades do Estado", que, entretanto, "recaiu sobre 29 imóveis ocupados ilicitamente, onde, após intervenção do SIC, foram recuperados 27 imóveis, ficando apenas dois imóveis por se recuperar".

"Durante a operação, foi possível deter dois elementos por reincidência nesta prática de crime e por se terem recusado a abandonar voluntariamente as habitações", afirmou, salientando que foi elaborado o competente "auto de notícia para posterior remessa ao Tribunal Provincial de Luanda" (TPL), para efeitos de julgamento sumário destes dois cidadãos".

Casos do género têm ganho terreno em diversas centralidades, devido ao estado de abandono das habitações, por parte das empresas ligadas ao aparelho de Estado, apurou o Novo Jornal. Ao que o NJ sabe, 70% dos prédios de oito andares na Centralidade Vida pacífica, apreendidos pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral da República (PGR), encontram-se desabitados e abandonados.

No Zango 8.000, capari, Kilamba e 44 cenário é o mesmo, numa altura em que milhares de cidadãos, sobretudo jovens, clamam por uma residência.

7. TERRA

7.1 Simplifica não chega aos terrenos nem habitações por legalizar

Jornal Expansão

8 De Outubro de 2021

Texto: Faustino Diogo

O programa Simplifica, que pretende tornar mais célere e simples os actos da administração pública, ainda não chegou no sector imobiliário segundo especialistas que defendem a rápida implementação do projecto para facilitar a legalização dos imóveis, sobretudo os relacionados com o sector privado.

Realizar a escritura pública de um apartamento ou adquirir o direito de superfície de um terreno continua a ser uma "dor de cabeça" para os cidadãos e agentes imobiliários que desesperam com a burocracia e os valores em volta do processo, considera o jurista Silva Santos.

De acordo com este profissional, o Simplifica deveria começar nos sectores com maior potencial contributivo para a economia e aqui o sector imobiliário deveria ser uma prioridade.

"Não entendo como até hoje realizar um acto relacionado com um imóvel, seja habitação ou terreno, continua a ser uma dor de cabeça em todos os aspectos, apesar da importância que o imobiliário tem na vida económica do País. E nem mesmo a campanha de massificação de registo de imóveis tem facilitado o processo", disse.

Quem pretende oficializar a propriedade esbarra logo numa burocracia com um conjunto de documentos que obriga idas constantes a diferentes repartições da administração, que de acordo com o agente imobiliário Pedro Silva, poderiam ser evitadas caso houvesse uma simplificação do processo.

"E incompreensível que até hoje para se registar uma propriedade o cidadão tenha que andar por diferentes repartições da administração, quando as coisas poderiam ser mais simples caso houvesse uma agregação de tarefas. O cidadão tem que ir à administração local, finanças, conservatória e nem sempre consegue resolver", lembrou.

Nem mesmo quem está a comprar um imóvel pela primeira vez ao Estado se livra desta 'peregrinação', embora o discurso oficial seja diferente.

"Esta campanha massiva de registo de imóveis apenas barateou, mas não simplificou porque a

burocracia continua. Obter a documentação junto do Instituto Nacional da Habitação é um carma que ninguém aguenta", disse ao Expansão o jurista Silva Santos.

De acordo com uma fonte da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), existem casos de pedidos de direito de superfície nas administrações que aguardam três anos ou mais.

"Não se justifica que estas situações ainda perdurem quando o discurso é o de simplificar. E isso faz com que haja um baixo investimento no imobiliário", considerou.

"Uma pessoa quer construir uma casa, um prédio ou um condomínio, se não tiver o direito de superfície ou licença de construção nem começa. Sem garantia de propriedade do imóvel hoje quase ninguém constrói", concluiu a fonte da APIMA

Sem escritura pública não há garantias

Contrariamente à expectativa do Governo de que o programa de massificação de registo de imóveis motivasse os cidadãos a usar os imóveis como garantia junto da banca para contrair financiamentos, os especialistas entendem que as coisas não são bem assim.

Fonte da banca explicou ao Expansão que apenas as habitações com escritura pública podem ser usadas como garantia.

"As casas sem escritura pública não podem ser usadas como garantia porque ainda não transitaram para o promitente-comprador. Por isso, continuam a pertencer ao Estado ou ao agente imobiliário privado. Alguns bancos ainda aceitavam o Termo de Quitação como garantia para a contratação de crédito, mas isso originou vários problemas e os bancos acabaram com esta prática. Agora só com escritura pública do imóvel", explicou o quadro sénior.

"Quando o cidadão consegue regularizar a situação e fazer a escritura pública passa a ser o real proprietário. E em caso de necessidade, tem a possibilidade de usar o imóvel como hipoteca. Note que estamos apenas a falar no campo das hipóteses porque a contratação de um crédito envolve outros aspectos", concluiu o bancário.

Registos com novos preços até Setembro de 2022

A campanha de registo de imóveis baixou os preços dos actos administrativos mas apenas para casas compradas ao Estado,

Com os cidadãos a pagarem no total 50.000 Kz. Ou seja, aqueles que registarem as suas casas pela primeira vez vão pagar 25.000 Kz pela escritura pública, mais 25.000 Kz pelo acto de registo predial, contrariamente aos mais de 500 mil Kz que eram pagos anteriormente.

De fora ficam os imóveis de negócios realizados entre privados que continuam a ser regidos pela tabela de emolumentos aprovada em 2019. O que significa que todos os cidadãos que pretenderem efectuar uma escritura pública e o registo de imóveis que não tenham sido adquiridos directamente ao Estado não estão contemplados pela campanha e vão ter que pagar os preços de mercado, que variam em função de vários factores, como por exemplo, valor do imóvel, dimensão, tipo de construção e outros.

Sem esquecer que para os casos da transmissão da titularidade também deve ser pago o imposto de Sisa, tanto nas aquisições ao Estado como no privado. De acordo com o decreto conjunto dos Ministérios das Finanças e da Justiça e dos Direitos Humanos nº 58/21 de 4 de Março, os valores cobrados até então constituem uma das maiores vicissitudes no processo de registo da propriedade e tem contribuído para que uma boa franja de cidadãos fique privada de possuir documentos que os identifiquem como titulares de direitos reais sobre imóveis.

O documento avança também que a actualização das taxas dos actos inerentes à constituição e transmissão, pela primeira vez, de direitos sobre imóveis do Estado para os particulares e empresas irá vigorar por um período de 18 meses. Ou seja, até Setembro de 2022.

7.2 EGTI vendeu 31 terrenos avaliados em mais de 546 milhões Kz

Jornal Expansão
22 De Outubro de 2021
Texto: Graciete Xavier

A empresa pública vai começar, dentro de dias, a execução de infra estruturas para a venda de 1016 lotes de terrenos para zungueiras por 250 mil Kz.

A Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI) vendeu, entre Janeiro a Setembro, 31 terrenos infraestruturados avaliados em mais de 546 milhões de Kz. É maior actividade de venda de terrenos desde a sua criação em Março de 2015, segundo Quilaco Pedro, administrador para a área Financeira, em entrevista ao Expansão.

Os terrenos sob gestão da EGTI dizem respeito às centralidades e aos terrenos situados nos bairros da Boa Vista, Futungo e Mussulo

Desde o ano de 2020 que a empresa decidiu lote ar os terrenos com vista a dar oportunidades a pessoas mais vulneráveis, o que tem tornado a empresa mais rentável do ponto de vista financeiro.

"Decidimos mudar a nossa estratégia de actuação. Antigamente a EGTI só comercializava macrolotes para grandes construções. Desde 2020 começamos a vender também terrenos para pequenas construções de modo a diversificar os clientes a dar oportunidades a pessoas com os rendimentos mais baixos e explicou Quilaco Pedro O administrador financeiro fez saber ainda que dentro de alguns dias a EGTI vai começar a execução de infraestruturas para a comercialização de mais de 1016 lotes que serão vendidos às mulheres zungueiras e empregadas domésticas.

Os terrenos serão comercializados no valor mínimo de 250.000 Kz.

Importa referir que a empresa tem mais de 54 mil milhões Kz por receber de clientes que já foram considerados de cobrança duvidosa por não terem a capacidade de honrar com os compromissos assumidos para com a empresa. O que no caso da EGTI não constitui um prejuízo pelo facto dos valores se reverterem a favor do Estado dado o objecto social da empresa

As empresas devedoras são a Humanita Vitae, Igreja adventista do 7º Dia, Transjulumet, Be James, Igreja Evangélica Unida, Gots, As, Caixa das Forças Armadas, Bom Som, Sociedade de Desenvolvimento do Futungo de Belas e Galerias Kilamba.

7.3 Governo vai emitir mais de 32 mil títulos agrícolas

Jornal Expansão
15 De Outubro de 2021

Um total de 32 mil e 800 títulos de concessão de terras agrícolas serão emitidos no país, no âmbito do programa "Nossa Terra", informou o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida.

Falando no acto de lançamento da entrega de títulos de concessão de terras no município de Icolo e Bengo, em Luanda, o governante referiu que o projecto, de iniciativa do Executivo, vai beneficiar 200 camponeses de cada um 164 município do País. O desafio foi lançado em 2018 com o intuito de garantir a assistência e protecção social aos grupos

mais vulneráveis, em especial aos camponeses por via do programa "Minha Terra".

Os 200 camponeses das localidades de Sacrifício e Dungo, município de Icolo e Bengo, foram os primeiros a beneficiar de títulos de propriedades de terras.

O programa "Minha Terra", coordenado pelo Ministro de Estado e Chefe da Civil da Presidência da República, Adão de Almeida, tem também como objectivo permitir com que os camponeses os direitos fundiários, via direito costumeiro, e evitar que sejam desapossadas ou expropriadas.

Um total de 32 mil e 800 títulos de concessão de terras agrícolas serão emitidos no país, no âmbito do programa "Nossa Terra", informou o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida.

Falando no acto de lançamento da entrega de títulos de concessão de terras no município de Icolo e Bengo, em Luanda, o governante referiu que o projecto, de iniciativa do Executivo, vai beneficiar 200 camponeses de cada um dos 164 municípios do País.

O desafio foi lançado em 2018 com o intuito de garantir a assistência e protecção social aos grupos mais vulneráveis, em especial aos camponeses por via do programa "Minha Terra".

Os 200 camponeses das localidades de Sacrifício e Dungo, município de Icolo e Bengo, foram os primeiros a beneficiar de títulos de propriedades de terras.

O programa "Minha Terra", coordenado pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Adão de Almeida, tem também como objectivo permitir com que os camponeses os direitos fundiários, via direito costumeiro, e evitar que sejam desapossadas ou expropriadas.

7.4 Cooperativas sem acesso aos Títulos de Concessão de Terra

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2021
Texto: Ana Paulo

A morosidade na emissão do Título de Concessão de Terra, um documento que serve de garantia na obtenção de crédito bancário, e a falta de água são factores que impedem o aumento da produção na

Cooperativa Agrícola e Pecuária dos Camponeses de Cambembeia, localizada em Catete.

Em declarações ao Jornal de Angola, durante ali Feira da Mulher Rural, realizada de 14 a 17 de Outubro, o presidente da Cooperativa Agrícola e Pecuária dos Camponeses de Cambembeia, Abreu Seco, notou que, devido à burocracia no tratamento do Título de Concessão de Terra, a unidade está impedida de obter financiamento do Prodesi para solucionar os problemas que enfrenta no processo de produção.

O Programa de Apoio ao Crédito (PAC), o braço financeiro do Prodesi, financia projectos de investimento que contribuem para a produção interna de bens essenciais de consumo, seleccionando empresas e cooperativas dedicadas à agropecuária, pesca e indústria, algo que corresponde ao perfil da associação.

Mas, a burocracia na emissão do Título de Concessão de Terra, a principal garantia que os produtores mais desprovidos de capital podem apresentar, está a manter a cooperativa de "mãos atadas", apesar do valor do documento e tudo que ele representa no combate à pobreza, lamentou Abreu Seco.

Temos os documentos exigidos, falta-nos apenas o Título de Concessão para completara nossa missão, logo, não entendemos os motivos por que ainda não está pronto", prosseguiu o líder camponês, indicando que a solicitação deu entrada há um ano, não havendo resposta da parte da Administração de Icolo e Bengo, município de Catete.

Com o eventual financiamento' a cooperativa propõe-se a solucionar questões prementes do processo de produção, como a falta de água (as plantações dependem da chuva), de meios de transporte e de mais maquinaria.

Um dos projectos adoptados pretende o aumento das cacimbas e bacias de retenção de água, para acumular reservas durante a época chuvosa.

A Cooperativa Agrícola e Pecuária dos Camponeses de Cambembeia é constituída por 275 membros e dispõe de 300 hectares, onde se produz, principalmente, mandioca, milho, batata-doce, maracujá, limão e feijão, estando implantada a 15 quilómetros de um rio, o que faz com que os custos com a procura de água sejam elevados.

Segundo Abreu Seco, na época seca, a cooperativa produz apenas a mandioca e milho, em médias de 35 e 50 toneladas, respectivamente. "Com chuva ou sem chuva temos produzido em grande escala", sublinhou.

Vias de acesso

Por sua vez, o presidente da Cooperativa Agropecuária dos Camponeses de Kasseculo R.I. Quiminha destaca como problema as vias de acesso que ligam à plantação. Segundo José Ulundo, as vias só são úteis na época chuvosa, mas, quando chove, tornam-se intransitáveis, provocando a deterioração da grande parte da produção.

A Cooperativa Kasseculo é constituída por 280 camponeses, estando localizada na zona da Quirinha, a 75 quilómetros do município do Icolo e Bengo, em Catete, com uma produção de mais de 200 toneladas de produtos agrícolas por ano agrícola.

José Ulundo explicou que a via é transitável apenas de Catete à Quiminha, estando "completamente destruída" na zona de produção, algo que a cooperativa pretende solucionar com o apoio do Governo.

A essa dificuldade junta-se a falta de uma máquina processadora e de atendimento médico e medicamentoso às cooperativistas e seus dependentes. "Queremos que o Governo nos apoie para podermos ter uma via de fácil acesso, no sentido de aumentarmos a nossa produção", afirmou o presidente da Cooperativa Kasseculo, que tem toda a actividade legalizada.

7.5 Kilamba Kiaxi vitimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido a 14 pelo GPL'

Novo Jornal

22 De Outubro de 2021

Texto: Dulcineia Lufua e Adjali Paulo

O sonho de dias melhores e de casas com comodidade continua a ser miragem para as mais de 350 famílias que vivem em casebres por detrás da Igreja Josafat (ex-Maná), no bairro Golf 2, no município do Kilamba Kiaxi. Desde 2007, aquelas famílias esperam que a promessa de terem novas moradias na zona do Zango, em Viana, feita pelo Governo da província de Luanda (GPL), se concretize. Na altura, o tempo de espera estipulado seria de quatro dias. Mas já se passaram 14 anos.

Desprovidas de serviços básicos como energia da rede, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas, postos de saúde e saneamento básico, as 359 famílias que se encontram confinadas em casebres são oriundas dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de voltar, vila Estoril, Golf I e Camama,

zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas.

Ao que tudo indica, estas famílias continuarão ainda mais tempo naquelas péssimas condições a que estão sujeitas desde 2007, tendo em conta que o próprio GPL admite ter conhecimento da situação, mas que nada pode fazer por não ter um lugar para realojamento.

Em declarações ao Novo Jornal, a directora da Acção Social, Família e Igualdade do Género do GPL, Antónia Ferreira, reconhece que a situação daqueles moradores "não é das melhores" e assegura que "estão a ser criadas condições" para a retirada dos mesmos.

"Enquanto não encontramos um local, essas famílias terão de nos desculpar, mas continuarão lá", refere.

Antónia Ferreira alega não se tratar de "má-fé" ou "falta de vontade" por parte do Executivo e promete que, tão logo se encontre um local, o GPL vai pronunciar-se sobre o assunto.

Esquecidos num «mar» de doenças

É um conjunto de contrastes o bairro que alberga as famílias vítimas das enxurradas de 2007. De um lado, estradas asfaltadas, grandes superfícies comerciais, universidade e duas grandes igrejas; do lado oposto, propriamente por detrás da Igreja Josafat e do Supermercado Angomart, uma pequena "vila" feita de chapas, onde várias famílias "esquecidas" reclamam por falta de quase tudo. No Centro dos Sinistrados da Maná, como ficou conhecido o lugar, o cheiro nauseabundo sente-se logo à entrada, devido aos enormes amontoados de lixo e dejectos espalhados um pouco por toda a zona. Crianças e idosos já se encontram entre vítimas de doenças respiratórias, diarreias e paludismo, constatou o NJ no local.

Cansados de viver em condições "desumanas", famílias desabafaram a este semanário que 14 anos de espera é muito tempo. "Estamos cansados de viver nestas condições. Defecamos em sacos de plásticos e depois deitamos à lixeira, o que constitui um atentado às nossas saúdes", contou pacheco Armando, um dos moradores.

De pé, à porta da sua cubata de apenas um compartimento partilhado por si, pela esposa e por mais cinco filhos, quatro dos quais nascidos no local, Pacheco define a situação como "uma pouca-vergonha".

"Ninguém aceita viver nas condições que vivemos. O nosso Governo só precisos do povo na época das

eleições e, depois disso, são descartados. Estamos passados com essa situação", lamenta.

Pelo menos 90% das crianças estão fora do sistema de ensino

Sob olhar atento das crianças que pararam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Josefa Cambulo, outra moradora, juntando-se à conversa, acrescentou: "As nossas crianças, coitadas, não sabem o que é ver televisão. Outra preocupação é que 90% dessas não têm registo de nascimento e se encontram fora do sistema de ensino", fez saber, antes de referir que a única escola comparticipada que existia no centro foi demolida pelo proprietário do espaço.

Ainda no local, este semanário observou que estão a ser erguidas novas moradias e levantada nova vedação. Segundo Josefa, a obra foi feita pelo proprietário do espaço [responsável da loja de imóveis Trollí]. "O dono do espaço também já está cansado, quer-nos fora do local e pretende ampliar o seu imóvel. Se sairmos, onde é que vamos, se formos abandonados aqui pelo GPL, atirou.

«Não queremos fazer rebelião»

Conforme o responsável da Comissão de Moradores do Centro da Maná, Carlos Queta, a situação é do conhecimento do GPL, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, da Administração do Município do Kilamba Kiaxi e do Gabinete do 1.º Secretário Provincial do MPLA em Luanda, mas, até ao momento, não obtiveram resultados satisfatórios.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local. Só no ano passado, enviámos duas cartas ao gabinete da ex-governadora, Joana Lina, que, por sua vez, remeteu para área Técnica. De lá para cá, não tivemos respostas, e a governadora foi exonerada", narrou.

Após exoneração de Joana Lina, foram ter com a nova governadora. Uma assessora de Ana Paula de Carvalho disse-lhes que o assunto já estava sobre a mesa. Da governadora provincial, aquelas famílias querem saber em que 'pé' está o processo de alojamento. "Estamos cansados, mas não queremos fazer rebelião.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Aterro sanitário concluído em 2022

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2021

Texto: Estácio Massete

As obras do aterro sanitário do Huambo vão ser concluídas, no próximo ano, garantiu, ontem, a chefe do departamento do Ambiente e Gestão de Resíduos Sólidos do Governo Provincial, Suzana Kapitiya. O aterro sanitário, com trabalhos numa execução física de 95 por cento, está localizado na aldeia de Katenguenha, no município da Caála, e ocupa uma extensão de 100 hectares já vedados.

Suzana Kapitiya considerou que o aterro sanitário vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços prestados no âmbito da limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos.

No local, disse a chefe do departamento do Ambiente e Gestão de Resíduos Sólidos, estão a ser desenvolvidos trabalhos de construção e apetrechamento do edifício administrativo, da portaria/báscula, casa dos guardas, edifício para o posto de transformação, além da construção do reservatório de água para os serviços de incêndio.

O director do Gabinete Provincial dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Francisco Neto apontou que, na terceira fase, será erguido no aterro o primeiro alvéolo da lagoa de regularização de lixiviados e feitos ainda arranjos exteriores na zona dos edifícios.

Fez saber que, paralelamente a estes trabalhos, está também prevista a manutenção da lixeira controlada dentro do próprio perímetro, que consiste na abertura de uma célula onde são colocados os resíduos compactados e cobertos com terra a cada dois metros de altura e posteriormente selados e colocado num dreno de biogás.

Este processo, de acordo com Francisco Neto, vai permitir estancar a proliferação do lixo e combater a degradação ambiental que ameaça a saúde pública. Na terceira fase, está contemplada, igualmente, a construção, no mesmo espaço, de uma incineradora para os resíduos hospitalares.

8.2 Governo multa por mau depósito de resíduo

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2021

Texto: Alberto Quiluta

Jornalista

O Governo Provincial de Luanda vai passar a atribuir maiores responsabilidades e a aplicar multas aos municípios pelo mau uso e depósito dos resíduos sólidos que produzem, alertou ontem a governadora Ana Paula de Carvalho.

No acto de abertura da mega campanha de limpeza de Luanda, que se realizará regularmente aos sábados em sete dos nove municípios, considerou ser uma medida que visa disciplinar e diminuir os grandes focos de lixo

Da parte do governo, a governadora realçou que vão ser mecanismos que ajudem a cumprir com as estratégias de recolha de resíduos.

Disse não ter gostado dos amontoados no bairro Calemba 2 nem na Praia Branca, onde, nesta última zona, havia muito lixo à beira-mar e nas valas de drenagem, o que dificulta o trabalho das operadoras de recolha e o encaminhamento natural das águas.

Para a campanha de ontem, foram mobilizados cerca de 300 efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), distribuídos pelos sete municípios, mas houve, também, uma grande participação de fiéis da Igreja Universal, Associação dos Taxistas e de técnicos das administrações municipais.

A campanha contou, ainda, com a presença da embaixadora da Índia em Angola, Pratibha Parkar, que fez referência a Mahatma Gandhi como um grande impulsionador da limpeza das praias.

A presença da diplomata indiana visou, igualmente, celebrar o 152º aniversário de Mahatma Gandhi, que se comemorou ontem, sob o lema "Beach Cleaning Drive".

Ontem, a governadora Ana Paula de Carvalho andou pelos municípios de Luanda, Talatona (Camama, Calemba 2 e Sapú), Kilamba Kiaxi, Viana (Mercado da Estalagem, zona da Maria Luísa e Madeira) e Belas (Cidade do Kilamba).

8.3 Contratos Operadoras acusam GPL de rescisão unilateral e dizem que souberam da decisão via imprensa

Novo jornal

15 De Outubro de 2021

Texto: Teresa Fukiady

AS duas empresas que viram os seus contratos de limpeza e recolha de resíduos. Sólidos rescindidos por alegada incapacidade técnica acusam o GPL de ter tomado a decisão de forma unilateral.

Ao Novo Jornal, as empresas avançam que foram surpreendidas com a decisão e que só souberam através da imprensa. Por exemplo, o director-geral da Multilimpeza afirma que a medida do GPL foi "unilateral e sem uma prévia notificação". Adelino Fernando não concorda com a justificação dada pelo GPL e fala em "conluio" do «Palácio da Mutamba» com a ELISAL, cujos interesses diz serem "inconfessos". "Só em termos de produção de recolha de lixo, durante o mês de Agosto, fizemos pelo menos seis mil toneladas. Em Setembro, estivemos acima de 2.500. Não sei onde se basearam para alegarem incapacidade técnica", critica.

Adelino Fernando reconhece dificuldade da Multilimpeza na execução dos trabalhos, mas entende que se deve ao facto de, durante muito tempo, com o fim dos contratos em Dezembro, se ter acumulado muito lixo. Garante que Cacuo registou melhorias.

Informa, por outro lado, que o GPL deve dois meses de pagamento às empresas (Agosto e Setembro). Diz ainda que a cessação repentina do contrato vai forçar o desemprego de pelo menos 300 funcionários, pelo que cabe ao GPL as responsabilidades, por ter tomado a decisão de forma unilateral.

"No contrato, há uma cláusula que diz que, caso haja incumprimento, deve haver uma notificação. Caso não haja melhoraria, aí, sim, pode rescindir-se", explica o director, que apela para o pagamento das dívidas, tendo em conta que o contrato duraria até Dezembro.

Uma fonte da empresa Jump Business diz que não se vai opor à decisão do GPL, mas nega incapacidade técnica. A fonte informa que se está a agendar um encontro com o GPL para esclarecimentos e acrescenta que a decisão acarreta vários custos, tendo em conta que foram apanhados com as «calças nas mãos», o que pode fazer que mais de 400 funcionários vejam os seus contratos cancelados.

Com a saída das duas empresas, a ELI-SAL passa a assumir os lugares deixados pela Jump Business e a Multilimpeza, ou seja, a empresa que já tem sob a sua tutela os municípios de Luanda e Cazenga terá agora mais duas: Cacuo e Belas. No entanto, uma fonte da ELISAL explica que o GPL ainda não comunicou de forma oficial a intenção, mas assegura estarem preparados os meios técnicos e recursos humanos para garantir os serviços.

Decisão visa evitar danos à saúde

O GPL anunciou a rescisão de contrato com duas das sete operadoras contratadas desde Abril, para a limpeza e recolha de resíduos sólidos na capital do País, após um concurso público emergencial. Trata-se das empresas Jump Business e Multilimpeza, responsáveis pela limpeza dos municípios de Belas e de Cacuo, respectivamente.

O GPL, através do director do Gabinete Jurídico, Esteves Hilário, justifica a decisão com a falta de capacidade técnica das empresas para assegurarem a missão que lhes foi confiada. Esteves Hilário afirma que a decisão surge após uma "análise minuciosa", em que se detectou que as referidas empresas "não demonstraram nenhuma capacidade técnica para progredir na melhoria dos serviços que têm prestado". A decisão de rescisão, explica o jurista, tem por objectivo evitar danos maiores à saúde pública, atendendo que se avizinha um período crítico de chuvas.

Embora o GPL rejeite qualquer dívida com as operadoras de limpeza da capital, empresas ouvidas pelo NJ asseguram que estão em falta os pagamentos de Agosto e Setembro. Cálculos deste semanário, com base no valor mensal dos contratos de cada empresa, apontam que a dívida do GPL deve estar avaliada em mais de seis mil milhões Kz.

A gestão do lixo em Luanda está envolta em vários problemas desde Dezembro de 2020. Em Março deste ano, o Presidente da República aprovou uma despesa de 34,8 mil milhões Kz para a contratação emergencial de novas empresas para a limpeza de Luanda.

8.4 Governo rescinde contrato com empresas de limpeza

Jornal Expansão

15 De Outubro de 2021

O Governo Provincial de Luanda (GPL) anunciou, na terça-feira, 12, a rescisão de contrato com as empresas de limpeza e saneamento básico Jump

Business Lda. e Multilimpezas Lda. por incapacidade de acção.

As duas empresas faziam parte do grupo de sete empresas contratadas pelo GPL, em Março, em substituição das anteriores cujos contratos haviam sido rescindidos.

Segundo o director do Gabinete Jurídico do GPL, Estêvão Hilário, as duas empresas, que cuidavam da limpeza dos municípios de Belas e de Cacucaco, mostraram-se incapazes de levar a cabo a missão que lhes cabia.

Estêvão Hilário afirmou que o processo de limpeza nos dois municípios ficará a cargo da Elisal, que tem, igualmente, a responsabilidade dos municípios de Luanda e do Cazenga.

A província de Luanda conta ainda com as empresas ERSol (Icolo e Bengo), Ambiente (Quiçama e Viana), Chay Chay (Kilamba Kiayi) e o Consórcio DassalajEnvirobác (Talatona).

A Expansão entrou em contacto com o Conselho de Administração de uma das empresas afastadas que, sob anonimato, manifestou-se "completamente injustiçado"

"Não fomos notificados sequer. Ouvimos que o GPL rescindiu o contrato com a nossa empresa quando eram 13 horas através do noticiário da Rádio Nacional de Angola, o que consideramos ser uma falta de respeito

Acreditamos que está decisão do Governo tem outras motivações, porque neste momento nenhuma empresa tem cumprido com o estabelecido no contrato por falta de tempo".

A fonte do Expansão fez saber que a referida empresa já recebeu três prestações do valor do contrato equivalente a 960 milhões kz referente ao mês de Maio, Junho e Julho. O contrato inicial, a Jump Business Lda., responsável pela

limpeza do município de Belas receberia no total do contrato 1.820 milhões kz e a Multilimpezas LDA responsável pela recolha dos resíduos do município de Cacucaco receberia 3.924 milhões Kz. A província de Luanda produz, diariamente, pelo menos 6.800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidos, até 2020, por seis operadoras de limpeza.

8.5 Governo rescinde contrato com empresas de limpeza

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2021

O Governo Provincial de Luanda (GPL) anunciou, na terça-feira, 12, a rescisão de contrato com as empresas de limpeza e saneamento básico Jump Business Lda e Multilimpezas Lda. por incapacidade de acção.

As duas empresas faziam parte do grupo de sete empresas contratadas pelo GPL, em Março, em substituição das anteriores cujos contratos haviam sido rescindidos.

Segundo o director do Gabinete Jurídico do GPL, Estêvão Hilário, as duas empresas, que cuidavam da limpeza dos municípios de Belas e de Cacucaco, mostraram-se incapazes de levar a cabo a missão que lhes cabia.

Estêvão Hilário afirmou que o processo de limpeza nos dois municípios ficará a cargo da Elisal, que tem, igualmente, a responsabilidade dos municípios de Luanda e do Cazenga.

A província de Luanda conta ainda com as empresas ER - Sol (Icolo e Bengo), Ambiente (Quiçama e Viana), Chay Chay (Kilamba Kiayi) e o Consórcio Dassala/Envirobác (Talatona).

O Expansão entrou em contacto. Com o Conselho de Administração de uma das empresas afastadas que, sob anonimato, manifestou-se "completamente injustiçado".

"Não fomos notificados se quer. Ouvimos que o GPL rescindiu o contrato com a nossa empresa quando eram 13 horas através do noticiário da Rádio Nacional de Angola, o que consideramos ser uma falta de respeito. Acreditamos que esta decisão do Governo tem outras motivações, porque neste momento nenhuma empresa tem cumprido com o estabelecido no contrato por falta de tempo".

A fonte do Expansão fez saber que a referida empresa já recebeu três prestações do valor do contrato equivalente a 960 milhões Kz referente ao mês de Maio, Junho e Julho.

No contrato inicial, a Jump Business Lda, responsável pela limpeza do município de Belas receberia no total do contrato 1.820 milhões Kz e a Multilimpzas LDA responsável pela recolha dos resíduos do município de Cacuaco receberia 3.924 milhões Kz. A província a de Luanda produz, diariamente, pelo menos 6.800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidos, até 2020, por seis operadoras de limpeza.

8.6 Empresas de resíduos vão pagar taxa para certificação até 460 mil kz

Jornal Expansão

22 De Outubro de 2021

Texto: Telma Van-Dúnem

As empresas que actuam nas áreas de gestão de resíduos não exigiam custos no registo da empresa. Agora, as taxas serão cobradas pela ANR, uma das beneficiadas dos valores arrecadados.

As empresas que actuam nas de gestão de resíduos, tratamento de águas e águas residuais vão pagar taxas e emolumentos, pela prestação de serviços de emissão, substituição, alteração ou renovação de licenças, certificados e actos de vistoria

De acordo com o Decreto Executivo Conjunto n. o 52/21 de 15 de Outubro, as taxas e emolumentos serão cobrados pela Agência Nacional de Resíduos (ANR), sendo que 60% será revertido a favor da instituição e 40% a favor do Tesouro Nacional. Os valores variam entre 100.285 kz a 466.651 kz. O valor da taxa depende da dimensão geográfica da empresa.

Conforme apurou o Expansão, 'antes da publicação deste decreto, as firmas que exercem actividades com resíduos não pagavam nenhum tipo de taxa, bastava apenas um pedido de licenciamento, através de um requerimento dirigido aos órgãos competentes, segundo o Decreto presidencial 190/12 de 24 de Agosto. "As instalações e equipamentos destinados à deposição, tratamento, aproveitamento, valorização ou eliminação de resíduos estão sujeitos a licenciamento ambiental nos termos da legislação sobre o Licenciamento Ambiental".

O Decreto Executivo Conjunto n.º 52/21 Justifica a cobrança de taxas como uma importante fonte de financiamento que servirá para aumentar os recursos para satisfação das necessidades financeiras da Agência Nacional de Resíduos.

Os valores incidem sobre a prestação de serviços e outorga de direitos, informações ou documentos

inerentes à respectiva actividade, nomeadamente a certificação de operadores de transporte de resíduos perigosos, assim como para a emissão, substituição, alteração ou renovação de certificados de cadastramento ou registo de empresas que exerçam actividades nas áreas de gestão de resíduos, tratamento de águas e residuais.

As empresas vão também pagar taxas para a emissão, substituição, alteração ou renovação de certificados de autorização de transferência de resíduos destinados à reutilização, reciclagem e a sua valorização, no exterior do País. De igual modo, a emissão, substituição, alteração ou renovação de licença de gestão de resíduos hospitalares e de serviços de saúde está sujeita o pagamento de emolumentos, bem como a certificação da conformidade do plano de gestão de resíduos e os actos de vistoria.

9. AMBIENTE

9.1 Exportações de madeira serrada caíram 58% para 33',4 mil metros cúbicos

Jornal Expansão
8 De Outubro de 2022

As exportações de madeira serrada em Angola caíram 58% para 33,4 mil metros cúbicos (m3) nos últimos dois anos, indicam os dados do Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP).

A quebra é justificada com a introdução de novas regras na exportação e produção da madeira em Angola, em 2018.

A exploração de madeira em toro também registou um tombo de 65% para os 43,4 mil m3, entre 2019/2020, enquanto a produção de madeira serrada caiu 58%, para 32,8 mil m3.

No entanto, os operadores do sector sentem-se agastados e dizem mesmo que a produção de madeira, deste ano, poderá atingir os níveis mais baixos dos últimos seis anos. Em causa está a falta de licenças que autorizam os madeireiros a participar na campanha florestal 2021 que, legalmente, iniciou em Maio e que termina em Outubro.

Para os empresários da Associação Nacional dos Industriais da Madeira de Angola (Anima), para esta época, apenas a província do Uíge foi contemplada, ou seja, o Ministério licenciou os operadores daquela circunscrição e outro número reduzido no Cuando Cubango.

Fontes do Expansão indicam que, nos últimos dois anos, o Uíge tem-se destacado na quantidade de madeira em toro, tendo em conta as quotas atribuídas pelo MINAGiUp, anualmente.

"Existe uma clara falta de sintonia entre os gabinetes provinciais da agricultura e o órgão de tutela que habilita a exploração da madeira no País. Desde que os governos provinciais deixaram de ter a responsabilidade de emitir licenças, embora o processo seja visado a nível local, o MINAGRIP tornou o processo mais burocrático, apesar de alegar sempre a reorganização da actividade de produção de madeira, lenha e carvão", explica a fonte da Anima.

Lamenta, no entanto que se em 2020 o alarme foi a pandemia da Covid-19, para este ano não há razões da não emissão de licenças para habilitar os

operadores a exercerem a actividade de exploração de madeira.

A crise no sector madeireiro está a baixar as receitas das empresas e, nesta altura, dos 90 operadores autorizados em todo o País, muitos não podem pagar os salários devido à queda do negócio, por isso, pedem mais abertura para que a actividade empresarial não pare.

Reorganização do sector

Se para os empresários a situação é crítica, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), órgão fiscalizador do sector, explica que há quatro anos, que o MINAGRIP está a reorganizar a exploração florestal e chamou a si a responsabilidade de atribuição das licenças aos operadores, para evitar a exploração selvagem da madeira angolana.

Num primeiro plano, uma das medidas, revelou a fonte, foi a triagem dos operadores. Hoje existem menos de 50% de operadores, dos 300 que existiam em 2017, ano em que começaram a aparecer os números da exploração e exportação de madeira.

Explica, no entanto, que como resultado desta medida, as receitas com a exportação e venda no mercado interno têm vindo a aumentar. A fonte nega haver dualidade de critérios, por isso, lembrou que a atribuição de licenças é uma questão de organização dos operadores interessados em explorar madeira.

M.C.

9.2 Kilamba Kiaxi vítimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido a 14 pelo GPL'

Novo Jornal
22 De Outubro de 2021
Texto: Dulcineia Lufua e Adjali Paulo

O sonho de dias melhores e de casas com comodidade continua a ser miragem para as mais de 350 famílias que vivem em casebres por detrás da Igreja Josafat (ex-Maná), no bairro Golf 2, no município do Kilamba Kiaxi. Desde 2007, aquelas famílias esperam que a promessa de terem novas moradias na zona do Zango, em Viana, feita pelo Governo da província de Luanda (GPL), se concretize. Na altura, o tempo de espera estipulado seria de quatro dias. Mas já se passaram 14 anos.

Desprovidas de serviços básicos como energia da rede, água canalizada, escolas, casas condignas,

latrinas, postos de saúde e saneamento básico, as 359 famílias que se encontram confinadas em casebres são oriundas dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de voltar, vila Estoril, Golf I e Camama, zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas.

Ao que tudo indica, estas famílias continuarão ainda mais tempo naquelas péssimas condições a que estão sujeitas desde 2007, tendo em conta que o próprio GPL admite ter conhecimento da situação, mas que nada pode fazer por não ter um lugar para realojamento.

Em declarações ao Novo Jornal, a directora da Acção Social, Família e Igualdade do Género do GPL, Antónia Ferreira, reconhece que a situação daqueles moradores "não é das melhores" e assegura que "estão a ser criadas condições" para a retirada dos mesmos.

"Enquanto não encontramos um local, essas famílias terão de nos desculpar, mas continuarão lá", refere.

Antónia Ferreira alega não se tratar de "má-fé" ou "falta de vontade" por parte do Executivo e promete que, tão logo se encontre um local, o GPL vai pronunciar-se sobre o assunto.

Esquecidos num «mar» de doenças

É um conjunto de contrastes o bairro que alberga as famílias vítimas das enxurradas de 2007. De um lado, estradas asfaltadas, grandes superfícies comerciais, universidade e duas grandes igrejas; do lado oposto, propriamente por detrás da Igreja Josafat e do Supermercado Angomart, uma pequena "vila" feita de chapas, onde várias famílias "esquecidas" reclamam por falta de quase tudo. No Centro dos Sinistrados da Maná, como ficou conhecido o lugar, o cheiro nauseabundo sente-se logo à entrada, devido aos enormes amontoados de lixo e dejectos espalhados um pouco por toda a zona. Crianças e idosos já se encontram entre vítimas de doenças respiratórias, diarreias e paludismo, constatou o NJ no local.

Cansados de viver em condições "desumanas", famílias desabafaram a este semanário que 14 anos de espera é muito tempo. "Estamos cansados de viver nestas condições. Defecamos em sacos de plásticos e depois deitamos à lixeira, o que constitui um atentado às nossas saúdes", contou Pacheco Armando, um dos moradores.

De pé, à porta da sua cubata de apenas um compartimento partilhado por si, pela esposa e por mais cinco filhos, quatro dos quais nascidos no local,

Pacheco define a situação como "uma pouca-vergonha".

"Ninguém aceita viver nas condições que vivemos. O nosso Governo só precisos do povo na época das eleições e, depois disso, são descartados. Estamos passados com essa situação", lamenta.

Pelo menos 90% das crianças estão fora do sistema de ensino

Sob olhar atento das crianças que pararam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Josefa Cambulo, outra moradora, juntando-se à conversa, acrescentou: "As nossas crianças, coitadas, não sabem o que é ver televisão. Outra preocupação é que 90% dessas não têm registo de nascimento e se encontram fora do sistema de ensino", fez saber, antes de referir que a única escola comparticipada que existia no centro foi demolida pelo proprietário do espaço.

Ainda no local, este semanário observou que estão a ser erguidas novas moradias e levantada nova vedação. Segundo Josefa, a obra foi feita pelo proprietário do espaço [responsável da loja de imóveis Trolli]. "O dono do espaço também já está cansado, quer-nos fora do local e pretende ampliar o seu imóvel. Se sairmos, onde é que vamos, se formos abandonados aqui pelo GPL, atirou.

«Não queremos fazer rebelião»

Conforme o responsável da Comissão de Moradores do Centro da Maná, Carlos Queta, a situação é do conhecimento do GPL, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, da Administração do Município do Kilamba Kiaxi e do Gabinete do 1.º Secretário Provincial do MPLA em Luanda, mas, até ao momento, não obtiveram resultados satisfatórios.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local. Só no ano passado, enviámos duas cartas ao gabinete da ex-governadora, Joana Lina, que, por sua vez, remeteu para área Técnica. De lá para cá, não tivemos respostas, e a governadora foi exonerada", narrou.

Após exoneração de Joana Lina, foram ter com a nova governadora. Uma assessora de Ana Paula de Carvalho disse-lhes que o assunto já estava sobre a mesa. Da governadora provincial, aquelas famílias querem saber em que 'pé' está o processo de alojamento. "Estamos cansados, mas não queremos fazer rebelião".

9.3 Kilamba Kiaxi vítimas das chuvas aguardam em bairro de lata por realojamento prometido pelo GPL há 14 anos

Novo Jornal

22 De Outubro de 2021

Texto: Dulcineia Lafua e Adjali Paulo

o sonho de dias melhores e de casas com comodidade continua a ser miragem para as mais de 350 famílias que vivem em casebres por detrás da Igreja Josafat (ex-Maná), no bairro Golf 2, no município do Kilamba Kiaxi.

Desde 2007, aquelas famílias esperam que a promessa de terem novas moradias na zona do Zango, em Viana, feita pelo Governo da província de Luanda (GPL), se concretize. Na altura, o tempo de espera estipulado seria de quatro dias. Mas já se passaram 14 anos.

Desprovidas de serviços básicos como energia da rede, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas, postos de saúde e saneamento básico, as 359 famílias que se encontram confinadas em casebres são oriundas dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de Voltar, Vila Estoril, Golf I e Camama, zonas que em 2007 foram gravemente afectadas pelas chuvas.

Ao que tudo indica, estas famílias continuarão ainda mais tempo naquelas péssimas condições a que estão sujeitas desde 2007, tendo em conta que o próprio GPL admite ter conhecimento da situação, mas que nada pode fazer por não ter um lugar para realojamento.

Em declarações ao Novo Jornal, a directora da Acção Social, Família e Igualdade do Género do GPL, Antónia Ferreira, reconhece que a situação daqueles moradores "não é das melhores" e assegura que "estão a ser criadas condições" para a retirada dos mesmos.

"Enquanto não encontramos um local, essas famílias terão de nos desculpar, mas continuarão lá", refere.

Antónia Ferreira alega não se tratar de "má-fé" ou "falta de vontade" por parte do Executivo e promete que, tão logo se encontre um local, o GPL vai pronunciar-se sobre o assunto.

Esquecidos num «mar» de doenças

É um conjunto de contrastes o bairro que alberga as famílias vítimas das enxurradas de 2007. De um lado, estradas asfaltadas, grandes superfícies comerciais,

universidade e duas grandes igrejas; do lado oposto, propriamente por detrás da Igreja Josafat e do Supermercado Angomart, uma pequena "vila" feita de chapas, onde várias famílias "esquecidas" reclamam por falta de quase tudo. No Centro dos Sinistrados da Maná, como ficou conhecido o lugar, o cheiro na useabundo sente-se logo à entrada, devido aos enormes amontoados de lixo e dejectos espalhados um pouco por toda a zona.

Crianças e idosos já se encontram entre vítimas de doenças respiratórias, diarreias e paludismo, constatou o NJ no local.

Cansados de viver em condições "desumanas", famílias desabafaram a este semanário que 14 anos de espera é muito tempo. "Estamos cansados de viver nestas condições. Defecamos em sacos de plásticos e depois deitamos à lixeira, o que constitui um atentado às nossas saúdes", contou Pacheco Armando, um dos moradores.

De pé, à porta da sua cubata de apenas um compartimento partilhado por si, pela esposa e por mais cinco filhos, quatro dos quais nascidos no local, pacheco define a situação como "uma pouca-vergonha".

"Ninguém aceita viver nas condições que vivemos. O nosso Governo só precisa do povo na época das eleições e, depois disso, somos descartados. Estamos passados com essa situação", lamenta.

Pelo menos 90% das crianças estão fora do sistema de ensino Sob olhar atento das crianças que pararam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Josefa Cambulo, outra moradora, juntando-se à conversa, acrescentou: "As nossas crianças, coitadas, não sabem o que é ver televisão. Outra preocupação é que 90% dessas não têm registo de nascimento e se encontram fora do sistema de ensino", fez saber, antes de referir que a única escola participada que existia no centro foi demolida pelo proprietário do espaço.

Ainda no local, este semanário observou que estão a ser erguidas novas moradias e levantada nova vedação. Segundo Josefa, a obra foi feita pelo proprietário do espaço [responsável da loja de imóveis Trolli]. "O dono do espaço também já está cansado, quer-nos fora do local e pretende ampliar o seu imóvel. Se sairmos, onde é que vamos, se fomos abandonados aqui pelo GPL?", atirou.

«Não queremos fazer rebelião» Conforme o responsável da Comissão de Moradores do Centro da Maná, Carlos Queta, a situação é do conhecimento do GPL, do Ministério da Acção Social, Família

e promoção da Mulher, da Administração do Município do Kilamba Kiaxi e do Gabinete do 1º Secretário Provincial do MPLA em Luanda, mas, até ao momento, não obtiveram resultados satisfatórios.

"O nosso dossier é do conhecimento dos governantes que passaram por Luanda, mas quase nada fizeram para nos retirar deste local. Só no ano passado, enviámos duas cartas ao gabinete da ex-governadora, Joana Lina, que, por sua vez, remeteu para área Técnica. De lá para cá, não tivemos respostas, e a governadora foi exonerada", narrou.

Após exoneração de Joana Lina, foram ter com a nova governadora. Uma assessora de Ana Paula de Carvalho disse-lhes que o assunto já estava sobre a mesa. Da governadora provincial, aquelas famílias querem saber em que 'pé' está o processo de alojamento. "Estamos cansados, mas não queremos fazer rebelião".

9.4 Carvão que aquece o negócio de milhares de famílias

Jornal Economia e Finanças

29 De Outubro de 2021

António Eugénio

Milhares de angolanos ganham o seu sustento com a venda do carvão. Nos mercados, praças, bancadas no interior dos bairros e nos diferentes corredores das estradas nacionais e pequenas picadas é visível a presença de quantidades elevadas de carvão para ser comercializada.

Bastante usado, o carvão vegetal é utilizado como combustível de aquecedores, lareiras, churrasqueiras, fogões de lenha, além de abastecer o sector industrial é também usado na medicina desde que seja de carvão activado obtido a partir de madeira não resinados.

Por exemplo, no mercado do Catinton, localizado no Morro Bento, distrito Urbano da Maianga, em Luanda, a reportagem do JE, observou, na passada terça-feira, dezenas de camiões carregados de secos de carvão provenientes de diferentes pontos de Angola.

Aí mesmo, há gente a vender o produto a retalho. Enquanto os camionistas apenas o fazem em grandes unidades. A fluência se notava mais ao meio dia.

Como nos confidenciou um dos compradores, com o carvão adquirido, será possível assar um churrasco.

Outros compradores têm no carvão o seu ganha-pão, pois que poderá revender.

O ganha-pão

Maria Nsimbi faz parte deste grupo. Comprou um saco com cerca de 60 quilogramas, no valor de 5 mil kwanzas para revender no bairro Palanca, no município do Kilamba Kiaxi, também em Luanda. Vende a retalho, há preço para todos.

Contou que o interessado pode adquirir o carvão no valor de 100, 200, 300, até mil kwanzas. O bolso determina a quantidade a comprar. Os rendimentos obtidos satisfazem a comerciante.

Ao lado está Nsimbi Ngana dedica-se à venda de churrascos, o sucesso do seu negócio depende muito do carvão. "Sem o carvão, o meu negócio não funciona".

Uma senhora trajada a Bessangana, tia "Maria", como era chamada por uma pessoa ao lado, compra um saco que aparenta pesar 120 quilogramas. Vive no bairro Rangel, onde pratica este negócio há mais de 30 anos. "Com este negócio e dá para sobreviver".

O mesmo acontece com Delma Carla, que vende bombó e ginguba, na baixa de Luanda. O carvão serve de suporte para o resultado final da actividade de sustento.

Este segmento de negócio do carvão emprega milhares de pessoas, desde o processo da transformação da madeira, transporte, carregamento e o envolvimento de muitas pessoas.

9.5 Controlo no abate de árvores reduz exploração

Jornal Economia e Finanças

29 De Outubro de 2021

Os operadores da exploração do carvão vegetal em Angola viram reduzidas as quantidades na campanha florestal de 2018, por força do Decreto Executivo nº 277118, do Ministério da Agricultura e Pescas, que impôs, também, condições a exploração de madeira em toro e de lenha.

Por exemplo, a quantidade máxima de carvão vegetal licenciada na referida campanha foi de 34.250 toneladas na floresta natural e 7.500 na floresta de plantio para reduzir o abate descontrolado de madeira.

A exploração de lenha máxima licenciada segundo a normativa deve estar em cerca de 30,83 toneladas no período da campanha.

Enquanto, a exploração de carvão vegetal, a província com maior quota é o Huambo com 11 mil toneladas, Cuanza Sul (6.100), Bengo (5 mil), Uíge (9,5), Cuanza Norte (6,4) constituindo-se entre as províncias com maior quantidade de licenciados permitidos.

A procura pelo carvão aumenta todos os anos, mas as autoridades apelam para a necessidade de inverter o quadro.

O consumo de lenha e carvão é entre nós consumidos para fins domésticos, predominando sobre as restantes fontes de energia representa 56 por cento do total, contra 41,7 do petróleo iluminado.

O carvão vegetal é um recurso natural importante que tem sido usado ao longo da história para muitos propósitos, incluindo arte, medicina e química.

No entanto, seu principal uso tem sido como fonte de combustível. AE

9.6 FAO tem usd 250 milhões para projectos do clima

Jornal Economia e Finanças
29 De Outubro de 2021

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) prevê financiar até 250 milhões de dólares para projectos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

A informação recentemente, em Luanda, pela representante daquela Agência das Nações Unidas em Angola, Gherda Barreto, durante um seminário subordinada ao tema "Gestão Sustentável de Fogos", tendo avançado que a iniciativa se enquadra no Fundo Verde do Clima.

Avançou que o novo Quadro Estratégico, assinado em Dezembro de 2020, com o Governo de Angola, serve para apoiar a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo a responsável, a FAO tem um portfólio de 15 projectos aprovados pelo Fundo Verde do Clima, dos quais três em África, totalizando um 930 milhões de dólares.

De igual modo, tem apoiado as Autoridades Nacionais Designadas (NDC) na mobilização de vários países do mundo para poder ter acesso aos recursos financeiros deste Fundo.

Destacou ainda a parceria sólida entre a FAO e o Governo de Angola através de diferentes departamentos Ministeriais, fruto de um trabalho técnicos dedicados na formulação e implementação de projectos que tem permitido mobilizar os Fundo Global para o Ambiente e o Fundo Verde do Clima para que sejam investidos mais recursos nos desafios ambientais, climáticos e desenvolvimento rural de Angola. Em Angola, a FAO já apoiou o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente a ter acesso aos recursos preparatórios para o reforço da capacidade institucional na geração, de dados para apoiar a elaboração do projecto.

Angola está entre os países com maior actividade de incêndios na África Subsaariana. As queimadas e incêndios florestais provocados pelas comunidades estão ligados à produção de carvão e lenha, agricultura e caça e produzem emissões significativas e têm graves consequências para o ambiente e a biodiversidade, afirmou.

Este projecto sobre Gestão Sustentável de Fogos, procura identificar soluções baseadas na natureza e aproveitar o grande potencial de Angola para a redução de emissões de gases de efeito estufa, e em consequência a geração de créditos de carbono para ser revertido para as comunidades. At:

9.7 Mangais Mapeamento da flora e fauna, o «trabalho árduo» que se segue

Novo Jornal
29 De Outubro de 2021
Texto: Victória Maviluka

Um caderno de encargo preenchido de tarefas. É esse o compromisso assumido pela Otchiva na parceria que assinou com a SONANGOL, que integra, entre outros desafios, a plantação, a restauração, a monitorização e a conservação de povoação de mangais, além de recair sobre os 'ombros' da ONG a responsabilidade pela limpeza nas zonas cadastradas e produção de literatura com temáticas focadas nessa tipologia de zonas húmidas.

E o que a SONANGOL oferece em contrapartida? Fernanda Renée, mentora e presidente da Otchiva, não revela detalhes financeiros do acordo, mas afirma que a petrolífera se compromete a reunir todas as condições logísticas que concorrerão para o alcance dos propósitos elencados no memorando assinado no último sábado, 23, na zona húmida do bairro Tapo, no Benfica, Sul de Luanda.

Mas, afinal, qual é a carteira de acção da empresa que a multinacional angolana elegeu para parceiro nas causas ambientais? Eis a ficha de trabalho da OGN:

Otchiva, associação sem fins lucrativos de direito angolano, de 5 anos de 'idade', período durante o qual actuou numa área até então quase desconhecida da maioria dos angolanos - os mangais.

Mas foi através do reconhecimento dos ecos da sua acção a nível internacional, seja pela União Africana ou pelas Nações Unidas, que a iniciativa granjeou respeito internamente. Conhece-se em Bornito de Sousa, Vice-Presidente da República, a primeira grande figura do aparelho do Governo a dar-lhe reconhecimento, remetendo-a à liderança de um mediático programa de diplomacia climática assumido, em Março deste ano, por Angola, consubstanciado na plantação de um milhão de mangues.

Fernanda Renée, engenheira de 28 anos, junta o momento alto de reconhecimento da causa que defende pelo Vice-PR à eleição, em Agosto deste ano, para o restrito grupo de conselheiros da República, por escolha de João Lourenço.

ONG coloca em acção comissão de técnicos

A Otchiva diz ter já definido o calendário de acções para dar corpo à efectivação do caderno de encargo assumido no memorando com a SONANGOL. Um mapeamento para proceder ao levantamento da biodiversidade da flora e fauna de mangais presentes na orla marítima das províncias de Luanda, Bengo e Namibe, escolhidas pela petrolífera para a intervenção nos cinco anos de validade do acordo, está entre os pontos de partida.

"Só se conserva aquilo que se conhece.

Haverá um trabalho árduo de levantamento da biodiversidade, criação de literatura, banda desenhada; quer dizer, todo o aparato, todos os instrumentos que visam a promoção da conservação dos mangais", descreve a presidente da Otchiva.

A responsável assegura que a sua organização tem uma vasta equipa de técnicos capazes de dar resposta aos desafios assumidos: "A Otchiva tem uma vasta equipa técnica de especialistas desde geólogos, biólogas, engenheiros hidráulicos, engenheiras químicas. Entretanto, em função da especificidade de cada localidade, poderemos contratar outros".

Com mais de sete mil voluntários cadastrados no País e milhões de mangais plantados e restaurados ao longo da orla marítima nacional, a ONG partilha as suas acções em campo com a 'perseguição' do

estatuto de Instituição de Utilidade pública, cujo processo tramita já nos organismos públicos competentes.

9.8 Mangais Mapeamento da flora e fauna, << O trabalho árduo >> que se segue

Novo Jornal

29 De Outubro de 2021

Texto: Victória Maviluka

Um caderno de encargo preenchido de tarefas. É esse o compromisso assumido pela Otchiva na parceria que assinou com a SONANGOL, que integra, entre outros desafios, a plantação, a restauração, a monitorização e a conservação de povoação de mangais, além de recair sobre os 'ombros' da ONG a responsabilidade pela limpeza nas zonas cadastradas e produção de literatura com temáticas focadas nessa tipologia de zonas húmidas.

E o que a SONANGOL oferece em contrapartida? Fernanda Renée, mentora e presidente da Otchiva, não revela detalhes financeiros do acordo, mas afirma que a petrolífera se compromete a reunir todas as condições logísticas que concorrerão para o alcance dos propósitos elencados no memorando assinado no último sábado, 23, na zona húmida do bairro Tapo, no Benfica, Sul de Luanda.

Mas, afinal, qual é a carteira de acção da empresa que a multinacional angolana elegeu para parceiro nas causas ambientais? Eis a ficha de trabalho da OGN:

Otchiva, associação sem fins lucrativos de direito angolano, de 5 anos de 'idade', período durante o qual actuou numa área até então quase desconhecida da maioria dos angolanos - os mangais.

Mas foi através do reconhecimento dos ecos da sua acção a nível internacional, seja pela União Africana ou pelas Nações Unidas, que a iniciativa granjeou respeito internamente. Conhece-se em Bornito de Sousa, Vice-Presidente da República, a primeira grande figura do aparelho do Governo a dar-lhe reconhecimento, remetendo-a à liderança de um mediático programa de diplomacia climática assumido, em Março deste ano, por Angola, consubstanciado na plantação de um milhão de mangues.

Fernanda Renée, engenheira de 28 anos, junta o momento alto de reconhecimento da causa que defende pelo Vice-PR à eleição, em Agosto deste ano, para o restrito grupo de conselheiros da República, por escolha de João Lourenço.

ONG coloca em acção comissão de técnicos

A Otchiva diz ter já definido o calendário de acções para dar corpo à efectivação do caderno de encargos assumidos no memorando com a SONANGOL. Um mapeamento para proceder ao levantamento da biodiversidade da flora e fauna de mangais presentes na orla marítima das províncias de Luanda, Bengo e Namibe, escolhidas pela petrolífera para a intervenção nos cinco anos de validade do acordo, está entre os pontos de partida.

"Só se conserva aquilo que se conhece.

Haverá um trabalho árduo de levantamento da biodiversidade, criação de literatura, banda desenhada; quer dizer, todo o aparato, todos os instrumentos que visam a promoção da conservação dos mangais", descreve a presidente da Otchiva.

A responsável assegura que a sua organização tem uma vasta equipa de técnicos capazes de dar resposta aos desafios assumidos: "A Otchiva tem uma vasta equipa técnica de especialistas. Desde geólogos, biólogas, engenheiros hidráulicos, engenheiras químicas. Entretanto, em função da especificidade de cada localidade, poderemos contratar outros".

Com mais de sete mil voluntários cadastrados no País e milhões de mangais plantados e restaurados ao longo da orla marítima nacional, a ONG partilha as suas acções em campo com a 'perseguição' do estatuto de Instituição de utilidade pública, cujo processo tramita já nos organismos públicos competentes.

9.9 Falta de chuvas pode comprometer produção

Jornal Economia e Finanças
29 De Outubro de 2021

A província do Uíge regista escassez de chuva. Desde princípio do mês de Outubro que as chuvas não caem com regularidade nos campos agrícolas, os camponeses não conseguem semear sementes, situação que nos próximos dias pode causar insuficiência alimentar no seio das famílias.

Camponeses manifestaram ao jornal de Economia & Finanças que a situação está a criar embaraços nas expectativas feitas para a presente época agrícola.

"As chuvas deste ano estão a cair abaixo do normal, cultivamos grandes terrenos para plantação de vários produtos mas a terra está seca, o pouco que já semeamos não está a desenvolver", disse a camponesa, Marta de Andrade.

Lucas Elias dos Santos responsável de uma associação agrícola que já cultivou dois hectares para plantação de vários produtos considerou que a situação preocupante, visto que 80 por cento do sustento das famílias as comunidades rurais depende a produção agrícola.

O responsável lembrou que as épocas chuvosas anteriores, até este período os campos agrícolas já teriam amendoim, milho, batata-doce e outros produtos em crescimento, mas até ao momento as pequenas que das pluviais que estão a cair não são suficientes para humedecer a terra

O engenheiro agrónomo Domingos dos Santos, disse que nos últimos 10 anos, a província do Uíge tem registado um deslocamento da data provável do início das chuvas (de Setembro para Outubro) e cada ano que passa, a situação se agudiza, o que faz com que se registam estiagens na primeira ou na segunda época agrícola.

Lembrou que no ano passado, a segunda época agrícola foi marcada com pouca chuva facto que não ajudou nas culturas de ciclo curto, por isso, considerou ser o momento de cada agricultor preocupar-se em ter um sistema de rega pelo menos para 2 a 5 hectares para assegurar as futuras necessidades alimentares da sua família e dos seus animais em caso de estiagem.

Novos métodos

Sobre as alternativas para este Ano Agrícola, o agrónomo aconselhou os produtores a realizarem as sementeiras mesmo em terra com pouca humidade, mas em terrenos das baixas e planos que apresentam um relevo pouco acidentado, mas adverte que é necessário os produtores

evitem plantar grandes extensões de terras sobretudo para as culturas sensíveis como milho, amendoim e algumas hortícolas desde que o agricultor não tenha um sistema de rega que possa regular as necessidades hídricas das plantas.

Segundo o agrónomo as culturas plurianuais como abacaxi, mandioca e outras, não há nenhum problema em realizar as plantações mesmo agora com as mínimas precipitações que se registam em cada região, uma vez que há necessidade de algumas plantações para evitar a fome e perda de sementes para o próximo ano.

Domingos dos Santos realçou que apesar da abundância de rios e lagoas, uma parte considerável do território da província do Uíge é acidentado, criando assim, dificuldade de realizar irrigação em grandes terrenos, a agricultura pluvial ou de sequeiro

é mais produtora nesta região e onde assenta a maioria dos camponeses.

Localizada a 345 quilómetros no extremo norte da capital do país, Luanda, a província do Uíge possui uma extensão geográfica de mais de 58 mil quilómetros quadrados, 16 municípios, 31 comunas com uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes que na sua maioria camponeses. A mandioca, arroz, amendoim, milho, feijão, batata-doce, banana, café e hortícolas são entre outros produtos agrícolas produzidos na região.

9.10 China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez

Jornal Economia e Finanças
22 De Outubro de 2021

A China vai aumentar a produção de carvão em quase 6 por cento, para lidar com a escassez de energia, já depois de o país ter atingido recentemente o recorde diário de produção.

Em um comunicado, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) afirmou na segunda-feira que autorizou a abertura de 153 minas desde o mês passado para aumentar sua capacidade de produção em 220 milhões de toneladas por ano.

Na comparação com a produção total da China no ano passado (3,84 bilhões de toneladas) representa um aumento de 5,7 por cento.

Apenas no trimestre actual, a produção das minas deve aumentar em 50 milhões de toneladas, segundo a comissão. A NDRC destacou que a produção diária de carvão alcançou recentemente o recorde de 11,5 milhões de toneladas.

O carvão, uma fonte de energia particularmente poluente, proporciona quase 60 por cento da produção de electricidade da China.

Nas últimas semanas, a China sofreu cortes de energia que interromperam a produção industrial em várias regiões. Entre as razões mencionadas para os cortes estão a recuperação económica global que multiplica a actividade manufactureira, os limites de produção de carvão impostos em nome das metas climáticas e a existência de um preço regulado para a electricidade.

O governo anunciou recentemente uma desregulamentação parcial da energia eléctrica vendida à indústria.

DISPUTA MUNDIAL

O preço do carvão, que abastece usinas na China e em outras partes do mundo, também segue em alta, com um aumento inédito de 250 por ano, na disputa mundial por matéria-prima para produzir energia.

A crise já bateu à porta: no final de Setembro, 22 das 34 unidades administrativas da China sofreram interrupções no fornecimento de energia. Diante desse cenário, o mercado financeiro já prevê um crescimento menor do país este ano, o que reduz as expectativas de aumento do PIB de 8,5 por cento para 8, de acordo com os últimos dados.

9.11 Saco sai a mil do Huambo e é vendido a seis em Luanda

Jornal Economia e Finanças
22 De Outubro de 2021
Texto: Agostinho Chitata

Há produção de carvão no Huambo. Para alguns comerciantes, a província é o seu "El-Dourado", a sua fonte de abastecimento de carvão.

Maioritariamente, eles saem de Luanda e percorrem cerca de 600 quilómetros para os locais de fabricação e comercialização a granel, até atingirem estes pontos de venda. São as comunas da Gandavila e arredores da cidade capital, Chinhama (Kachiungo) e Bailundo e Mungo.

Além de camiões, há quem abraçou esta forma de ganhar a vida e de Luanda, sobretudo, viaja para o Huambo. Segundo estas pessoas, os sacos de 100 a 150 quilogramas são vendidos aos preços entre 1200 e 1600 Kwanzas. Na capital do país, "repassam" ao preço de 6000 Kwanzas.

Mas nem tudo é um "mar de rosa" para quem investe no negócio, pois tem ainda o encargo com o alojamento e a alimentação.

, A média de preços de hospedagem, no Huambo, vai de 7 a 21 mil Kwanzas.

Obviamente, quem não tem família, procura por um quarto de menor preço. E de calculadora nas mãos, faz o somatório dos gastos com a estadia, alimentação e transporte.

Por regra, estes apanham um dos autocarros das operadoras baseadas em Luanda, com destino ao Huambo ou Bié.

O regresso, já com a mercadoria, é forçado a solicitar os serviços de uma "carrinha". O preço varia muito, em função do acordo com o proprietário da viatura.

Os lucros, soube-se, não são avultados porque, vezes há em que as "gasosas" pela via dificultam as contas finais.

Normalmente, já que o produto, a julgar pela quantidade, exige um documento que autorize a sua saída mas, muitos, impacientes, arriscam, convencidos de que na hora buscam sempre o "entendimento policial".

Como disse alguém, "uma mão lava a outra". Com certeza, uma prática a desencorajar.

A luta pela sobrevivência e numa altura em que as viagens já são feitas sem "cerca sanitária sobre Luanda", o movimento de viatura aumentou e os camiões carregados de carvão dirigem-se aos mercados de Luanda, onde, como se verificou, a procura é boa e o preço aconselha à aventura.

Estas viagens são, sobretudo, feitas nos períodos nocturnos. Altura, sustentam, mais apropriada para evitarem os constrangimentos e as inquietações.

São quase 600 quilómetros de percurso feitos em mais de nove horas. A estrada foi reabilitada e permite a realização de uma viagem tranquila, ao contrário da via a partir da "Maria teres a", muito esburacada e a reclamar por intervenção rápida.

Conforme os utilizadores deste troço, é importante que as estradas nacionais estejam todas recuperadas para facilitar a circulação entre a cidade e o campo e ajudar as famílias e as empresas a realizarem os seus objectivos.

Entretanto, importa sublinhar que o Huambo, que tem Lotti Nolika como sua governadora, é uma região rica em recursos naturais e minerais, com uma vasta rede hidrográfica e um clima ameno que a tornam especialmente vocacionada para o desenvolvimento das actividades agro-pecuárias e agro-alimentares.

O subsolo é rico em minerais: manganês, diamantes, volfrâmio, ferro, ouro, prata, cobre, urânio, entre outros. É a extracção mineira é uma actividade com enorme potencial económico.

O Caminho de Ferro de Benguela (CFB), inicialmente destinado ao escoamento do cobre das minas do Katanga, que atravessa o Huambo no seu percurso até à fronteira com o Congo, fazendo a ligação entre o Lobito, na costa atlântica de Angola, até à cidade da Beira, na costa índica de Moçambique, através dos sistemas ferroviários da República Democrática do Congo e da Zâmbia, continua a ser um elemento essencial para o desenvolvimento

económico, industrial e agro-pecuário desta "cidade vida" do país.

9.12 Impacto da seca no Cunene pode ficar reduzido daqui a dois anos

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2021

Texto: Elautério Silípuleni

A ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, garantiu, quinta-feira (28), na localidade de Calucuve, município de Cuvelai, província do Cunene, que o impacto da seca na província, pode reduzir, consideravelmente, daqui a dois anos, com conclusão da construção de duas barragens na bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

Ao falar no acto de lançamento e consignação das obras de construção das barragens do Calucuve e de N'due, Carolina Cerqueira disse que estes projectos estruturantes vão resolver, significativamente, o problema da falta de água para a população e gado na província.

As duas obras fazem parte dos três projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca na província, anunciados, em Julho deste ano, pelo Presidente João Lourenço, durante a visita ao Cunene.

A ministra de Estado disse tratar-se "de duas obras que representam um ganho para a província do Cunene, que, de forma reiterada, debate-se com o problema de seca". "O lançamento destes dois projectos visa permitir a melhoria das condições socioeconómicas da população rural", afirmou.

Carolina Cerqueira garantiu que o Governo Central continuará a trabalhar na implementação de projectos estruturantes de combate ao fenómeno cíclico no Sul do país, no sentido de apoiar a população afectada pela fome.

Afirmou, igualmente, que as duas barragens vão garantir a sustentabilidade das actividades económicas e sociais nas áreas onde serão implementadas, assim como nas localidades atravessadas pelos canais condutores.

Vai, ainda, permitir reduzir o problema da falta de água na zona noroeste da bacia do Cuvelai e mitigar danos causados pelas cheias nas cidades a jusante da barragem. A barragem do Calucuve terá 19 metros de altura e um volume de armazenamento de 100 milhões de metros cúbicos. O canal associado vai

contar com uma extensão de 111 quilómetros, entre Mupa e a cidade de Ondjiva.

A do N´due terá 26 metros de altura e um volume de armazenamento de 145 milhões de metros cúbicos. O canal é de 75 quilómetros, entre N´due e Embudo, na comuna de Oshimolo, município do Cuanhama.

Orçadas em mais de 369 milhões de dólares, as duas barragens, quando concluídas, vão beneficiar mais de 136 mil pessoas, 242 mil animais e fornecer água para a irrigação de 11.800 hectares, obras de construção das barragens de Calucuve e N´due vão criar mais de 500 postos de trabalhos.

Acabar com a seca e as cheias

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, lembrou que o problema da falta de água na província é de longa data e a construção das duas barragens vai mitigar o problema da seca e das cheias nos dois extremos do rio Cuvelai que tem causado estragos aos bens das comunidades.

João Baptista Borges referiu que o Rio Cuvelai provoca cheias, quando há chuvas excessivas e seca quando há períodos prolongados sem ela. As barragens, esclareceu, vão armazenar água para épocas de estiagem que deverá ser transportada pelos canais. Quando se registarem chuvas intensas, vão regular os caudais para evitar inundações.

10. MINEIRA

11. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez

Jornal Economia e Finanças
22 De Outubro de 2021

A China vai aumentar a produção de carvão em quase 6 por cento, para lidar com a escassez de energia, já depois de o país ter atingido recentemente o recorde diário de produção.

Em um comunicado, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) afirmou na segunda-feira que autorizou a abertura de 153 minas desde o mês passado para aumentar sua capacidade de produção em 220 milhões de toneladas por ano.

Na comparação com a produção total da China no ano passado (3,84 bilhões de toneladas) representa um aumento de 5,7 por cento.

Apenas no trimestre actual, a produção das minas deve aumentar em 50 milhões de toneladas, segundo a comissão. A NDRC destacou que a produção diária de carvão alcançou recentemente o recorde de 11,5 milhões de toneladas.

O carvão, uma fonte de energia particularmente poluente, proporciona quase 60 por cento da produção de electricidade da China.

Nas últimas semanas, a China sofreu cortes de energia que interromperam a produção industrial em várias regiões. Entre as razões mencionadas para os cortes estão a recuperação económica global que multiplica a actividade manufactureira, os limites de produção de carvão impostos em nome das metas climáticas e a existência de um preço regulado para a electricidade.

O governo anunciou recentemente uma desregulamentação parcial da energia eléctrica vendida à indústria.

DISPUTA MUNDIAL

O preço do carvão, que abastece usinas na China e em outras partes do mundo, também segue em alta, com um aumento inédito de 250 por ano, na disputa mundial por matéria-prima para produzir energia.

A crise já bateu à porta: no final de Setembro, 22 das 34 unidades administrativas da China sofreram interrupções no fornecimento de energia. Diante desse cenário, o mercado financeiro já prevê um crescimento menor do país este ano, o que reduz as expectativas de aumento do PIB de 8,5 por cento para 8, de acordo com os últimos dados.

12.2 China aberta a produtos não petrolíferos angolanos

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2021
Texto: André Sibi

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, disse, domingo (24), que o mercado chinês está aberto aos produtos angolanos. Gong Tao, que falava ao Jornal de Angola, disse que o objectivo é promover a exportação para o mercado chinês de produtos angolanos não petrolíferos.

Para melhor aproveitar esta parceria de negócios, disse, o Governo chinês convidou as autoridades angolanas a participarem na 2ª Exposição Económica e Comercial China-África e na 4ª Exposição Internacional de Importação da China.

De acordo com o embaixador Gong Tao, a China espera que Angola aproveite as plataformas existentes para expandir a exportação de produtos competitivos angolanos para o mercado asiático, nomeadamente produtos agrícolas, artesanato, minerais, pesqueiros e bebidas. O embaixador assegurou que a reforma e abertura adoptadas pelo Governo chinês não só mudaram profundamente a China, mas também influenciaram profundamente o mundo.

"Os últimos 40 anos de reforma e abertura da China proporcionaram ao mundo uma experiência rica. Com base no seu próprio desenvolvimento e progresso, a China apresentou iniciativas como a promoção da construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade e a construção conjunta da iniciativa Cinturão e Rota, partilhando os frutos do desenvolvimento e as oportunidades com o mundo" disse o diplomata.

Questionado sobre a parceria entre o seu país e os países africanos, Gong Tao assegurou que África é um bom parceiro da China.

O diplomata afirmou que a China sempre prestou uma elevada importância à partilha da sua experiência, tendo fornecido, nos últimos cinco anos, um grande número de oportunidades de formação e treinamento a quadros de países africanos, entre os quais de Angola.

Indicou que os talentos formados na China são espalhados em todos os sectores que contribuem para a melhoria do bem-estar do povo africano. Sublinhou que a China está disposta a partilhar a sua experiência de desenvolvimento com os países de todo o mundo, respeitando sempre o direito dos povos escolherem o seu próprio caminho de desenvolvimento.

Princípio da não ingerência

"A China não impõe a sua vontade aos outros e nunca irá exportar o seu sistema social ou modelo de desenvolvimento", assegurou Gong Tao.

Quanto aos passos seguidos para o país mudar o curso da economia, o diplomata disse que na década de 1970, a economia mundial se desenvolveu rapidamente e a ciência e a tecnologia progrediam constantemente.

Neste período, a China acabava de sair da "Revolução Cultural", com a economia à beira do colapso e a construção da nação aguardava uma redinamização.

Em 1978, por iniciativa de Deng Xiaoping, na Terceira Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista da China foi aprovada a decisão histórica de implementar reformas e abrir o país ao exterior. Em apenas 40 anos, as reformas ajudaram a China a alcançar o seu próprio desenvolvimento e crescimento, através da cooperação ganha-ganha (win-win) com outros países. Sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), que este ano assinala 100 anos, a China construiu uma sociedade moderadamente próspera e resolveu historicamente o problema da pobreza absoluta, disse Gong Tao.

A abertura contínua ao exterior tornou a China a segunda maior economia do mundo, com a maior produção industrial, o maior país de comércio de mercadorias e o maior em reservas de divisas, com um contributo superior a 30 por cento para o crescimento da economia mundial.

De acordo com o livro branco intitulado "Sociedade Moderadamente Próspera na China", publicado recentemente pelo Governo chinês, nos últimos 40 anos 770 milhões de pessoas das regiões rurais da China saíram da pobreza, de acordo com os actuais padrões mundiais.